

REVISTA
CABORÉ



UNIVERSIDADE
FEDERAL RURAL
DE PERNAMBUCO
UFRPE

Revista do corpo discente de Ciências Sociais da UFRPE

Pensamento Crítico

Org. J.C. Marçal e Josias de Paula

Volume I - Número 4 - 2021.2
Recife - 2021



Revista do Corpo Discente de Ciências Sociais da UFRPE

Volume 1, nº 4, 2021.2

Pensamento crítico

Org. J. C. Marçal e Josias de Paula

Editoração e Diagramação:

Adailton Laporte e J.C Marçal

Editor Gerente:

Dr. José Carlos Marçal

Comitê Editorial:

Dr. Adailton Laporte – UFPE

Dr. Fábio Bezerra - UFRPE

Dr. Josias de Paula – UFRPE

Dra. Laeticia Jalil – UFRPE

José Ewerton de Souza (corpo discente) – UFRPE

Comissão de Pesquisa – DECISO – UFRPE:

Dr. J.C. Marçal (Presidente)

Dra. Andrea Butto

Dr. Josias de Paula

Dr. Marcos André

Recife, 2021

SUMÁRIO

Lélia Gonzalez: Entendendo o Brasil a partir das relações de classe, raça e gênero.

Thamires Costa Rodrigues Lima

04

América Latina: Teoria da Dependência e Neoliberalismo como engrenagens de um processo histórico de dominação do capitalismo.

Gilberto Gilberto Moraes Luna

17

Sobre o conceito de (r)existências do Sul.

Thiago Pessoa de Melo

27

Ensaio contra o veganismo: por uma criatividade política anticolonial e anticivilizatória.

Akuenda Translésbicha Buarque de Souza

Daniel Figueredo de Oliveira

40

Introdução ao sistema de relações de trabalho no Brasil: regulamentação, instituições, mercado e tendências.

Pedro Cavalcanti

Matheus Cavalcanti

54

Trabalho estranhado, desrealização e The Golden Path.

Mariana Max Lopes de Araujo

Pedro Cavalcanti

66

Uma análise comparativa entre a classe docente do Brasil e de Portugal: os efeitos da instrumentalização do PISA.

Matheus Cavalcanti

Pedro Cavalcanti

78



LÉLIA GONZALEZ: ENTENDENDO O BRASIL A PARTIR DAS RELAÇÕES DE CLASSE, RAÇA E GÊNERO

THAMIRES COSTA RODRIGUES LIMA¹

Resumo: O presente artigo tem como intuito analisar a obra de Lélia Gonzalez e a possibilidade de entender o Brasil a partir de uma perspectiva que inclua as categorias de classe, raça e gênero. O artigo é dividido em três partes: uma breve introdução sobre o trabalho da autora, seguido de um diálogo com o mito da democracia racial, partindo da obra de Gilberto Freyre e as críticas tecidas pela autora, e em terceiro momento abordamos a questão de gênero e a ideia de um feminismo afro-latino-americano.

Palavras-chaves: Feminismo afro-latino-americano. Pensamento social brasileiro. Gênero.

Abstract: This article aims to analyze a work by Lélia Gonzalez and the possibility of understanding Brazil from a perspective that includes the categories of class, race and gender. The article is divided into three parts: a brief introduction about the author's work, followed by a dialogue with the myth of racial democracy, based on the work of Gilberto Freyre and criticisms made by the author, and thirdly, we address the issue of gender and the idea of an Afro-Latin American feminism.

Keywords: Afro-Latin American Feminism. Brazilian social thinking. Gender.

Lélia Gonzalez: uma intelectual brasileira

Pensar o Brasil a partir da obra de Lélia Gonzalez é usar uma nova lente. A autora nos convida a questionar o que durante muitas décadas no pensamento social brasileiro foi colocado como dado, como irrefutável. Inserida no que chamamos de perspectiva decolonial, Lélia Gonzalez produz, a partir da análise crítica, um trabalho que busca uma nova epistemologia, visando entender o contexto social a partir de um novo olhar, proveniente do próprio país, e questionando os pilares coloniais do pensamento produzido no Brasil

¹ Graduada em Relações Internacionais pela Faculdade Damas da Instrução Cristã (FADIC) e atualmente aluna da graduação de Ciências Sociais pela Universidade Federal Rural de Pernambuco. E-mail: thamiresclima@gmail.com . Vinculada ao Laboratório de Estudos sobre Política, Eleições e Mídia da Universidade Federal do Ceará (LEPEM/UFC) . E-mail: lepem@ufc.br e ao Grupo de Estudo, Pesquisa e Extensão DIDEM - Dilemas da Democracia da Universidade Federal Rural de Pernambuco. E-mail: didem.ufrpe@gmail.com



com raízes europeias.

Tendo em vista que a obra de Lélia Gonzalez é incrivelmente vasta, selecionamos alguns pontos de reflexão para trabalhar no presente artigo, sendo eles: suas críticas ao conceito de democracia racial e um diálogo com a obra de Gilberto Freyre - Casa Grande e Senzala; a questão do entendimento das três dimensões: a classe, a raça e o gênero; e por último, o conceito de *América Ladina*. Damos destaque a esses três eixos pois acreditamos que é a partir dos questionamentos de democracia racial, o papel da raça na sociedade brasileira e seus imbricamentos com a questão de gênero e classe, que surge a necessidade de pensar uma *América Ladina* - um esforço consciente de pautar novas possibilidades de reflexão que superem as hierarquizações tão presentes na sociedade brasileira.

E é por isso que fundamentamos a obra de Lélia Gonzalez como de suma importância para o pensamento social brasileiro, havendo um esforço epistemológico, propondo novos olhares para compreender a história do país, mas, para além disso, o entendimento das imbricações das hierarquizações e os resquícios do processo colonial nos dão uma base para propor mudanças na nossa sociedade, nos “dá um norte”, e até mesmo uma utopia com o entendimento de uma sociedade que busca os resgates das suas bases históricas, como a *América Ladina* e a cultura negra e ameríndia.

Salientamos aqui que o pensamento de Lélia Gonzalez se coloca como decolonial, e argumentamos que é também revolucionário e transformador, não apenas para pensar o Brasil no Sul Global pelo Sul Global como mero pertencimento geográfico, mas como uma subversão das estruturas que norteiam o pensamento e que determinam quem são os sujeitos. A autora subverte um modo de analisar, e dá destaque àqueles entendidos como subalternos na sociedade brasileira, dando um novo enfoque e criando novas narrativas para refletir sobre o Brasil.

Assim, Dias, Souza e Henning (2021), por exemplo, chamam a atenção para a importância que Lélia nos trás sobre “[...] repensar e construir outras narrativas sobre a história das experiências das pessoas negras no Brasil” (p.95). Enquanto Tolentino (2019), ressalta a importância da pensadora em quebrar padrões de pensamentos clássicos, de se analisar a existência e a sociedade a partir de “[...] estruturas branco-hétero-patriarcais” (p.74).

Em título biográfico, é importante ressaltar a formação acadêmica de Lélia Gonzalez, e também a sua atuação como militante e como política - que muitos podem apontar como entrave para a sua obra e análise científica -, neste trabalho, entretanto, vemos isso como um enriquecimento à sua crítica da sociedade. Em termos acadêmicos, a pensadora tem seus estudos em geografia, história, filosofia e antropologia, assim como conhecimento em psicanálise. Já como figura política, se destaca pela luta contra a ditadura militar, fazen-



do parte do movimento pela democratização. Lélia Gonzalez funda o Movimento Negro Unificado, assim como fundou a organização Nzinga - Coletivo de Mulheres Negras. Outras tantas participações de Gonzalez em conselhos, congressos e em iniciativas culturais também são de expressiva importância, assim como sua atuação política em partidos como o PT e o PDT, mas dado ao escopo deste artigo, é ilusório dar cabo de toda a sua obra em poucas páginas.

Como afirma Tolentino (2019), “Os sistemas de ensino e o simbólico que os acompanha carregam consigo uma das marcas indelévels da colonização e da herança da colonialidade, sob a qual vivemos ainda hoje [...]” (p.76). Logo, refletir sobre a obra de Gonzalez, que causa uma quebra nos paradigmas e nos oferece novos olhares, enquadra-se como um esforço consciente de contemplar obras que por muitos anos foram tidas como menos científicas exatamente por seu cunho crítico e militante. Entendemos que a obra de Lélia é primordial para pensar um Brasil por outros olhares, para ouvir outras vozes, e acreditamos que o empenho político de Lélia em nenhum momento faz com que a sua obra seja questionada, na verdade a enriquece de múltiplas formas, como abordaremos no presente artigo.

O mito da democracia racial

O entendimento de que o Brasil vivia em uma democracia racial foi difundido por muitas décadas. Petrônio Domingues (2005) destaca, principalmente, um empenho no período de pós abolição, evidenciando até uma produção significativa da elite intelectual e política brasileira, e que a “[...] democracia racial, a rigor, significa um sistema racial desprovido de qualquer barreira legal ou institucional para a igualdade racial, e, em certa medida, um sistema racial desprovido de qualquer manifestação de preconceito ou discriminação [...]” (2005, p.116). Um dos maiores pensadores dessa vertente foi Gilberto Freyre, em sua obra clássica *Casa Grande & Senzala*, onde discorre sobre as influências históricas da miscigenação.

Em uma passagem específica, Freyre argumenta que:

A escassez de mulheres brancas criou zonas de confraternização entre vencedores e vencidos, entre senhores e escravos. Sem deixarem de ser relações - as dos brancos com as mulheres de cor - de “superiores” com “inferiores” e, no maior número de casos, de senhores desabusados e sádicos com escravas passivas, adoçaram-se, entretanto, com a necessidade experimentada por muitos colonos de



se constituírem família dentro dessas circunstâncias e sobre essa base. A miscigenação que largamente se praticou aqui corrigiu a distância social que de outro modo se teria conservado enorme entre a casa-grande e a mata tropical; entre a casa-grande e a senzala. (FREYRE, 2003, p.33)²

Nessa e em diversas outras passagens do mesmo texto, o autor dá a entender o Brasil como um país que, em sua formação, a “unidade ou pureza de raça” (2003, p.91) se deu de forma despreocupada. O entendimento de que as relações de poder dentro do Brasil colonial, circunscritas entre o escravo e o Senhor, se deu de forma pacífica, branda, ou até mesmo em forma de confraternização, é extremamente criticada pela autora Lélia Gonzalez, que resgata processos de reistência do povo negro para os inúmeros processos de violência.

As críticas de Gonzalez à questão do entendimento vigente das relações raciais é de enorme contribuição para o pensamento social. A pensadora, como Barreto (2005) afirma, coloca em cheque e desconstrói a noção de harmonia social, e critica de diversas formas a noção de que o negro estaria “[...] acomodado, que passivamente aceitou a escravidão [...]” (2005, p.54), e para isso, Lélia resgata diversas formas de resistência do povo negro, dando voz e destaque àqueles que eram colocados como submissos e obedientes.

Em específico sobre o processo de miscigenação e as relações inter-raciais, Gonzalez chama a atenção de que essas vinculações se davam dentro de um sistema onde a violência era intrínseca, e afirma que:

A diferença (se é que existiu), em termos de Brasil, estava no fato de que os ‘casamentos inter-raciais’ nada mais foram do que resultado da violência de mulheres negras por parte da minoria branca dominante (senhores de engenho, traficantes de escravos etc.). E esse fato daria origem a década de 1930, à criação do mito que até os dias de hoje afirma que o Brasil é uma democracia racial. Gilberto Freyre, o famoso historiador e sociólogo, é seu principal articulador, com sua teoria do lusotropicalismo. O efeito maior do mito é a crença de que o racismo inexistia em nosso país graças ao processo de miscigenação. (GONZALEZ, 2020, p.50)

Em outras passagens, Gilberto Freyre (2005) continua a apresentar o processo de miscigenação como não só formador da sociedade brasileira, mas também como tendo papel decisivo para abrandar as clivagens de raça presente no Brasil, afirmando que: “Sociedade que se desenvolveria menos pela consciência de raça, quase nenhuma no português cosmopolita e plástico, do que pelo exclusivismo religioso desdobrado em sistema de profi-



laxia social e política [...]” (p.65).

É dentro dessa lógica que Lélia Gonzalez vai entender o racismo como “[...] construções ideológicas cujas práticas se concretizam nos diferentes processos de discriminação social” (2020, p.55), e enfatiza a “[...] reprodução ampliada das classes sociais” (2020, p.55), atentando para a distribuição da sociedade dentro das classes sociais e seu papel de subordinação, afirmando que o racismo, dentro da sociedade brasileira tem um papel de destaque dentro dessa estrutura (2020). É a partir desse entendimento que a pensadora chama atenção para os trabalhos realizados por pessoas negras, que muitas vezes se enquadram como precarizados e de baixa remuneração.

Em especial sobre a mulher negra, Lélia discorre sobre o trabalho doméstico e a ‘mulata’ como produto. Na obra de Gilberto Freyre (2005), a mulata é exaltada, entendida como glorificada pela sociedade através do ‘lirismo amoroso’ (p.72). A pensadora, então, questiona essa racionalidade, colocando o seu pensamento crítico sobre esse entendimento das mulheres negras, que promove não apenas a hierarquização delas a partir do machismo e do racismo, mas também providencia inúmeros impactos sobre a corporeidade dessas mulheres e sua viabilidade. Resgatando o trabalho de Judith Butler (2004), a autora afirma que “certos humanos são reconhecidos como menos que humanos, e essa forma de reconhecimento qualificado não leva uma vida viável [...]”³ (p.2), questionando e se mostrando crítica dos acessos desiguais a direitos e a justiça distributivas desses corpos.

Lélia Gonzalez, então, pensando especificamente a posição da mulher negra na sociedade brasileira, fala como o entendimento da mulata está inserido dentro da lógica que imprime estereótipos que agem nas mulheres negras, e promove um reforço de subordinação e que está “num processo extremo de alienação imposto pelo sistema” (2020, p.59) na questão da exploração sexual da mulher negra, que a autora destaca ir além das possibilidades do feminismo branco que nega a importância da raça para pensar o gênero.

A crítica de Lélia ao feminismo brasileiro, que recusa inserir a raça na questão de gênero, ou “[...] não se atentam para o fato da opressão racial [...]” (2020, p.61) vem do entendimento de que a classe, raça e gênero não podem ser pensados como processos excludentes. Assim, Gonzalez afirma que há um processo de racismo cultural internalizado (2020, p.61), onde “[...] as categorias utilizadas são exatamente aquelas que neutralizam o problema da discriminação racial [...]” (2020, p.61) e que nessa lógica se inserem os “[...] mecanismos da ideologia do branqueamento e do mito da democracia racial [...]” (2020, p.61).

A filósofa também afirma que, em nenhum momento da história, a sociedade negra fez

³ Tradução nossa, a citação na língua inglesa segue: Certain humans are recognized as less than human, and that form of qualified recognition does not lead to a viable life.



parte de fato de um programa de formação de identidade, como, por exemplo, ao destacar José Bonifácio⁴ e seus empenhos de criar uma identidade brasileira e um Estado (GONZALEZ, 2020, p.310). A autora afirma que esse processo de criar uma ausência, ou uma omissão, é como o racismo foi incorporado na sociedade brasileira, e como ele até hoje é entendido, exatamente pelo desenvolvimento de noções como a de democracia racial ou de uma nação a partir de ‘três raças’, mas que duas delas, o negro e o ameríndio, não são vinculadas da mesma forma que o branco.

Dentro desse encadeamento, Lélia Gonzalez pensa o racismo por denegação - conceito freudiano que implica na negação da existência de uma estrutura racista presente na sociedade, já que “acham que o Brasil é uma democracia racial e que é proibido discutir questões sobre o racismo” (2020, p.62). A autora também chama atenção para o contexto específico que é derivado do processo colonizador, como o uso de teorias evolucionistas que se era entendido até então como ciência, e da criação de uma hierarquização dentro do sistema colonial, apontando que as colônias latinas eram “herdeiras históricas das ideologias de classificação social (racial e sexual)” (2019, p.359), e que por isso tinha um arranjo específico posto que:

[;..] no caso das sociedades de origem latina, temos o racismo disfarçado ou, como eu o classifico, racismo por denegação. Aqui, prevalecem as “teorias” da miscigenação, da assimilação e da “democracia racial”. A chamada América Latina que, na verdade, é muito mais ameríndia e amefricana do que outra coisa, apresenta-se como o melhor exemplo de racismo por denegação. (2019, p.358)

Sendo assim, dentro do contexto de um país colonizado e com a ideologia do branqueamento, a autora afirma que “por isso mesmo, a afirmação de que todos são iguais perante a lei assume um caráter nitidamente formalista em nossas sociedades. O racismo latino-americano é bastante sofisticado para manter negros e índios na condição de segmentos subordinados no interior das classes mais exploradas” (2019, p. 359). É importante salientarmos esses entendimentos da obra de Gonzalez, porque é a partir deles que podemos refletir e entender a necessidade de se pensar um feminismo afro-latino americano e a *América Ladina* - que é moldada exatamente de um resgate das culturas ameríndias e africanas, se debatendo o racismo, e entendendo os aspectos de um continente colonizado.

É então pela negação do racismo que as estruturas se mantêm. A democracia racial, o

⁴ José Bonifácio de Andrada e Silva, conhecido como Patriarca da Independência pelo seu papel na Independência brasileira, e também conhecido como Patrono da Independência brasileira.



processo de branqueamento, e até comparações irrisórias que dizem que a questão racial no Brasil é mais branda, acabam por tornar a raça uma questão incontestável. A autora, inclusive, chama a atenção para o não falar sobre o racismo como uma problemática, pois sem o debate não há superação e modificações nas estruturas; um exemplo à crítica da negação do racismo é exatamente dentro do movimento feminista (2020, p.140).

Desse modo, Rodrigues e Monteiro (2020) afirmam que

a intelectual brasileira propunha uma crítica ácida ao modelo brasileiro, no qual o racismo teria sido construído de forma velada, penetrando nos subterrâneos da colônia, com seus particulares esquemas de violência psicológica, como um elemento recalcado - ou melhor, denegado - pela nossa cultura, cujo ocultamento cumpriria um projeto de esquecimento do passado escravocrata que está na gênese da sociedade brasileira e esconderia os meandros da crueldade racista ao negar sua existência. (p.95)

Causando certa “neurose cultural brasileira” (GONZALEZ, 2020), que se apresentaria em diversos âmbitos da sociedade, até aqueles tidos como progressistas, como, por exemplo o movimento feminista e partidos políticos - que se negavam a colocar a questão de raça como central em seus programas.

A questão de gênero e a possibilidade de um feminismo afro-latino-americano

Quando falamos de Lélia Gonzalez, a questão de gênero é uma das principais temáticas, porém ela não é entendida como descolada das questões de classe e raça. Na verdade, esses três conceitos são vistos pela autora de forma imbricada, de maneira interseccional, conceito esse que só foi cunhado em 1989. Autoras norte americanas como Kimberle Crenshaw e Angela Davis também analisam o mundo através dessa tríade, e entendem que essas questões não são mutuamente exclusivas, já que, por exemplo, a mulher negra tem a sua vivência permeada por todas essas questões ao mesmo tempo, e não de forma categorizada ou desagregada.

Biroli (2018) declara que

O gênero não se configura de maneira independente em relação à raça e à classe social nem é acessório relativamente a essas variáveis. De fato, na conformação



conjunta do capitalismo e do patriarcado em seus padrões atuais, as mulheres são posicionadas como um grupo onerado pelo cotidiano de trabalho prestado gratuitamente, direcionado a ocupações específicas, menos remunerado que os homens que desempenham as mesmas atividades e subrepresentado na política. (p.23)

Deixando claro que é necessário pensar as questões de maneira conjunta, e que esses aspectos se multiplicam, se aglutinam, e produzem realidades a partir das suas correlações. Biroli (2018), então, usa a divisão sexual do trabalho para apresentar uma hierarquia de gênero, que incide de diferentes maneiras de acordo com classe e raça.

Particularmente no seu ensaio denominado Mulher Negra, Gonzalez (2020) em sua Carta-Denúncia afirma que “numa sociedade onde o racismo e o sexismo, enquanto fortes sustentáculos da ideologia de dominação, fazem dos negros e das mulheres cidadãos de segunda classe, não é difícil visualizar a terrível carga de discriminação a que está sujeita a mulher negra” (p.109). Deixando claro, assim, a necessidade dos três conceitos para entender as realidades, as hierarquias, a sociedade, e fazer um movimento consciente de tensionar esses parâmetros, visto que “apontar pro lugar da mulher negra nesse processo de formação cultural, assim como pros diferentes modos de rejeição/integração do seu papel” (GONZALEZ, 2020, p,78) nos leva ao questionamento da sociedade brasileira, e que pode nos conduzir ao reconhecimento da necessidade de entender uma *América Latina*.

É se debruçando sobre a questão da mulher negra e o trabalho, que a autora afirma que «de modo geral, a mulher negra é vista pelo restante da sociedade a partir de dois tipos de qualificação <profissional>: doméstica e mulata» (2020, p.59). A questão da mulher negra como doméstica se constrói a partir do processo de escravidão, principalmente derivado do trabalho como mucama, que Gonzalez destaca a representação denominada de “mãe preta” (2020, p.53). Dessa forma, entender a questão das mulheres negras em relação ao cuidado - aqui entendido como função e trabalho, mesmo aqueles não remunerados - não pode ser descolada da sua raça, do seu gênero e da sua classe.

Em consonância com esse entendimento, Biroli (2018) afirma que “essa alocação desigual não é aleatória, mas atende a padrões que têm correspondência com as hierarquias de gênero, raça e classe social. Entre os que cuidam, há mais mulheres, mais negras/os e mais indivíduos das camadas mais pobres da população.” (p.81). Hooks⁵ (2020) também chama atenção para a questão de gênero e condição econômica. A autora norte americana destaca como o movimento feminista apresentava hierarquias de condições

⁵ bell hooks, intelectual negra americana, tem seu pseudônimo grafado em letras minúsculas; uma decisão da autora que argumenta que essa grafia deslocaria o foco da sua figura para suas ideias. Neste artigo, entretanto, fizemos a escolha de grafar seu nome com letras maiúsculas.



sociais, e como “mulheres de classes privilegiadas conseguiram tornar suas preocupações ‘as’ questões que deveriam ser o foco” (p.65).

É então, a partir desta realidade posta, que Gonzalez argumenta a necessidade de se visualizar a questão de classe, raça e gênero de maneira imbricada. Como Hooks enfatiza, a agenda do movimento feminista pode ser moldada pelas mulheres brancas de classe privilegiada, sendo assim a questão do gênero apenas não conseguem explicar o todo. Além disso, é importante lembrar que o movimento feminista, em sua origem, possui imagens brancas e bases de pensamento europeu. Sobre isso, Gonzalez discorre que:

Por aí se vê o quanto as representações sociais manipuladas pelo racismo cultural também são internalizadas por um setor, também discriminado, que não se apercebe de que, no seu próprio discurso, estão presentes os velhos mecanismos do ideal de branqueamento, do mito da democracia racial. Nesse sentido, o atraso político dos movimentos feministas brasileiras é flagrante, na medida em que são liderados por mulheres brancas de classe média. Também aqui se percebe a necessidade de denegação do racismo (2020, p.43)

Seria então, impossível, pensar a questão de gênero dissociada da classe ou raça, não só porque eles incidem da mesma forma sobre as mulheres negras e a construção de hierarquias atua de forma simbiótica, mas porque, se não pensar a questão da raça, que como já exploramos no presente artigo passa pelo fenômeno de denegação, as representações do gênero vão ser singulares - representando apenas a mulher branca e perpetuando a exclusão das mulheres ameríndias e negras. Não pensar a questão de raça e classe é perpetuar uma hierarquia.

De acordo com Lélia Gonzalez, então:

O que se opera no Brasil não é apenas uma discriminação feita; em termos de representação sociais mentais que se reforçam e se reproduzem de diferentes maneiras, o que se observa é um racismo cultural que leva, tanto algozes como vítimas, a considerarem natural o fato de a mulher em geral e a negra em particular desempenharem papéis sociais e desvalorizados em termos de população economicamente ativa (2020, p.42)

Isso porque, até em esferas de se pensar o gênero e não se pensar a raça, corrobora nesse processo de normalização, de naturalização de hierarquias e desigualdades socialmente



criadas. Posto isso, é necessário pensar a raça, classe e gênero atrelados para entender, por exemplo, a divisão sexual do trabalho; que segundo Biroli (2018) é acompanhada do quesito raça na alocação de ocupações, mas também no salário.

É dentro dessa realidade múltipla que Gonzalez argumenta o pensar sobre *ameafricanas*, a *amefrica ladina*, e a necessidade de conceber uma nova forma de feminismo com outros pontos de partida, referências, imagens e lógicas. Lélia Gonzalez, com seus conceitos, promove um questionamento de quem são os sujeitos que dialogam com a ideia do feminismo clássico; quais são os sujeitos que se entrelaçam com a ideia de Brasil; e quais são negados de se tornarem sujeitos a partir de um ideal construindo com olhares que ignoram as especificidades e a história cultural do país.

Dias, Souza e Henning (2021) chamam atenção para as possibilidades que o pensamento de Lélia Gonzalez nos traz a partir de suas críticas, questionamentos e novas perspectivas. É a partir dessa construção de novas concepções que os autores afirmam que a autora produz um novo pensar, dizendo que:

A negra epistemologia de Lélia Gonzalez, por sua vez, aponta para a limitação imposta pelas restrições das fronteiras disciplinares e transita no pensamento diacrônico ao refletir sobre os processos sociais que caracterizaram as experiências de pessoas negras durante a escravidão, e assim, identificar as transformações e permanências nas relações sociais assimétricas no presente. Ao mesmo tempo, para repensar e construir outras narrativas sobre a história das experiências das pessoas negras no Brasil - para além meramente do sofrimento - abre-se espaço também para serem postas em relevo manifestações de criatividade e libertação, o que está também muito presente na abordagem de outras intelectuais negras raízes brasileiras. (Dias, Souza e Henning, 2021, p.95)

Sendo assim, podemos entender como Gonzalez não só identifica novos sujeitos, mas os traz em sua obra como seres ativos, complexos, e com potencialidades. Desse modo, Lélia entende a *ameafricanas* e a *Amefrica Ladina* como possibilidades de criações que oferecem uma mudança de entendimento basilar. A autora afirma que pensar nesses novos termos é de suma importância pois “seu valor metodológico, a meu ver, está no fato de permitir a possibilidade de resgatar uma unidade específica, historicamente forjada no interior de diferentes sociedades que se formaram em uma determinada parte do mundo” (2019, p.362-363).

Pensar na *Amefrica Ladina* é exatamente entender os aspectos históricos que produzem a classe, a raça e o gênero, e a partir daí criar uma nova realidade



na qual o processo histórico é reconhecido, e que leva a novas possibilidades não só de entendimento, mas também de transformação.

Lélia Gonzalez compreende que há um empenho válido em se pensar a partir de uma *Ame-frica Ladina*, afirmando que o “[...] valor metodológico, a meu ver, está no fato de permitir a possibilidade de resgatar uma unidade específica, historicamente forjada no interior de diferentes sociedades que se formaram em uma determinada parte do mundo” (2020, p.362-363). Pensar a partir desse conceito nos proporciona novas formas de entender a realidade, e ainda, de entender a partir de novos olhares. A autora chama atenção para a decorrência de se pensar em termos de uma amefricanidade:

As implicações políticas e culturais da categoria de Amefricanidade (“Amefrican-ity”), são, de fato, democráticas; exatamente porque o próprio termo nos permite ultrapassar as limitações de caráter territorial, linguístico e ideológico, abrindo novas perspectivas para um entendimento mais profundo dessa parte do mundo onde ela se manifesta: a AMÉRICA como um todo (Sul, Central, Norte e insular). Para além de seu caráter puramente geográfico, a categoria de Amefricanidade incorpora todo um processo histórico de intensa dinâmica cultural p.362

Pensar a partir do conceito de amefricanidades então nos permitiria a produzir novos entendimentos, que neles estariam inseridos mais que um processo geográfico da América, mas também um processo histórico-cultural, e sendo assim, produzir um conhecimento com mais referências para além da europeia. Sendo assim, poderíamos também reconhecer outros corpos para além do branco, e então, reconhecer mais mulheres. Consequentemente, tornando os movimentos mais democráticos, causando uma mudança significativa na sociedade.

Fica claro, então, a urgência de se pensar o Brasil a partir de novos cânones, de novos pontos de partida. E a partir daí, conceber também em novos feminismos que possam reverberar as questões das mulheres negras e ameríndias. Questionando as inferioridades criadas pelo processo racista colonial (GONZALEZ, 2020, p.140) podemos atentar em novas formas e maneiras de ser mulher, e questionar o processo do que é delimitado público e privado, e do que é político.

Assim, destacamos o que Lélia Gonzalez argumenta sobre a necessidade de se produzir um novo feminismo, um feminismo afro-latino-americano, que entende as especificidades do que é o Brasil, a sua colonização, as suas desigualdades e hierarquias. Pensar o Brasil de Lélia Gonzalez nos faz ter um entendimento mais amplo da sociedade brasileira, dos processos que se mantém, e também nos ajuda a uma reflexão significativa do que é uma



sociedade democrática.

Elaborar um entendimento da sociedade brasileira pelo olhar pautado em epistemologias e obras transformadoras se torna essencial, sendo a obra de Lélia Gonzalez um dos pilares para nos levar não só a um entendimento mais complexo, plural e completo das desigualdades, mas também para projetar possibilidades de superar as estruturas que engendram entendimentos que nos impedem de ter uma sociedade mais democrática.

A obra de Lélia se mostra então subversiva e instigante, e ao mesmo tempo que dilapida as estruturas da sociedade pautadas no racismo, e nas desigualdade de gênero e classe, nos trás um pensamento que semeia novas possibilidades a partir da defesa do debate político dessas questões. Muitas vezes é colocado como as análises realista e idealistas são distintas, no pensamento brasileiro Lélia as unifica, fazendo uma análise certa da realidade sem abdicar da criação de uma utopia possível, pois entender o Brasil é imprescindível para transformá-lo em um país menos desigual.

Referências

BUTLER, Judith. **Undoing Gender**. New York: Routledge, 2004.

BARRETO, Raquel de Andrade. **ENEGRECENDO O FEMINISMO OU FEMINIZANDO A RAÇA: narrativas de libertação em Angela Davis e Lélia Gonzalez**. 2005. 115 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História Social da Cultura, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/colecao.php?strSecao=resultado&nrSeq=7183@1>

BIROLI, Flávia. **Gênero e desigualdades: limites da democracia no brasil**. Rio de Janeiro: Boi Tempo, 2018.

CARDOSO, Cláudia Pons. Amefricanizando o feminismo: o pensamento de Lélia Gonzalez. **Revista Estudos Feministas**, [S.L.], v. 22, n. 3, p. 965-986, dez. 2014. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-026x2014000300015>.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. **Estudos Avançados**, [S.L.], v. 17, n. 49, p. 117-133, dez. 2003. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0103-40142003000300008>.

CRENSHAW, Kimberle. Demarginalizing the Intersection of Race and Sex:: a black femi-



nist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics. **The University Of Chicago Legal Forum**. Chicago, p. 139-167. 1989. Disponível em: <https://chicagounbound.uchicago.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1052&context=uclf>

DIAS, Luciana de Oliveira; SOUZA, Cristiane Santos; HENNING, Carlos Eduardo. ORÍ E CABAÇA SÃO FEMININAS: mulheres-raízes e suas insurgências na intelectualidade brasileira. **Humanidades e Inovação**, Palmas, v. 7, n. 25, p. 88-105, 10; 2020.

DOMINGUES, Petrônio. O mito da democracia racial e a mestiçagem no Brasil (1889-1930). **Diálogos Latinoamericanos**, Aarhus, v. 10, n. 6, p. 116-131, out. 2005. Disponível em: <https://tidsskrift.dk/dialogos/article/view/113653>

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. 48. ed. São Paulo: Global, 2003.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020. Organização de: Flávia Rios e Márcia Lima.

GONZALEZ, Lélia. A Categoria político-cultural da amefricanidade. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). **Pensamentos feministas: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 1-440.

LORDE, Audre. Idade, raça, classe e gênero: mulheres redefinindo a diferença. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). **Pensamentos feministas: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 1-440.

HOOKS, Bell. **O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras**. 13. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2020.

RODRIGUES, Carla; MONTEIRO, Juliana de Moraes. LÉLIA GONZALEZ, UMA FILÓSOFA AMERICANA. **Revista Ideação**, [s. l], v. 42, n. 1, p. 94-105, jun./dez. 2020. Disponível em: <http://periodicos.uefs.br/index.php/revistaideacao/article/view/5460>. Acesso em: 13 maio 2021.

TOLENTINO, Joana. Lélia Gonzalez: uma filósofa brasileira abalando as estruturas. **Em Construção**, [S.L.], v. -, n. 5, p. 73-83, 7 jun. 2019. Universidade de Estado do Rio de Janeiro. <http://dx.doi.org/10.12957/emconstrucao.2019.40848>.



AMÉRICA LATINA: TEORIA DA DEPENDÊNCIA E NEOLIBERALISMO COMO ENGRENAGENS DE UM PROCESSO HISTÓRICO DE DOMINAÇÃO DO CAPITALISMO

GILBERTO LUNA⁶

RESUMO: Este artigo tem por objetivo analisar a Teoria da Dependência e o Neoliberalismo, através de fatores endógenos e exógenos como elementos de um sistema articulado do capitalismo, visando atender as demandas dos países do centro, por meio da dominação dos países da periferia. Foi utilizada como referencial teórico, a pesquisa bibliográfica de autores como Theotônio dos Santos, Florestan Fernandes, Perry Anderson, José Paulo Netto, e outros.

PALAVRAS-CHAVE: Capitalismo, Dominação, Dependência, Exploração, Neoliberalismo.

ABSTRACT: This article aims to analyze the Dependency Theory and Neoliberalism, through endogenous and exogenous factors, as elements of an articulated system of capitalism aiming to meet the demands of central countries, through the domination of peripheral countries. Using as theoretical reference, the bibliographic and digital research of authors such as Theotônio dos Santos, Florestan Fernandes, Perry Anderson, José Paulo Netto, and others.

KEYWORDS: Capitalism, Domination, Dependence, Exploitation, Neoliberalism.

Introdução

A gênese do processo de dominação externa das nações latino-americanas se deu por intermédio da “expansão da civilização ocidental”, que subjugou os povos nativos da região através de um colonialismo organizado e sistemático, dando início, assim, a uma espoliação dos respectivos povos e uma exploração predatória dos recursos naturais, por aqueles que são designados por “Conquistadores”, a saber, os espanhóis e portugueses, conforme Florestan Fernandes (1975).

Com efeito, a estrutura de dominação implantada pelos colonizadores, refletia interesses econômicos e valores das Coroas e de seus representantes a frente da empreitada, o que culminou na transferência dos padrões ibéricos em termos de estrutura social, adaptados ao processo de escravidão dos nativos, africanos ou mestiços. Assim, apenas os colonizadores poderiam participar das estruturas de poder e de transmitir posição social.

⁶ Graduando do curso de Ciências Sociais da UFRPE.



Sob diversos aspectos, a assimetria entre os colonizadores e povos colonizados da América Latina estava presente na temática que envolveu o século XIX, tendo civilização e barbárie no cerne da questão sobre desenvolvimento, de modo que o atraso ou dependência na região eram vistos como resultado da presença de não-europeus em sua maioria. Verificava-se, então, que a América Latina não apresentava desenvolvimento autônomo, mas sim importava conhecimento científico e tecnologias, o que era observado na segunda metade do século XIX (SANTOS, 1998), como resultado da escolha dos produtores rurais, comerciantes urbanos e das classes dominantes (FERNANDES, 1975). Nisso, tinha-se como agravante nesse processo de dependência, a cumplicidade das classes exportadoras locais, de modo que optaram por manter as estruturas econômicas criadas pelo sistema colonial. Evitando, assim, eventuais custos de uma mudança, de modo que a dominação externa com face imperialista e o capitalismo dependente emergiram como um elemento histórico na América Latina, conforme Florestan Fernandes (1975). Os atores e instrumentos dessa dominação mudaram ao longo do século XX, de modo que antes operavam sob grande influência da Inglaterra, a partir da reorganização da economia mundial, tendo a Revolução Industrial como força motriz, à luz do liberalismo clássico. Nessa esteira, entra em cena então a hegemonia dos EUA, no comando da economia mundial por intermédio de um novo avanço do capitalismo do pós 2ª Guerra Mundial, especialmente no começo da década de 70, isto é, através do neoliberalismo.

Teoria da dependência

Diante da crise financeira mundial de 1929, as economias latinas americanas necessitaram substituir produtos importados dos países de centro por produtos nacionais, e isso levou a um processo de industrialização regional (SANTOS, 1998). Foi nessa esteira que surgiu a teoria da dependência, a partir da produção de intelectuais latinos elaborada entre 1964 e 1967, como forma de elucidar os meandros do desenvolvimento socioeconômico da região, registrado entre 1930 e 1945. Já em termos de definição, a teoria da dependência aponta para manutenção de assimetrias históricas, submetendo povos não europeus aos europeus e EUA, a saber:

Trata-se de uma explicação para compreender as razões sociais, econômicas e históricas que concorrem para manter a situação de pobreza de grande parcela das sociedades nacionais. No plano externo, a teoria da dependência também é utilizada para analisar as desigualdades políticas e econômicas existentes entre os Estados industrializados, grosso modo localizados no Hemisfério Norte, e os dependentes, pobres do Hemisfério Sul. É a dicotomia centro e a periferia. (ALEXANDRE, 2013, p. 108)



Assim, a teoria da dependência busca demonstrar que o sistema econômico mundial apresenta uma dicotomia, uma cisão não natural, em que ao Norte estão os países ricos e centrais, enquanto ao Sul, os mais pobres, com grandes índices de desigualdade social e econômica, e geralmente são fornecedores de matéria prima ou produtos com baixo valor agregado. Além disso, a teoria da dependência tenta compreender as razões que explicam o fato de o Brasil continuar pobre, já que muitos economistas viam na industrialização uma forma de superar a pobreza (HAJE, 2013) através da abertura de processos democráticos e melhoria na distribuição de renda.

Entretanto, a teoria da dependência sinalizou que essa visão desenvolvimentista focada na industrialização (SANTOS, 1998), não resultaria nesse processo esperado, porque isso não significava autonomia local na tomada de decisão, já que o cerne da gestão dos investimentos era externo, centralizado na sede das empresas multinacionais, localizadas nos países que ditavam os rumos da economia mundial.

Nessa esteira também se verifica a frustração com a expectativa de distribuição de renda mais equânime, pois o oligopólio do capitalismo se inclina à concentração em grandes grupos empresariais que dominam a economia. Diferentemente do começo da industrialização europeia, em que o homem do campo conseguia sua inserção como operário urbano, verifica-se nesta visão desenvolvimentista, que considera a industrialização moderna como força motriz principal, que a importação de tecnologia significa usar menos mão de obra, e assim a industrialização dependente não suprirá a demanda de mão de obra vinda do campo e de atividades de autoconsumo que buscam trabalho nas metrópoles dos países periféricos.

É válido ressaltar que essa migração do trabalhador do campo em direção aos centros urbanos ocorreu devido à destruição da economia de autoconsumo e às transformações nas relações capitalistas no campo, enfatiza Theotônio dos Santos (1998). Retomando ao período recessivo de 1929, verifica-se, então, que ele foi marcado por uma crise global e duas guerras mundiais, uma integração da economia mundial sob a hegemonia dos EUA, e o capital acumulado por eles se expandiu pelo mundo, orientado por investimentos na área industrial. Dessa forma, ocorreu um processo de internacionalização do capital sob a égide dos EUA e instituições internacionais e multilaterais definidas em Bretton Woods, sendo essas instituições detalhadas por Carlos Márcio (2013). Com efeito, as corporações multinacionais implantadas entre as décadas de 40 e 60, foram frutos de articulação do processo de expansão do capital internacional e teve como base as indústrias instaladas nos países dependentes e coloniais nos anos 30 e 40.



Então, a partir desse ponto começa uma ruptura com a ideia de que o subdesenvolvimento é ausência de desenvolvimento, e se inicia uma compreensão de que subdesenvolvimento e desenvolvimento pertencem a um processo histórico de desenvolvimento do capitalismo, entendendo esse como um sistema mundial que produz simultaneamente subdesenvolvimento e desenvolvimento.

Num primeiro momento, a partir de um processo histórico, o crescimento industrial da região se tornou inseparável do setor exportador, sob influência da redução de 50% no comércio mundial na crise de 1929 (FRANK, 1991 Apud SANTOS, 1998, p. 68), por intermédio de substituição das importações. Depois, essa dependência foi organizada a nível acadêmico e passou a ser conceitual. Com o objetivo de eliminar empecilhos ao desenvolvimento, surge em 1947 a CEPAL (Comissão Econômica para América Latina), vinculada à ONU, que era uma organização com proposições de políticas e assessorias a governos, através de estudos, visando à eliminação de dificuldades ao processo de industrialização e desenvolvimento da região. Todavia, essa proposta não alterava as estruturas de poder vigentes, mantendo, assim, as assimetrias existentes entre centro e periferia.

Com efeito, há consenso entre a CEPAL e a teoria da dependência apenas no ponto de partida sobre a visão do capitalismo como um sistema mundial. Entretanto, ocorre divergência na interpretação da CEPAL ao considerar subdesenvolvimento e desenvolvimento como etapas sequenciais, ao passo que são vistos como fases diferentes, mas vinculadas, e são analisadas como produtos do capitalismo, pelos teóricos da dependência, segundo Ruy Mauro (1992).

Contundente em suas proposições, e não aceitando aprisionar a revolução na América Latina ao contexto da revolução burguesa (FRANK, 1991 APUD SANTOS, 1998) interpreta o universo colonial como um sistema de expropriação de excedentes econômicos nos cantos mais longínquos, e nessa esteira o surgimento da América Latina se deu para atender as demandas capitalistas da Europa.

Vânia Bambirra (2013) analisa a desnacionalização da indústria na América Latina a partir do final da década de 50, resultante da entrada de capital estrangeiro, ao examinar o grupo de países que inclui Brasil, México, Argentina, Chile, Uruguai e Colômbia. A autora evidencia nesse estudo, dentre outros fatores, que o excedente econômico do centro hegemônico impõe uma lógica de abertura de novos mercados nos países periféricos, a fim de implantar empresas de grande porte e, assim, esses mercados absolverem máquinas e equipamentos ultrapassados, bem como a consequente demanda para a renovação de peças. A partir da mão de obra barata e abundante nos países periféricos, ocorrerá maior taxa na extração da mais valia, além de medidas políticas como redução ou isenção fiscal, incentivos alfandegários, facilitação para remessas de lucros ao exterior, adoção de políti-



cas econômicas recomendadas pelo FMI, aplicação de medidas repressivas para contenção do movimento operário, de modo a garantir o lucro das empresas, e etc. Destacando que, pós Segunda Guerra, inicia-se uma mudança de foco, em que não mais interessa vender a máquina como mercadoria, mais sim a implantação de multinacionais nos países periféricos. Com efeito, esse caminho de dependência, principalmente dos EUA, foi consolidado com o golpe civil-militar de 1964, já que a possibilidade de um projeto alternativo baseado na ampliação do processo de industrialização local iria demandar mudanças, como reforma agrária, criação de um mercado interno, capacitação técnica e intelectual, o que acabou criando insegurança contra o poder político e ideológico da burguesia brasileira.

É oportuno evidenciar que a intervenção na América Latina pelos EUA (SANTOS, 1998) fez parte da implantação de um projeto de desenvolvimento elaborado nos anos 50, moldado na Universidade de Stanford, Califórnia, que apontava como sendo imperativa a criação de uma elite militar, empresarial, envolvendo até sindicato, a fim de viabilizar um regime político estável e modernizador, de forma a manter a região dentro da órbita de interesse e subserviência aos EUA, conforme destaca Theotônio dos Santos (1998).

Ainda em 1960, Fernando Henrique Cardoso (FHC), um dos principais defensores de uma das correntes da teoria da dependência, apontou a fragilidade da burguesia nacional bem como sua falta de protagonismo na participação do capital estrangeiro, reconhecendo em 1974 que o desenvolvimento dependente seria um caminho sem volta.

Nesse sentido, necessitava torná-lo conciliável com a democracia representativa, que teria como obstáculo o corporativismo e uma burguesia conservadora, que acabou por reduzir a capacidade de negociação internacional do Brasil, por conta da dependência surgida pelo avanço tecnológico nos anos 70, além de uma nova divisão internacional do trabalho, fruto de uma acomodação da indústria mundial.

Todavia não faltaram críticas a essa posição de FHC, entre elas está a de que o processo de subordinação dos países periféricos aos países do centro não figura como desvantagem e multiplicador de pobreza (SANTOS, 1998).

Com efeito, todo esse arcabouço de ideias sustentadas por FHC e outros defensores tomou amplitude internacional nos anos 80, influenciando assim uma aliança de centro-direita na Venezuela, Argentina, Peru, México, Bolívia, além também de atrair um alinhamento da esquerda liberal, no sentido de apoiarem plenamente o programa de ajuste econômico imposto pelo Consenso de Washington em 1989, o que já era influência do neoliberalismo.

E esse Consenso passou a pressionar os países dependentes por meio da elevação da taxa de juros internacional, através do FMI, Banco Mundial, dentre outros organismos afins, de modo a usar as respectivas dívidas externas como forma de aprisionamento desses países



aos interesses do centro econômico, por intermédio de um sistema de drenagem dos excedentes econômicos dos países dependentes, produzindo estagnação e retrocesso social e econômico. Mergulhando assim, a região em políticas recessivas, abertura externa, desemprego, especulação financeira e exclusão social crescente.

Dependente, concentrador e excludente, essas são características centrais do desenvolvimento dependente, evidenciadas pela teoria da dependência e que foram agravadas na década de 80, através da subserviência à receita do Consenso de Washington, aprofundando dessa forma o fosso social na América Latina.

Nesse contexto, observa-se a confirmação de que as análises de Theotônio dos Santos no final dos anos 60, sobre a revolução técnico-científica, no sentido de que a expansão industrial na América Latina, não lograria êxito na sua suposta passagem ao patamar das indústrias dos países desenvolvidos. Mas sim, constata-se que os países do centro estavam em posição qualificada no processo de revolução pós-industrial, especializados em pesquisa e desenvolvimento de tecnologia de ponta, que gera novos serviços em áreas, como informação, lazer, cultura, dentre outras. Restando dessa forma, indústrias obsoletas e poluentes para os países com desenvolvimento médio.

Neoliberalismo

A Europa e EUA pós 2ª Guerra Mundial serviram de berço para o neoliberalismo, que usou como livro sagrado a obra “O Caminho da Servidão”, de Friedrich Hayek (ANDERSON, 1995) que foi escrito 1944. As ideias do autor surgiram como reação ao Estado intervencionista e ao Estado de bem-estar, sendo que as bases dessa rede de proteção social já estavam erguidas para além da Inglaterra em 1947, de maneira que Hayek reagia em tom de uma suposta denúncia à liberdade política e econômica, a qualquer tipo de intervenção do Estado no mercado, chegando a dizer, por exemplo, que a social democracia inglesa levaria a uma servidão moderna.

Assim, nessa esteira ideológica, buscando levantar uma frente de resistência contra o Keynesianismo e solidarismo, Hayek se reuniu com outros intelectuais que comungavam do mesmo pensamento e até inimigos do New Deal norte americano, na estação Mont Pèlerin, na Suíça, incluindo nomes como Milton Friedman, Karl Popper, Lionel Robbins, Ludwig Von Mises, dentre outros, o que resultou na criação da Sociedade Mont Pèlerin, algo parecido com uma maçonaria liberal. Tendo os sindicatos e movimentos operários como inimigos, sendo apontados inclusive como destruidores das bases de acumulação capitalista, através da pressão por melhores salários e mais investimentos sociais pelo Estado, a investida neoliberal acusava o Estado de bem-estar promovido entre os anos 50 e 60, de destruir a liberdade dos cidadãos, o vigor da concorrência e assim afetaria o desenvolvimento de



todos.

Hayek e seguidores advogavam por uma estabilidade financeira acima de tudo, contenção de gastos sociais, o retorno de certa taxa de desemprego tida como importante. Além disso, eles defenderam desarticular o poder dos sindicatos, incluindo destaque para a defesa da desigualdade como algo positivo, indispensável e necessário para as sociedades ocidentais, o que dialoga com o processo histórico de surgimento e colonização da América Latina para atender as demandas capitalistas da Europa.

Assim como na sequência, verifica-se com a omissão de FHC sobre o fato da teoria da dependência gerar pobreza, já citados. Entretanto, essa agenda neoliberal não tinha qualquer espaço nesse momento, diante da fase de ouro do capitalismo, entre as décadas de 50/60, o que a fez ficar adormecida por vinte anos, aguardando o momento oportuno.

Com efeito, a chance decisiva para o neoliberalismo surgiu com a chegada ao poder de Thatcher em 1979, Reagan à presidência dos EUA no ano seguinte, e a partir de 1983 quase todos os países da Europa ocidental deram uma guinada à direita (ANDERSON, 1995), abrindo caminho para uma nova linha de políticas para além da crise econômica iniciada em 1973.

Nesse contexto, com a crescente tensão da Guerra Fria, na direção de mudanças favoráveis ao neoliberalismo, verificou-se o fato de que os EUA resolveram implantar uma nova geração de foguetes nucleares na Europa ocidental, como consequência da intervenção soviética no Afeganistão, ocorrida em 1978, o que criou uma tempestade perfeita para que Hayek e seguidores usassem a bandeira anticomunista, que por sinal está no cerne do neoliberalismo. Em termos de variantes do Neoliberalismo, nos EUA que quase não tinham um Estado de bem-estar no estilo europeu, observou-se que o foco foi à competição militar com a União Soviética, com vistas à quebra da economia russa, mas sem sucesso. Em política interna, o destaque ficou com Reagan que bateu recorde de gastos militares.

Entretanto, a forma mais fiel do neoliberalismo se verificou na Inglaterra, que dentre outras medidas estão altas taxas de juros, forte redução de impostos sobre os rendimentos altos, criaram níveis de desemprego elevados, reprimiram greves, impuseram uma nova legislação antissindical, cortes em gastos sociais, privatização de indústrias básicas como de aço, eletricidade, petróleo, gás e água. Sem esquecer, no entanto, que o primeiro laboratório do neoliberalismo foi implantado no Chile, sob a ditadura de Pinochet, em 1973. E, ainda, medidas semelhantes foram aplicadas não só lá, mas acompanharam a onda neoliberal que varreu o continente nos anos seguintes, isto é, Salinas, México em 1988, Menem,



Argentina em 1989, Fujimori, Peru em 1990, Itamar, Brasil em 1992, dentre outros. No caso do Brasil e da Bolívia, a preparação do terreno que receberia a semente neoliberal se deu a partir da administração da hiperinflação (OLIVEIRA, 1995), o que no caso brasileiro ocorreu no governo de Itamar Franco (1992-1995), de modo a tornar a sociedade mais receptiva ao remédio amargo prescrito pelo neoliberalismo, evitando embates com forças sindicais. Inclusive, Francisco de Oliveira (1995, p. 28) faz um comentário pertinente nesse contexto: “É este o programa neoliberal em sua maior letalidade: a destruição da esperança e a destruição das organizações sindicais [...]”

Ou seja, essa agenda neoliberal irá lutar para banir os sindicatos e na sequência atacar direitos sociais, além de colocar a sociedade de joelhos, diante da redução do poder compra através da elevada taxa de inflação. Nesta escalada de avanço do capitalismo, através do neoliberalismo, torna-se imprescindível destacar o apreço pela desigualdade social, pela exploração humana, pela manutenção de um fosso com diversos recortes entre centro e periferia, em nome de um “bezerro de ouro” chamado lucro, em detrimento até da democracia. Nesse sentido, Hayek (apud ANDERSON, 1995, p. 20) tem algo a dizer: “A liberdade e a democracia poderiam facilmente torna-se incompatíveis, se a maioria democrática decidisse interferir com os direitos incondicionais de cada agente econômico [...]”. Isto é, em defesa do lucro, até a liberdade e a democracia se tornam desprezíveis para os ideólogos do centro. José Paulo Netto (1995) alerta para que os opositores do neoliberalismo não se detenham apenas nas críticas, mas que apresentem propostas concretas de substituição a esse modelo, bem como se busque compreender o que levou ao êxito do avanço neoliberal. Destaca, inclusive, como efeito colateral do aprofundamento das desigualdades, a xenofobia, conflitos por motivações étnicas, dentre outros. Além de ressaltar que no caso brasileiro, a democracia não se traduziu em melhoria efetiva na vida da população mais simples, o que se transformou em descrédito na política, em desesperança, o que acaba favorecendo a pauta neoliberal

Considerações Finais.

É imperativo não perder de vista que o fio condutor que perpassa a *Teoria da Dependência* e o *Neoliberalismo* conduz à ofensiva do capitalismo para atender as demandas dos países ricos, usando para tanto instrumentos variados de dominação, através da exploração crescente dos países do Terceiro Mundo - principalmente da América Latina - pelo agravamento do fosso social entre centro e periferia, com diferentes atores históricos, ora sob as bênçãos da elite europeia, com destaque para a influência da Inglaterra, ora através de instituições como Banco Mundial, FMI, dentre outras, a serviço dos interesses dos EUA. Assim, de modo a manter em expansão um processo de espoliação dos países periféricos, há uma busca frenética por lucros exorbitantes, em benefícios dos países do centro e suas



corporações.

Ao se examinar o processo histórico do capitalismo dependente na América Latina, verifica-se certo diálogo ou aproximação com o neoliberalismo e alguns defensores da teoria da dependência, de maneira a impor uma subserviência ao centro econômico mundial, em detrimento de um desenvolvimento autônomo dos países da América Latina, que sofrem interferências de várias formas, inclusive militar, patrocinada direta ou indiretamente pelos EUA pós Segunda Guerra. Aliás, essa falta de zelo pela democracia é inclusive aceita com naturalidade pelo neoliberalismo, em defesa da mais valia.

Com efeito, a bandeira do neoliberalismo contra o intervencionismo do Estado no mercado, já poderia ser vista até mesmo quando essa corrente de pensamento ainda estava em fase embrionária, ao se observar a análise de Bambirra citada sobre o desmonte da indústria local em diversos países da América Latina na década de 50, abrindo caminho para exploração da numerosa mão de obra sem qualificação pelas multinacionais.

E nesse aspecto envolvendo mão de obra abundante, há também ponto de contato com a posição já exposta por Theotônio dos Santos, quando ele alerta que o desenvolvimento dependente não atenderá a demanda vinda do campesinato, sendo importante reafirmar que o neoliberalismo tem apreço por altas taxas de desemprego, a fim de não afetar o lucro, o que é garantido pelo baixo valor da mão de obra.

Referências

ANDERSON, Perry et al. **Balço do neoliberalismo**. Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, p. 9-23, 1995.

BAMBIRRA, Vânia. **O capitalismo dependente latino-americano**. Disponível em: < <https://docero.com.br/doc/nvc8s05> > Acesso em: 11 ago. 2021

COZENDEY, Carlos Márcio B. **Instituições de Bretton Woods**. Disponível em: < <http://funag.gov.br/biblioteca/download/1079-instituicoes-de-bretton-woods.pdf> > Acesso em: 08 ago. 2021.

FERNANDES, Fernandes. **Capitalismo Dependente e Classes Sociais na América Latina**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975. 144 p.

HAJE, José Alexandre Altahyde. **A Teoria da Dependência: Uma Contribuição aos Estudos de Relações Internacionais**. Disponível em: < <https://periodicos.ufpe.br/revistas/politicohaje/article/viewFile/3776/3080> > Acesso em: 02 ago. 2021.



MARINI, Ruy Mauro. **América Latina Dependência e Integração**. Disponível em: < <https://biblio.imperialismoedependencia.org/textos-contemporaneos-tmd/america-latina-dependencia-e-integracao/>> Acesso em: 10 ago. 2021

LIMA, Telma Cristiane Sasso de; MIOTO, Regina Célia Tamaso. **Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica**. Rev. Katál. Florianópolis, v. 10 n. esp. p. 37-45, 2007. Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/rk/v10nspe/a0410spe>>. Acesso em: 29 jun. 2021

NETTO, José Paulo, et al. **Repensando o balanço do neoliberalismo**. Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, p. 29-34, 1995

OLIVEIRA, Francisco de, et al. **Neoliberalismo à brasileira. Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, p. 24-28, 1995.

SANTOS, Theotônio dos. **A Teoria da Dependência: Balanço e Perspectiva**. 1998. Disponível em: < <https://drive.google.com/file/d/0B0eSnYD-sJTwR0dXSXZZb2trYjQ/view>> Acesso em: 01 ago. 2021

SOILO, Andressa Nunes. **DO EVOLUCIONISMO CLÁSSICO AO PARTICULARISMO HISTÓRICO NA ANTROPOLOGIA: PRINCIPAIS IDEIAS**. Disponível em: <<https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/tessituras/article/view/2541>> Acesso em: 20 jul. 2021.



SOBRE O CONCEITO DE (R)EXISTÊNCIAS DO SUL

THIAGO PESSOA DE MELO *

Resumo: O objetivo deste artigo é refletir acerca do conceito de (r)existências resistentes proposto por Júlia Benzaquem, tendo como ponto de partida um texto publicado em 2014, no qual a socióloga defende as potencialidades das experiências de resistências do Sul (periferia global). Usando como referencial a teoria pós-colonial, pretendo pensá-lo como possibilidade de abarcar outras formas de luta não contempladas pelo conceito clássico de movimentos sociais. Dessa forma, o que se pretende nesse ensaio é dialogar com a Sociologia das Ausências e das Emergências, conceito proposto por Boaventura de Sousa Santos e as Epistemologias do Sul. Os quais têm por intenção tornar o ausente presente, evitando o desperdício das experiências do outro lado da linha, que tornam-se invisíveis e incapazes de coexistir com o pensamento científico e a teoria hegemônica marcada por aquilo que ele nomeou pensamento abissal, que as transforma em inexistentes e as descredita como alternativas possíveis para construção de outros sentidos para a realidade social.

Palavras-chave: Estudos pós-coloniais. Geopolítica do conhecimento. Movimentos Sociais. (R)existências resistentes. Sul.

Abstract: The aim of this article is to ponder about the concept resistant (r)existences purposed by Júlia Benzaquem, based on text published in 2014, where the sociologist defends the potentialities of south resistances experiences (global periphery). Using as reference the post-colonial theory, intending to think as a possibility of reaching other ways of social struggle not embedded in the classical concept of social movements. From this, it is intended in this essay to dialog with the Sociology of absences and Emergencies, concepts proposed by Boaventura de Sousa Santos and the South Epistemologies. They intend to transform the missing into present. avoiding the experience waste in the other side of the line, that become invisible and incapable coexisting to scientific thought and hegemonic theory marked by something called by him as abyssal, which transforms into nonexistent and discredit them as possible alternative to build other meanings to social realities.

Keywords: Post-colonial studies; Geopolitics knowledge; Social movements; resistentes (r) existences; South



Breve introdução ao pós-colonial

O “pós-colonial” se refere, basicamente, a dois entendimentos: um é o tempo histórico que é posterior aos processos de independência política e descolonização dos países chamados “terceiro mundo”, a partir da metade do século XX; o outro significado do termo remete ao conjunto de contribuições teóricas oriundas principalmente dos estudos literários e culturais, que a partir dos anos 1980 entraram em evidência em algumas universidades dos Estados Unidos e da Inglaterra” (BALLESTRIN, 2013, p. 90). O pós-colonialismo não se define numa matriz teórica única, encontrando-se espalhado em diferentes áreas do conhecimento. É associado aos trabalhos de teóricos como Albert Memmi, Aimé Césaire, Edward Said, Franz Fanon, Homi K. Bhabha, Gayatri Spivak, Stuart Hall e ao grupo sul-asiático de Estudos Subalternos, criado na década de 1970 pelo indiano Ranajit Guha.

Ao abordar o tema da desprovincialização da sociologia e a superação das dicotomias criadas pelo pensamento científico moderno, Sérgio Costa entende o pós-colonial vai além do colonialismo e alude a situações de opressão diversas, definidas a partir de gênero, étnicas e raciais. Trata-se de uma “reconfiguração do campo discursivo no qual as relações hierárquicas ganham significado” (Hall, 1997 apud COSTA, 2006a, p. 118), e consequentemente do discurso científico. Sob diferentes perspectivas, o pós-colonialismo compartilha do “caráter discursivo do social”, do “descentramento das narrativas dos sujeitos contemporâneos”, do “método da desconstrução de essencialismos”, da “proposta de uma epistemologia crítica às concepções dominantes de modernidade” (COSTA, 2006, p. 83-84 apud BALLESTRIN, 2013, p. 90), assim, conforme o entendimento do autor:

a abordagem pós-colonial constrói, sobre a evidência - diga-se, trivializada pelos debates entre estruturalistas e pós-estruturalistas - de que toda enunciação vem de algum lugar, sua crítica ao processo de produção do conhecimento científico, que ao privilegiar modelos e conteúdos próprios ao que se definiu como a cultura nacional nos países europeus, reproduziria em outros termos, a lógica da relação colonial (ibidem, 2006a, p. 117)

Costa (2013) constrói sua crítica de natureza epistemológica às ciências sociais, afirmando que determinadas formas de produção do conhecimento se estabeleceram de modo a contribuir para a lógica interna do colonialismo, “na medida em que não apenas as experiências de minorias, mas também os processos de transformação social nas sociedades “não ocidentais” são analisados recorrentemente nos termos de suas relações funcionais ou de semelhança e diferença com aquilo que se definiu como centro da sociedade moderna” (COSTA, 2013, p. 30). Na sequência, ele argumenta que o discurso West/Rest, pensando por Stuart Hall, se tornou:



[...] um dos fundamentos da sociologia moderna, que toma as normas sociais, as estruturas e os valores encontrados nas sociedades denominadas ocidentais como o parâmetro universal que define o que são sociedades modernas. Assim sob a lente da sociologia, as especificidades das sociedades “não ocidentais” passam a figurar como ausência e incompletude, em face do padrão moderno, depreendidos exclusivamente das “sociedades ocidentais”. (COSTA, 2006a, p. 119)

Consequentemente, esse processo implicou uma gramática implicitamente comparativa que toma as sociedades europeias como padrão, isso já se refletindo na obra de pensadores clássicos, em categorias como modo de produção asiático, de Marx, e patrimonialismo, em Weber. Dessa maneira, tudo aquilo que não cabe nas narrativas históricas das ciências sociais modernas passa a ser decodificado como o ainda não existe, uma falta a ser compensada pela intervenção social cabível em cada contexto (dominação colonial, ajuda ao desenvolvimento, intervenção humanitária etc.). Porém, não se trata de atribuir a responsabilidade a estas disciplinas, mas de pensar de que forma estas acabaram por reproduzir a lógica colonial a partir de discursos que alimentaram e legitimaram este modelo dominante de representação das relações. Segundo Costa reflete sobre essa reprodução e afirma que:

[...] as ciências modernas encerram um “regime de verdade” que reproduz sempre e inapelavelmente as relações de poder existente. Conforme esta crítica, presente entre outros, em muitos estudos feministas e antirracistas, as categorias e os sistemas de classificação científicos não são, do ponto de vista das estruturas de poder étnicas, raciais e de gênero, neutros; mas ao contrário, refletem e legitimam a posição de superioridade do “homem branco ocidental”. Particularmente importante aqui é a crítica de cientistas sociais oriundos da África, Ásia e América Latina, de acordo com a qual noções coloniais teriam impregnado as ciências humanas de maneiras tão profunda que mesmo hoje exerceriam um importante papel na produção do conhecimento científico. (COSTA, 2013, p. 29)

Igualmente, assinala Lerma (2010), na perspectiva do colonizado:

[...] se estabelece uma geopolítica do conhecimento dentro da qual o mundo colonizado não produz senão reproduz o conhecimento europeu, através do qual é possível falar de uma colonialidade do saber, já que o conhecimento europeu se propõe e se percebe como universal, objetivo e verdadeiro assim que o que expresse será reconhecido como verdade científica, a partir disso pode-se afirmar que “nosso conhecimento tem caráter colonial e está assentado sobre pressupostos que implicam em processos sistemáticos de exclusão e subordinação” (LERMA, 2010, p. 10)

Desta forma, as especificidades das sociedades “não ocidentais” passam a figurar sempre como ausência e incompletude. A obra clássica do palestino Edward Said, *Orientalismo*,



publicada originalmente em 1978 e traduzida para vários idiomas, é considerada a obra que funda o pós-colonialismo. O que é importante para pensarmos como estes pressupostos implicam em processos de hierarquia e poder através do discurso. Said, como outros autores pós-coloniais, foi influenciado pela crítica foucaultiana à “episteme” das ciências humanas (Foucault, 1972 apud COSTA, 2006, p. 119). Ele analisa a “invenção” do Oriente pelo Ocidente decorrente da construção discursiva e representação a priori do outro.

Trazendo este debate acerca da reconfiguração dos padrões discursivos das ciências sociais para mais perto da nossa realidade local, o grupo Modernidade/Colonialidade (M/C), constituído no final dos anos 1990, é um “programa de investigação” (ESCOBAR, 2003, p. 53 apud BALLESTRIN, 2013, p. 99) que “compartilha noções, raciocínios e conceitos que lhe conferem uma identidade e vocabulário próprio, contribuindo para a renovação analítica e utópica das ciências sociais latino-americanas do século XXI” (BALLESTRIN, 2013, p. 99). Este coletivo surge em decorrência da ruptura epistêmica de autores latino-americanos com os subaltern studies latino americano e asiático, por acreditarem que os estudos pós-coloniais estavam impregnados das categorias de pensamento pós-estruturalistas, rompendo ou expandindo conceitos de Foucault e Derrida, que não abarcaram em suas teorias a posição do sujeito subalternizado, a voz do Outro. Para Escobar, a genealogia do grupo inclui (BALLESTRIN, 2013, p. 99):

[a] Teologia da Libertação desde os sessenta e setenta; os debates na filosofia e ciência social latino-americana sobre noções como filosofia da libertação e uma ciência social autônoma (por ex., Enrique Dussel, Rodolfo Kusch, Orlando Fals Borda, Pablo Gonzáles Casanova, Darcy Ribeiro); a teoria da dependência; os debates na América Latina sobre a modernidade e pós- modernidade dos oitenta, seguidos pelas discussões sobre hibridismo na antropologia, comunicação nos estudos culturais nos noventa; e, nos Estados Unidos, o grupo latino-americano de estudos subalternos. O grupo modernidade/colonialidade encontrou inspiração em um amplo número de fontes, desde as teorias críticas europeias e norte-americanas da modernidade até o grupo sul-asiático de estudos subalternos, a teoria feminista chicana, a teoria pós-colonial e a filosofia africana; assim mesmo, muitos de seus membros operaram em uma perspectiva modificada de sistema-mundo. Sua principal força orientadora, no entanto, é uma reflexão continuada sobre a realidade cultural e política latino-americana, incluindo o conhecimento subalternizado dos grupos explorados e oprimidos (ESCOBAR, 2003, p.53)

O grupo M/C é formado por autores dos Estados Unidos e América Latina, tendo como principais expoentes Aníbal Quijano e Walter Mignolo, e autores como Enrique Dussel, Arturo Escobar, Fernando Coronil e Ramon Grasfóguel. O grupo M/C procura evidenciar os processos de continuidade e descontinuidade da modernidade, mostrando a face oculta da



modernidade imbricada nos processos de colonização e imperialismos, e se perpetuando naquilo que Quijano nomeou de colonialidade do poder. Além do diálogo do grupo com vários intelectuais, no qual destacam-se o norte americano Immanuel Wallerstein, e o sociólogo português Boaventura de Sousa Santos.

A sociologia crítica de Boaventura de S. Santos

O sociólogo e jurista português Boaventura de Souza Santos defende como tema central de seu trabalho teórico - desde o início dos anos noventa com o livro *Um discurso sobre as ciências* (1988) já problematizava acerca do discurso científico em seus estudos - as Epistemologias do Sul (SANTOS e MENESES, org., 2009). Há uma produção significativa nesse sentido, tanto nos escritos de Santos, tanto quanto em diversas outras publicações nas ciências sociais, procurando compreender as estruturas de construção do conhecimento científico moderno como modelo paradigmático dominante e universal, e que dão evidência às epistemologias alternativas que se encontram no outro lado da linha.

A crítica direcionada ao modelo de racionalidade ocidental e seus pressupostos de “neutralidade e objetividade” relativiza as posições dos sujeitos, ao situá-los nos centros hegemônicos de produção e reprodução do conhecimento. As Epistemologias do Sul ao denunciar a incompletude das Epistemologias do Norte visam identificar outros discursos ou narrativas sobre o mundo. Estas epistemologias só existem enquanto a relação de distinção e diferença colonial criada pelas Epistemologias do Norte persistirem. Como nos diz Santos, “uma epistemologia do Sul assenta em três orientações: aprender que existe o Sul; aprender a ir para o Sul; aprender a partir do Sul e com o Sul” (SANTOS, 1995, p. 508). Santos e Meneses se indagam:

Por que razão, nos dois últimos séculos, dominou uma epistemologia que eliminou da reflexão epistemológica o contexto cultural e político da produção e reprodução do conhecimento? Quais foram as consequências de uma tal descontextualização? São hoje possíveis outras epistemologias? (SANTOS e MENESES, org., 2009, prefácio).

Ao levar em conta o contexto (lugar de enunciação) da diferença cultural e política (distribuições desiguais de poder) em que se dá a produção de um determinado saber busca-se evidenciar processos de injustiças cognitivas que foram reproduzidos e permeados no conhecimento europeu, o que deixou de fora “paradigmas outros” (Mignolo, 2003). Com isso, as Epistemologias do Sul buscam, sobretudo, dar visibilidade às alternativas contra hegemônicas que sobreviveram aos processos de colonialismo e hoje emergem e afrontam a lógica moderna da colonialidade. São outras formas de pensar/fazer o mundo, a filosofia indígena e o ubuntu por exemplo, que não prescindem do saber ocidental; existe uma riqueza de conhecimentos contida numa pluralidade epistêmica e de cosmovisões que



excede os limites da compreensão ocidental do mundo. Neste sentido, é possível o conhecimento científico dialogar com outros saberes “não científicos”?

A ecologia de saberes e o reconhecimento da inesgotável diversidade das experiências do mundo confronta a lógica da monocultura (SANTOS, 2002) da ciência moderna pelo pensamento pós-abissal (SANTOS, 2007, p. 23). Traduz-se na criação de espaços de diálogo horizontal, com conhecimentos que foram relegados ao espaço da subalternidade pelo cânone da ciência moderna, que ficaram de fora dos interesses do capitalismo, do colonialismo e do patriarcado. Desta perspectiva de diálogo com o Sul e suas próprias subjetividades, a discussão para a necessidade de dar visibilidade à epistemologias e saberes alternativos que sejam conduzidos às margens do sistema-mundo. Conhecimentos que se encontram fora dos centros hegemônicos de produção da ciência social, com o objetivo de criar uma comunidade científica internacional independente desses centros (SANTOS, 2009). Conforme o próprio Santos nos diz, o Sul remete a:

[...] um conjunto de procedimentos que visam reconhecer e validar o conhecimento e as lutas produzidas por aqueles que tenham sofrido sistematicamente as injustiças, opressões, dominações e exclusões causadas principalmente pelo capitalismo global, colonialismo e patriarcado (SANTOS, 2009, p. 12).

A partir deste posicionamento intelectual, o adjetivo “do Sul” implica, primeiro, uma reflexão profunda acerca das bases epistemológicas da ciência moderna e da pretensão de universalidade deste modelo de racionalidade. A razão indolente - assim nomeada por Santos (2002) - é um modelo de racionalidade que se coloca acima de todas as “outras formas de pensar”, seu rigor científico e sua pretensão de validade universal se nega a dialogar com outras práticas e experiências. “Sob estas lentes”, as experiências de resistência e emancipação social/política do outro lado da linha tornam-se invisíveis, sendo “a ciência social responsável (umas das) por esconder ou desacreditar as alternativas” (SANTOS, 2002, p. 238). E em segundo lugar, pensar de que maneira essa riqueza social, vem sendo reduzida “aos olhos” do paradigma dominante da ciência moderna, que será trabalhado posteriormente na limitação do alcance do conceito de movimentos sociais, por exemplo.

O Sul global não está limitado ao espaço geográfico em si, trata-se do reconhecimento da existência do Sul geopolítico (também há um Sul no Norte e um Norte no Sul, que é o que justifica a possibilidade de pensarmos o pós-colonial no viés de conceitos elaborados por um autor europeu). Na perspectiva de Santos, “o Sul é uma metáfora do sofrimento humano causado pelo capitalismo” (SANTOS, 2006, p. 27). Para Santos, a injustiça social global estaria portanto estritamente associada à injustiça cognitiva global, de modo que a luta por justiça social só poderia ser superada mediante a superação da injustiça cognitiva (SANTOS, 2007).



Ao pensar “metaforicamente” a dicotomia Norte/Sul, a relação centro/periferia remonta a processos de hierarquização e assimetria de posições que se refletem na produção de conhecimento, e aqui é importante pensarmos em termos da geopolítica do conhecimento conceito cunhado por Walter Mignolo (2002). A relação metrópole/colônia do colonialismo ainda que superada no âmbito da dominação política direta, ainda persiste na forma de colonialidade (do poder, do saber e do ser, nos termos de Quijano) e se reflete na dimensão política, econômica, da autoridade, da natureza, dos recursos naturais, do gênero, da sexualidade, da subjetividade e do conhecimento (dimensão epistemológica).

Descolonizar a ciência é repensá-la, e reescrevê-la de forma a não continuar reproduzindo categorias que reforçam processos de colonialidade, que ao afirmarem o Ocidente como modelo universal de compreensão da realidade existente, deixaram de fora a questão dos saberes e práticas locais. A periferia deste sistema não é incapaz de apresentar alternativas e soluções aos problemas da contemporaneidade, pelo contrário, o Sul é quem vem se mostrando mais fortalecido nos últimos anos na luta contra o capitalismo, enquanto no Norte há um esgotamento da teoria crítica no sentido de sua incapacidade de apresentar alternativas aos problemas sociais que com os quais temos nos deparado.

Sobre o conceito de (r)existências do Sul e do por que não movimentos sociais

O conceito de (r)existências resistentes defende um posicionamento crítico de intervenção sociológica no mundo, de resistência teórica, política, na práxis e epistemológica, que potencialize as experiências na perspectiva do Sul global, historicamente marginalizado e ignorado pelo olhar do Outro, sobre uma infinidade de modos de vida e resistências possíveis. Dentro desse debate, Júlia Benzaquem (2014) afirma ser útil adotar “um conceito que vá além do conceito de movimentos sociais e possibilite abarcar a pluralidade de participantes, de formas organizacionais e de temáticas” (p. 2), tendo em vista a constituição teórica deste conceito dentro do contexto europeu que resultou no que ela define como uma gramática colonial na Sociologia, que implica em vários vieses na produção de conhecimento social sobre o mundo a partir de tais conceitos de contexto eurocêntrico. De acordo com Flórez (2007), a literatura clássica sobre movimentos sociais assenta suas teorias em argumentos que se baseiam em dicotomias modernas: autonomia-dependência; atraso-desenvolvimento; local-global e centro-periferia etc. Esta lógica dicotômica criou binarismos que acabam por hierarquizar as dinâmicas sociais, segundo seu maior ou menor distanciamento a um modelo moderno-ocidental-colonial, visto como padrão comparativo. Desse modo, tal lógica se universalizou sem levar em conta outras realidades globais, o que refletiu também diretamente também no conceito de movimentos sociais,



e suas variadas concepções. É de uma perspectiva contra-hegemônica que ela pensa ser útil repensar o conceito de movimentos sociais e potencializar o conceito de Sul (Benzaquem, 2014), segunda Júlia:

[...] A história da Universidade e das ciências em geral reforçou processos de elitização do saber através de uma postura falsamente apolítica. A defesa da neutralidade e a busca por se igualar às ditas ciências duras, através de correntes positivistas da ciência, fizeram com que a sociologia se estabelecesse através de uma gramática colonial. É possível constatar que lidamos com uma gramática colonial devido à dificuldade dos conceitos sociológicos lerem a realidade local e proporem novos caminhos (BENZAQUEM, 2014, p. 2).

Levando em consideração o contexto eurocêntrico em que se desenvolveram os conceitos sociológicos - das “metanarrativas totalizantes” que buscavam homogeneizar as experiências do globo, ao lerem as realidades sociais sem levar em conta sua diversidade cultural e epistemológica, desacreditando como alternativa a possibilidade de reconhecer como legítimas as práticas e saberes que emergem do Sul global periférico; Benzaquem (2014) propõe pensarmos a partir da ideia de (r)existências resistentes, que é, segundo a autora, “uma nova lógica de questionamento dos fundamentos que estruturam a modernidade ocidental” (p. 3). Na visão dela, (r)existir:

[...] é combater o monopólio da colonialidade através de tornar o ausente presente. O conceito de colonialidade, assim cunhado por Quijano (2002), enfatiza a continuidade entre o tempo e os espaços coloniais e o tempo e espaços pós-coloniais. O conceito de colonialidade evidencia que as relações coloniais não se limitam ao domínio econômico-político e jurídico-administrativo dos centros sobre as periferias, mas também a uma dimensão epistêmica, cultural e racial desse domínio. Dessa forma, descolonizar é colocar-se contra as diferentes formas de dominação que existiram e existem e que nos impõem uma lógica de pensar (BENZAQUEM, 2014, p. 4) [grifos da autora]

Benzaquem defende a necessidade de uma revisão histórica de quais experiências tem sido consideradas pelo cânone eurocêntrico resistências cânone. Ela explica que a literatura clássica sobre movimentos sociais, ao fazer referência às barricadas francesas do período revolucionário (1789-1800), ao movimento ludista (1811 e 1820) e às revoltas camponesas inglesas desenvolvidas no início da modernidade, não foi capaz de abarcar as resistências que se ocorreram antes disso. Dessa maneira, ela aponta que é necessário incluir as resistências que aconteceram fora da Europa no período que Dussel (2000) chama de Primeira Modernidade (ou seja desde os “descobrimientos” das Américas até a Segunda Modernidade (a época do Iluminismo, da Revolução Industrial e da Revolução Francesa) e que são menosprezadas na literatura clássica. O texto de Flórez mostra exemplos de lutas



que aconteceram na primeira modernidade no continente americano (BENZAQUEM, 2014, p. 4):

Os quilomos, que, fugindo da escravidão, ansiavam, como Benkos Bioho no palenque caribenho de San Basilio (1691), a formas de vida mais digna para seu povo, a rebelião liderada por Tupac Amaru II no Vice-Reino do Peru (1780), ou a Revolução Haitiana (1804) que dividiu a ilha La Española em duas áreas, étnica e culturalmente distintas (FLÓREZ, 2007, p. 255).

Partindo da necessidade de se evitar o desperdício das experiências (com a expansão do presente e a contração do futuro) presente nas reflexões teóricas de Boaventura de Sousa Santos, e tendo como inspiração a experiência de resistência da rede “Coque (R) existe”, Júlia defende que os processos de resistência se traduzem na própria afirmação da existência de alguns atores, movimentos, que por si só já denunciam a construção da inexistência através de processos de expropriação, repressão e/ou assimilação (Benzaquem, 2014). Potencializar essas experiências pode se dar no âmbito de visibilizá-las e também no âmbito da invisibilidade destas práticas assim como visto no trabalho teórico de Babha (1994). O texto de Júlia nos mostra como é possível pensarmos em termos de (r) existências do Sul:

Uma estratégia de descolonização é visibilizar o que é sistematicamente ocultado. Essa visibilização fornece instrumentos epistemológicos de questionamento da ideia eurocêntrica de movimentos sociais, como também potencializa lutas que, em um registro eurocêntrico, não seriam vistas enquanto tais. Um bom exemplo é a recente visibilização do movimento indígena na América Latina, se enquadrando no conceito de Novo Movimento Social (BENZAQUEM, 2014, p. 4).

No sentido de dar visibilidade às (r)existências, é pertinente a contribuição da Sociologia das Ausências e das Emergências por se colocar como uma ferramenta importante para pensarmos a construção de inexistência e invisibilidade das experiências e dar evidência à riqueza social contida em práticas, saberes e movimentos periféricos. Segundo Boaventura de Sousa Santos: “trata-se de uma investigação que visa demonstrar que o não existe é, na verdade, ativamente produzido como tal, isto é, como uma alternativa não creditável ao que existe” (SANTOS, 2002, p. 246). Pensando a relação sujeito/objeto das ciências sociais, Santos afirma:

O seu objeto empírico é considerado impossível à luz das ciências sociais convencionais, pelo que a sua simples formulação representa já uma ruptura com elas. O objetivo da sociologia das ausências é transformar objetos impossíveis em possíveis e com base neles transformar a ausência em presenças. (ibidem, 2002, p. 246).

Portanto, por pretender tornar o ausente presente e por entender que o conceito de NMSs



é insuficiente e incapaz de abarcar essa pluralidade, Benzaquem aponta, através da (in)visibilidade de resistências, para a “pluralização de ideias e ações que defendem emancipações diversas” (2014, p. 6). Conforme nos diz Benzaquem:

[...] o exercício epistemológico de substituir o conceito de movimentos sociais por de (r)existência resistentes visa enfatizar a complexidade das ações que buscam a mudança do status quo no mundo contemporâneo. Por um lado, a variedade de tipos de resistências pode significar processos de fragmentação e de particularismos, por outro, a diversidade de resistências pode também levar a ações específicas de impacto político significativo, bem como ampliação de possibilidades de articulações diversas entre resistências distintas.

As resistências do Sul diferentemente das resistências do Norte, se apresentam não como uma forma de reivindicação dentro do paradigma regulação/emancipação (SANTOS, 2007), mas vão além ao questionarem as premissas fundamentais da sociedade capitalista, ao questionarem o paradigma apropriação/violência, profundamente este lado da linha, que só foi possível através do outro lado da linha.

O conceito de Novos Movimentos Sociais (NMSs) se tornou clássico no debate sociológico (SANTOS, 2005; TOURAINE, 1998; LACLAU e MOUFFE, 1985 apud Benzaquem, 2014). Os “velhos” movimentos sociais, aqueles que não se enquadram na categoria de NMSs, são aqueles inspirados no paradigma marxista tradicional, centrando-se na luta de classe como elemento motivador. Já os novos movimentos sociais (NMSs) são “aqueles cujas fontes dos conflitos sociais enfatizaram a cultura, a identidade, a esfera dos micropoderes, ou seja mobilizariam sujeitos a temáticas específicas como gênero, etnia, identidade cultural, meio ambiente etc”, Júlia se pergunta:

Como chamar de “novo” uma resistência que acontece desde quando os colonizadores chegaram a territórios americanos? Os indígenas se mobilizavam antes mesmo de serem chamados enquanto tais. Certamente, não tão articulados uns com os outros nem com categorias como a de identidade e etnia, por exemplo, mas resistiam. Visibilizar o passado da luta indígena é potencializar a capacidade epistemológica de entender a realidade bem como fortalecer a ação política do movimento indígena no presente. (BENZAQUEM, 2014, p. 4)

Descolonizar as ciências sociais diz respeito, sobretudo, a compreensão dos processos de continuidade e descontinuidade do tempo-espço da modernidade, tendo em mente que as teorias são construídas a partir de um determinado referencial político e cultural (local de fala), e que “pouco nos servirá recorrer a ciência social tal como a conhecemos” (SANTOS, 2002, p. 238); e de reconhecermos que para “combater o desperdício da experiência social [...] não basta propor um outro tipo de ciência social. Mais do que isso, é necessário



propor um modelo diferente de racionalidade” (SANTOS, 2002, p. 238).

Considerações finais

Se para Jürgen Habermans a modernidade é um projeto inacabado, para o grupo M/C a descolonização também o é. Diferentemente da modernidade, a colonialidade não é um ponto de chegada (Mignolo, 2003). As injustiças sociais andam de mãos dadas com os processos de exclusão cognitiva (SANTOS, 2006). As resistências do Sul se apresentam de modo contra-hegemônico como a defesa do diálogo das ciências com outras epistemologias, como uma tentativa de abrir o cânone moderno para que este enxergue a pluralidade epistemológica do mundo e a diversidade de experiências de resistências. Não visa a substituição do modelo atual de ciência por um outro paradigma que vem a se tornar dominante, mas pretende construir um diálogo capaz de proporcionar uma ciência que não esteja fundada numa lógica produtivista de crescimento econômico. O conceito de (r)existências resistentes é justamente o grito daqueles que a modernidade (em seu lado obscuro) deixou de fora ao longo dos processos históricos de exclusão, que conseguiram (r) existir persistentemente e agora reivindicam mais espaço de participação e se apresentam como modelos alternativos possíveis. Dessa forma, “o político se revigora epistemologicamente a partir do conceito de (r)existências do sul, inclusive oferecendo caminhos para prática social de reinvenção política institucional” (Benzaquem, 2014, p. 9) Nesse sentido de renovação política, Júlia cita em seu artigo a importância dos Zapatistas como exemplo de outras subjetividades. Vale a pena passar por uma profunda reflexão epistemológica para pensarmos se a partir das ferramentas conceituais que a ciência social tem hoje é possível presarmos em “um outro mundo possível”.

REFERÊNCIAS

BALLESTRIN, Luciana. 2013. América Latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 11. Brasília, pp. 89-117.

BARRETO, Francisco de Sá; BENZAQUEM, Júlia Figueredo. 2014. A mão dupla da rua: A ambivalência da “nova resistência” ou elementos para uma nova gramática da mobilização. **Revistas Estudos de Sociologia**. Recife: No prelo.

BENZAQUEM, Júlia Figueredo. 2013. O engajamento intelectual através do reconhecimento da geopolítica do saber. **REALIS**, v. 3, n. 02.

_____. 2014. Reflexões a respeito da ideia do conceito de (r)existências do Sul. **Estudos de Sociologia**, vol. 2, n 20.



COSTA, Sérgio. 2006. **Dois Atlânticos: teoria social, anti-racismo e cosmopolitismo**. Belo Horizonte: Editora UFMG.

_____. 2006a. Desprovincializando a sociologia - a contribuição pós-colonial. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 21, n. 60, São Paulo, p. 117-183. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v21n60/29764.pdf> . Acesso: 28 de nov. 2015.

_____. 2013. “(Re)Encontrando-se nas redes?” As ciências humanas e a nova geopolítica do conhecimento. **Estudos de Sociologia, Rev. do Progr. de Pós-Graduação em Sociologia da UFPE**. v. 16, n. 2, p. 25-43.

DUSSEL, Enrique. 2000. “Europa, modernidad y eurocentrismo”. In LANDER, Edgardo (coord.). **La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales, perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO.

ESCOBAR, Arturo. 2003. “Mundos y conocimientos de outro modo: el programa de investigación modernidad/colonialidad latinoamericano”. **Tabula Rasa**, n. 1, p. 58-86.

FLÓREZ, Juliana. 2007. Lectura no eurocéntrica de los movimientos sociales latinoamericanos - Las claves analíticas del proyecto modernidad/colonialidad. In CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSGUÉL, Ramón (orgs.). **El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global**. Bogotá: Siglo del Hombre Editores; Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos y Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar. p. 243 - 266.

LACLAU, Ernesto. Os novos movimentos sociais e a pluralidade do social. **CEDLA, Latin American Studies**, n° 29, organizado por David Slater.

LERMA, Betty Ruth Lozano. **El feminismo no puede ser uno porque las mujeres somos diversas. Aportes a um feminismo negro decolonial desde la experiencia de las mujeres negras del Pacífico colombiano. La manzana de la discordia**. Julio-Diciembre, año 2010, vol. 5, n. 2:7-24. Disponível em: < <http://manzanadiscordia.univalle.edu.co/volumenes/articulos/Vol5N2/art1.pdf>>. Acesso em 15/03/17.

MIGLIEVICH-RIBEIRO, Adélia e Lílian Lima Gonçalves dos Prazeres. 2015. A produção da subalternidade sob a ótica pós-colonial (e decolonial). **Temáticas**, Campinas, 23, (45/46): 25-52.

MIGNOLO, Walter. 2002. “The geopolitics of knowledge and the colonial difference”. **The South Atlantic Quarterly**, v. 101, n. 1, p. 57-95.

_____. 2003. “Un paradigma otro”: colonialidad global, pensamiento fronterizo y cosmopolitismo crítico”. In MIGNOLO, Walter. **Historias locales-diseños globales: colo-**



nialidad, conocimientos subalternos y pensamiento fronterizo. Madrid: Akal. p. 19-60.

QUIJANO, Aníbal. 1992. Colonialidad y modernidad/colonialidad. **Peru Ingíg.** 13(29): 11-20.

_____. 2005. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. **CLACSO**, Consejo Latino Americano de Ciencias Sociales, Buenos Aires, p. 117-142.

SAID, Edward. [1978]. **Orientalismo: O Oriente como invenção do Ocidente.** Tradução Rosaura Eichenberg. - São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (orgs.) 2013. **Epistemologias do Sul** [livro eletrônico]. São Paulo: Cortez.

SANTOS, Boaventura de Sousa. 2002. Para uma sociologia das ausências e das emergências. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, 63, 237-280.

_____. 2006. A gramática do tempo: para uma nova cultura política. São Paulo: Cortez.

_____. 2007. Para além do Pensamento Abissal: Das linhas globais a uma ecologia de saberes. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, 78. In<http://www.ces.uc.pt/bss/documentos/Para_alem_do_pensamento_abissal_RCCS78.PDF>. Acessado em: dezembro de 2016.



ENSAIO CONTRA O VEGANISMO: POR UMA CRIATIVIDADE POLÍTICA ANTICOLONIAL E ANTICIVILIZATÓRIA

AKUENDA TRANSLÉSBICHA BUARQUE DE SOUZA⁷

DANIEL FIGUEREDO DE OLIVEIRA⁸

RESUMO: Esta é uma análise crítica anticolonial do veganismo, entendo-o como uma filosofia política que se beneficia dos processos colonizadores, ensaiando a construção de uma filosofia antiespecista opositora da consideração moral, premissa norteadora do veganismo, pautada por referências culturais dos racializados / colonizados, de modo que retome uma continuidade cosmológica, interrompida pelo apocalipse dos mundos destes povos, pelo processo civilizatório europeu.

Palavras Chaves: supremacia branca, veganismo, cosmologias ancestrais.

ABSTRACT: This is an anti-colonial critical analysis of veganism, I understand it as a political philosophy that benefits from colonizing processes, rehearsing the construction of an anti-species philosophy opposed to moral consideration, a guiding premise of veganism, guided by cultural references of the racialized / colonized, of a way that resumes a cosmological continuity, interrupted by the apocalypse of the worlds of these peoples, by the European civilizing process.

Keywords: white supremacy, veganism, ancestral cosmologies.

⁷ Ativista africanista, antiespecista e sexodissidente, cozinheira, trabalhadora ambulante e estudante de ciências sociais da UFRPE - Universidade Federal Rural de Pernambuco.

⁸ Professor Adjunto do Departamento de Fundamentação da Educação da UFPB - Universidade Federal da Paraíba



*O pensamento do animal, se pensamento houver,
cabe à poesia, eis aí uma tese, e é disso que a
filosofia, por essência, teve de se privar⁹.*

DERRIDA

No Brasil é cada vez mais difícil definir o veganismo, já que ele se encontra em extrema disputa, os conflitos envolvem a conceituação do termo e também sua abrangência. As distintas metodologias e focos dados para sua promoção e propagação carregam consigo a direção e perspectiva que fundamentam a adesão de pessoas ora a uma filosofia política, ora a um padrão de consumo e até mesmo a um estilo de vida.

Embora o veganismo/vegetarianismo difundido a partir de iniciativas punks, anarquistas e autônomas tenha levantado no Brasil o questionamento da exploração animal sob um ponto de vista crítico à objetificação, industrialização e domesticação desde dos meados dos anos 80 do século XX. Na última década do século XXI, uma perspectiva colonialista, liberal e de mercado ganhou visibilidade através do investimento em publicidade, empresas, tecnologia, além de criar seus próprios canais de comunicação para vincular o termo a um padrão de consumo “sustentável” e estilo de vida urbanizado, diferenciado, elitista e racista, protagonizado sobretudo por instituições, coletivos e organizações brancas do sul e sudeste do Brasil.

Já no nordeste brasileiro as agitações em torno desta temática têm buscado articular a luta por libertação animal a partir da experiência dos movimentos sociais, assumindo postura crítica ao capitalismo e localizando o especismo enquanto opressão estrutural, sem reduzir a sua abrangência puramente a um ingrediente, ou produto, mas sim compreendendo-o na relação total, não só de produção, como também de interação, cuidado e respeito com os não humanos.

É neste cenário que revisitamos o contexto que envolve o surgimento do termo veganismo enquanto categoria, localizando racialmente suas referências, métodos, estratégias e narrativas para que possamos dismantelar o colonialismo das filosofias políticas do mundo ocidental que aliena os povos racializados a não buscarem em suas ancestralidades refe-

9 DERRIDA. O animal que logo sou, p. 22

10 Calíli Cavaleiro, Fabiene Verdu e Juliana Marangoni professores da Universidade Estadual de Maringá, fazem um estudo sobre o contexto “transnacional” na expansão do veganismo. CAVALHEIRO ALVES, C.; MARANGONI AMARANTE J. e VERDU, F. Difusão do Vegetarianismo e Veganismo no Brasil a partir de uma perspectiva de transnacionalização. Revista Eletrônica Ciências da Administração e Turismo. v.6, n.1, p. 51 - 67, Jan/Jul, 2018



rências e inspirações para seus problemas cotidianos¹¹, criados em grande medida pelo projeto expansionista da supremacia branca.

A Europa branca e o mito fundador

De origem inglesa, profundamente marcado pelo consumo e conseqüentemente fundado em preocupações elitistas sobre estilo de vida¹², concluímos que localizar branquitude no veganismo é redundante, já que ele nasce como produto de uma população que se beneficiou com o julgamento das experiências de outros povos com os animais não humanos. Classificando práticas nativas e comunais como irracionais, selvagens e primitivas, a dominação colonial e sua verdade urbanística, higienista, cristã, mercantilista e globalista instituiu o apocalipse de vários mundos e suas cosmovisões. Todas estas ações podem ser categorizadas naquilo de Davi Kopenawa vai apontar em sua “crítica xamânica da economia política da natureza” de povo da mercadoria.

Construíram fábricas para cozê-los e fabricar mercadorias em grande quantidade. Então, seu pensamento cravou-se nelas e eles se apaixonaram por esses objetos como se fossem belas mulheres. Isso os fez esquecer a beleza da floresta. Pensaram: “Haixopè! Nossas mãos são mesmo habilidosas para fazer coisas! Só nós somos tão engenhosos! Somos mesmo o povo da mercadoria! (KOPENAWA; ALBERT, 2010, p.407)

A mesma branquitude, agora herdeira da acumulação capitalista promovida pela domesticação de animais, pelo tráfico atlântico de pessoas pretas e pela industrialização, devolve a solução sobre sua relação com os não humanos, diante uma exploração animal nunca antes experimentada na história da humanidade - e que ela mesma criou - sob a alcunha de veganismo. De Pitágoras à Tom Regan, passando por Sylvester Graham, Tolstoi e Gary

¹¹ Uma vez que o padrão da supremacia branca foi imposto como universal, não raro se faz uso das filosofias brancas fundadas no centro das disputas sociais, políticas, espirituais e culturais europeias como marco para interpretação da realidade de todos os povos, como o feminismo, o racionalismo, o antropocentrismo, o anarquismo, o comunismo e a ideia de esquerda em geral. Por vezes, as referidas abordagens filosóficas, pouco (ou nada) dizem sobre questões e conflitos que não atravessam os mitos fundadores do eurocentrismo.

¹² Em 1944, Donald Watson decidiu se juntar a outros vegetarianos estritos e rompeu com a Sociedade Vegetariana de Manchester criando o “Non-dairy Produce Group”, este grupo organizou a publicação “The Vegan News”, unindo o começo e o fim do termo vegetariano para criar uma nova categoria. Em 1945 a publicação mudou seu nome para “The Vegan e deu impulso a Vegan Society. Em 1947 a organização defendeu o repúdio ao uso de animais para qualquer finalidade e em 1951 publicou sua definição de veganismo como “a doutrina de que o homem deveria viver sem explorar animais na medida do possível”. Ver COLE, M. “The greatest cause on earth: The historical formation of veganism as an ethical practice”, in “The Rise of Critical Animal Studies: From the Margins to the Centre”, Routledge, 2014.



L. Francione os princípios que envolvem a consideração dos animais não humanos referenciados na história do veganismo perpassa uma pureza higienista, uma religiosidade moralista¹³, e até mesmo um decoro racista que reflete na ascensão de uma arrogância supremacista, implicando na crença de uma superioridade benevolente sobre si mesmo, da mesma forma que os homens brancos europeus se intitularam únicos representantes legítimos do humano.¹⁴

Isto nos traz uma preocupação fundamental sobre a consideração moral¹⁵ dentro do veganismo, uma vez que ela traz consigo um valor social e um capital simbólico. A associação da morte como algo estritamente negativo, impuro e as reflexões modernas sobre violência que impede não só os seres humanos animalizados, como os próprios não humanos de gestioná-la¹⁶, nos coloca numa vantagem enquanto espécie supremacista, além de consolidar locais de privilégio que se beneficiam da exploração animal, da alienação de classe e do racismo. Acreditamos que a violência e a morte fazem parte da nossa condição animal e que precisamos mudar a forma de compreendê-las, longe dos marcos da branquitude e da modernidade para que esta relação de poder tão desigual não continue ser perpetuada. Quando começamos e ver o antiespecismo enquanto filosofia política que preza por uma ética de não dominação entre espécies, atentas às possibilidades de resistência e autodefesa, nos deparamos com a impossibilidade de considerá-la pela moral, principalmente em

13 A história da dieta vegetariana abrange culturas e territórios que não fazem parte do panteão cultural clássico do ocidente, como Egito, Índia, Japão e China. Na Grécia e Roma, quando associada a questões religiosas e filosóficas este hábito carregava em si valores morais e de pureza pra quem o praticava, embora também fossem constatados pressupostos da não violência e das relações de parentesco dos não humanos com os humanos, marcantes nas culturas não ocidentais. Segundo Pedro Ribeiro Martins, professor de língua e literatura grega da UFRJ, as reflexões alternativas sobre alimentação vegetariana na Grécia Antiga “tem seu início no século VI a.C. com as práticas órficas e pitagóricas e estende-se até a Escola Neoplatônica com Porfírio de Tiro no século III d.C. Trata-se de um pensamento minoritário, confinado a círculos filosóficos ou a elites e que não permeou o pensamento das camadas mais populares da Antiguidade, mas que manteve uma tradição ininterrupta por quase oitocentos anos”. Ver MARTINS, P. O Vegetarianismo na Antiguidade como Campo de Pesquisa Interdisciplinar. *Mare Nostrum*, v. 10, n. 1, p. 1-9, 9 abr. 2019.

14 As irmãs Syl e Aph Ko, no excelente “Aphro-ism: Essays on Pop Culture, Feminism, and Black Veganism from Two Sisters”, analisam como o homem branco europeu cunhou a ideia de superioridade racial na animalização do que não é seu espelho: “A hierarquia racial e o racismo, sem falar no pensamento racial que eles geram, foi a nova forma para que europeus brancos ocidentais no período colonial, legal e moralmente, classificassem grupos fora da zona “humana”. Desta forma, os autores desse sistema estavam profundamente interessados numa rígida divisão especista na qual “humano” indicava o domínio da moralidade e da lei, e “animal” era o espaço de ausência do ser e de falta de lei, apontando para uma necessidade de ser controlado, disciplinado e contido pelos “humanos”.

15 Segundo a antropóloga Ana Paula Perrota em entrevista ao IHU On-line em 2019 “(...) o **veganismo**, enquanto um projeto epistemológico, político e individual, é também um projeto moral porque consiste na elaboração do que seria a “boa vida” dos animais e que se faz acompanhada de uma prescrição de práticas fundadas na “ética animalista” - como identificam.” disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/159-noticias/entrevistas/587493-veganismo-por-uma-outra-etica-humana-que-valorize-a-historia-dos-animais-entrevista-especial-com-ana-paula-perrota>

16 Em junho de 2016, o assassinato de Juma, onça-pintada que participou de uma cerimônia olímpica em Manaus, após fugir do centro militar e atacar um soldado que tentava recapturá-la, revela o drama de uma espécie ameaçada de extinção e gera questionamentos sobre a captura de animais selvagens em centros do Exército na Amazônia. Ver em <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-36584894>



um contexto colonial. Ora, se para Frantz Fanon a cidade do povo civilizado

é um lugar de má fama, povoado por homens de má reputação. Lá eles nascem, pouco importa onde ou como; morrem lá, não importa onde ou como. É um mundo sem espaço; os homens vivem uns sobre os outros. A cidade do colonizado é uma cidade com fome, fome de pão, de carne, de sapatos, de carvão, de luz. A cidade do colonizado é uma vila agachada, com uma cidade sobre seus joelhos. (1991, p.39.)

Cabe aos subalternizados criar condições e estratégias necessárias para conquistar emancipação e preservar autonomia num contexto supremacista e escravocrata. A morte do explorador, do caçador com arma de fogo ou do *sinhô*, pode representar um avanço fundamental na luta por libertação, isto é, o que faz da morte um problema são as condições políticas supremacistas que determinam quem e de que forma se morre, bem como quem tem poder para matar. Ressignificar essa lógica do necropoder é cauterizar a ferida aberta e constantemente inflamada por uma lógica da soberania do colonizador, como atesta Mbembe

[...] o direito soberano de matar não está sujeito a qualquer regra nas colônias. Lá, o soberano pode matar a qualquer momento ou de qualquer maneira. A guerra colonial não está sujeita a normas legais e institucionais. Não é uma atividade codificada legalmente. Em vez disso, o terror colonial se entrelaça constantemente com um imaginário colonialista, caracterizado por terras selvagens, morte e ficções que criam o efeito de verdade. (2018, p. 36).

Para os animais a humanidade é nazista e a heterossexualidade, enquanto regime político e tecnologia que permitiu a superpopulação de humana no planeta, consolida a dominação de uma concepção de humanidade branca, colonialista e ecocida, para construir cidades que se estruturam sobre a expulsão e extermínio de indivíduos e espécies silvestres. Considerar esta premissa, como ativista que tem em sua história a luta sexodissidente¹⁷, implica reconhecer que a estratégia de universalização e expansão da supremacia branca é uma guerra aos corpos dos bichos e das pessoas racializadas. Desta forma o ativismo por libertação animal que tento construir assume inevitavelmente uma postura anticivilizatória e crítica anticolonial que se inspira ferozmente na capacidade de autodefesa dos animais selvagens, que não por acaso, ainda sobrevivem neste território e são hábeis em devorar e estraçalhar seus próprios caçadores para defender a própria vida. Assim como

17 Da noção de dissidência sexual; corpos que dissidem do regime político sexual heterocentrado e cissexista



uma “TAZ deve ser capaz de se defender; mas, se possível, tanto o “ataque” quanto a “defesa” devem evadir a violência do Estado, que já não é uma violência com sentido” (BEY, 2004, p.5) Devemos criar uma máquina de guerra nômade que canibaliza ideias, corpos e subjetividades colonizadoras com o intuito de defecar sua insignificância, substituindo sua história “brancocêntrica” por uma história a contrapelo, desviante e anticolonial.

Se não puder matar meu algoz não é minha revolução

Em Recife, a construção do Porto de Suape provocou uma instabilidade ecológica nunca antes vista no litoral de Pernambuco e nordestino, o desequilíbrio ambiental resultante de sua instalação é consensualmente referido por especialistas e autoridades como fator decisivo para os ataques de tubarão nas orlas de Recife a partir da década de 90¹⁸. O Brasil é o quarto país do mundo em número de ataques, desde que os dados começaram a ser compilados pelo *International Shark Attack File*. Dos 102 ataques contabilizados, o lugar com o maior índice é a faixa de costa das praias do Grande Recife. Oficialmente, há 65 ocorrências na região, sendo 25 fatais.

Embora o especismo sempre nos forneça um menosprezo e uma subestimação aos não humanos, a ciência antropocêntrica já confirma que o comportamento de ataque destes animais marinhos não pode ser analisado apenas pelo seu lado selvagem ou instintivo. Alguns estudos têm apontado que diversas espécies de tubarões demonstram habilidades para resolução de problemas, competência social e curiosidade, sabe-se ainda que os tubarões são capazes de praticar atividades lúdicas, como é visto em cetáceos e primatas. Além disso, a relação entre as massas corporais e cerebrais dos tubarões é semelhante à dos mamíferos e outras espécies de vertebrados de organização biológica mais complexas, apesar de serem menor do que a dos humanos¹⁹.

Em agosto de 2014, o repórter da TV Globo, Francisco José, realizou uma reportagem²⁰ com a presença do professor Fábio Hazim, do Departamento de Pesca e Aquicultura da Universidade Federal Rural de Pernambuco. A reportagem convida os telespectadores a um mergulho com as mesmas espécies de tubarões que habitam o litoral pernambucano, para entender o porquê delas atacarem nas praias de Recife e não nas Bahamas. Aliás,

18 MPPE diz que supressão de mangue em Suape afetou fauna marinha: Inquérito de promotor do Meio Ambiente relaciona porto a últimos ataques. Ver em

<http://g1.globo.com/pernambuco/noticia/2013/10/mppe-diz-que-supressao-de-mangue-em-suape-afetou-fauna-marinha.html>

19 Ver mais em <https://www.sharks-world.com/shark-behavior/> e https://www.sharks-world.com/how_big_is_the_shark_brain/

20 Matéria do programa Nordeste Viver e Preservar disponível no Globoplay: <https://globoplay.globo.com/v/3552872/>



não só na Bahamas é possível nadar junto com os tubarões, no arquipélago de Fernando de Noronha, não raro, grupos de mergulhadores e nativos encontram cardumes da espécie e esta convivência possibilita uma compreensão sobre o comportamento do peixe e uma interpretação de quando o animal demonstra intenção de ataque ou não²¹. A atividade turística na ilha também explora informalmente a espetacularização da caça dos tubarões às sardinhas, onde filhotes encurralam suas presas na parte mais rasa da praia. O ataque final comumente é registrado e filmado pelos equipamentos de turistas deslumbrados.

De modo geral, as conclusões sobre os ataques destes animais marinhos contra os humanos na reportagem, não levam em consideração que a maioria significativa não são para necessidades alimentícias, uma vez que o ser humano não é a presa ideal para a espécie. Os tubarões preferem animais menores no qual tenham que gastar menos energia no ataque, os bichos marinhos apenas destroçam o corpo das vítimas humanas e não se alimentam delas²². Foi ainda desconsiderado o fator que reconhece a inteligência dos tubarões e sua capacidade de compreensão e interpretação sobre as violências que foram vítimas, bem como a sua habilidade combativa depois de uma inquestionável ação predatória. Levanto perspectiva dos ataques dos tubarões no litoral da capital pernambucana serem experiências de resistência exitosa, onde certamente, através de seus próprios sistemas de comunicação - apesar de solitários também possuem convivência social - conseguem interpretar os riscos trazidos pela humanidade e conseqüentemente se insurgir contra eles. Se os humanos e seu desenvolvimentismo ecocida destruíram o habitat dos tubarões, é por bem ressignificar a existência ocupando novos territórios, destruindo o turismo e o cartão-postal da capital.

Neste sentido o ataque é uma forma de produzir para si um novo espaço de existência, uma fronteira que foi criada como mecanismo de revide e sendo reinterpretada como uma membrana socialmente entendida como violência do subalterno. Ela difere da violência do estado por produzir uma subjetividade que desterritorializa o *ethos* da existência como tentativa de sobreviver para um eixo da criação da vida. Um novo mapa que congrega esferas imagéticas, mas que por outro lado provoca o medo real de que os colonizadores não

21 O próprio Fabio Hazim, na mesma matéria, explica que as espécies cabeça-chata e tigre se alimentam de animais de menor porte, uma vez que animais maiores como os seres humanos, podem representar um gasto maior de energia para caça.

22 Geni Nuñez, guarani, ativista antiespecista e psicóloga nos ilustrou com lucidez e concisão como opera psicologicamente a hipersexualização dos corpos racializados fazendo um bom paralelo com o deslocamento de recusa apontando por Grada Kilomba no ensaio “A Máscara” traduzido para o português pela também antiespecista e pesquisadora afrodiásporica Jess Oliveira (disponível em <http://www.revistas.usp.br/clt/article/view/115286/112968>), no qual aponta como a branquitude inverte seus desejos e acha que é muito desejada pelos colonizados enquanto é ela quem inveja-os e deseja-os a todo tempo, escondido. A fantasia do canibalismo em relação aos indígenas, também toma um lugar semelhante no desejo. De modo correspondente, quem busca a matança dos tubarões são os humanos e não o contrário, como é romantizado e espetacularizado nos filmes estadunidenses, da série Tubarão.



estão sozinhos e não podem, em hipótese nenhuma, se sentirem seguros.

Quilombos, tekoá, coméias e tocas não são cidades

Baseadas em cosmovisões de povos originários de Pindorama, *Aby Ayala*²³ e África, e como ativista que tem na sua história a propagação do termo veganismo descolonial, estamos revisitando nossas verdades e refletindo sobre o que grupos e indivíduos veganos vem construindo, sob os fundamentos da consideração moral, padrão de consumo e estilo de vida que, para nós, são herdeiros e colaboradores da colonialidade e branquitude que o termo carrega. Estamos primeiramente pautando esta ideia como uma filosofia política que busca um nome e um outro termo que represente muito mais um antiespecismo inspirado no resgate das concepções e práticas *Yorùbá*²⁴ e *Wuyjuyu*²⁵, por exemplo, de relação com os não humanos, sem perder de vista os valores e princípios de solidariedade, apoio mútuo entre as espécies, abolição de instituições hierárquico supremacista e a objetificação de corpos para necessidades civilizatórias, que, a partir do anarquismo, inspiraram e permitiram esta trajetória.²⁶

Entre os Yorùbá, existem alguns aspectos, que demonstram relativa horizontalidade entre animais humanos e não humanos, apesar da colonização ter aculturado¹⁹ esta etnia desde o sequestro transatlântico no século XVI até meados do século XX. Diferentemente das religiões abraâmicas, Olorum ou Olodumare, entidade suprema na cosmovisão Yorùbá não assume forma humana, mas representa um estado de existência, sem ter gênero e forma única atribuída²⁷. Olodumare criou os orixás que são representados pela forma humana, animal e pelos elementos da natureza para lidar com tudo que fica no àiyé (terra). O cosmos Yorùbá está cheio de interpretações religiosas-metafísicas de animais, sendo estes tão produtos da criação quanto os humanos. Alguns animais são considerados sagrados e não podem ser mortos, nem comidos como os abutres, os calaus, os papagaios, e os bú-

23 Pindorama é o nome que os povos andinos e populações indígenas dos pampas davam ao território tomado pelo Estado brasileiro. Já Aby Ayala ou Abya Yala, na língua do povo Kuna, significa “Terra madura”, “Terra Viva” ou “Terra em florescimento” e é sinônimo de América.

24 Povo da África Ocidental presente na Nigéria, Benin, Gana, Togo, Serra Leoa, Cuba e Brasil

25 Popularmente conhecidos por Mundurukú, os historicamente famosos ‘cortadores de cabeça’, autodenominam-se Wuyjuyu. O nome “Mundurukú” foi dado pelo grupo rival Parintintins e significa “formigas vermelhas. É uma referência ao ataque em massa que costumavam realizar sobre seus inimigos.

26 A domesticação, a caça e a sacralização também estão presentes em culturas dos povos originários e africanos, contudo, o objetivo ao fazer este resgate não diz respeito a voltar no tempo nem romantizar sua cosmologia, mas sim entender que nos princípios norteadores da vida destes povos, podemos encontrar símbolos e valores que nos permitem desenvolver e criar uma prática sob uma ética política que não só referencie nossa ancestralidade, mas combata a universalização de um tipo de mundo marcado pelo extermínio, enquanto estratégia de dominação da supremacia branca.

27 Através de Bolaji Idowu, cristão e pastor da Igreja Metodista da Nigéria, temos acesso aos escritos que representam os primeiros registros instrumentais da espiritualidade Yorùbá a partir de um ponto de vista de um africano, embora o resultado seja influenciado pelo cristianismo seu relato sobre Olorum evidencia um tipo de força divina não simétrica com a concepção cristã.



falos, que representam a orixá Oyá. Outro ponto de ênfase com relação a interação profunda entre bichos e humanos se aplica particularmente a nomeação de crianças e bichos domesticados. Para eles este ato é um importante ritual que consolida a visão de mundo Yorùbá e deve ter por escolha nomes que remetam a uma situação ou circunstância que cercam seus nascimentos²⁸. Também se destaca a crença Yorùbá na transmigração de espíritos humanos nos corpos dos animais: insetos, pássaros, cabras, veados etc.

Para além de um princípio antropomórfico, a experimentação ancestral revela atravessamentos cortantes que os povos racializados são expostos por uma lógica do necropoder. Talvez, o encantamento seja uma possibilidade de desalojar a colonialidade e produzir novas existências como experimentações anticivilizatórias

[...] o encanto é bem mais que um truque simbólico, ele é um feitiço que enreda o vivente ao viver. O viver não faz sentido, mas o vivente é o sentido mesmo da vivência; o mundo não tem um sentido, mas muitos; o sentido é o próprio gerúndio do existir e, existindo, o encanto do existir fera um regime de signos que multiplica o feitiço em magia, a magia em encanto, o encanto em atitudes, as atitudes em relações de alteridade que se alojam no útero do mistério (OLIVEIRA, 2007, p. 197)

Embora a religião e espiritualidade revelem evidências de princípios interativos horizontais acerca da relação do povo Yorùbá com os animais não humanos, - sem deixar de atentar suas contradições - as expressões artísticas oferecem um farto conteúdo para interpretação desta relação, uma vez que os bichos são reverenciados em músicas, poesias, contos, cantos e louvores. A produção cultural deste povo acaba por explicitar que os animais, assim como os humanos, são capazes de sentir dor, prazer, alegria, medo, além de serem dotados de sagacidade e inteligência, trazendo a narrativa que seus sentimentos e caracteres, devem ser respeitados, mesmo em situação de conflito com os humanos.²⁹

Já para os *Wuyjuyu*, povo indígena presente majoritariamente nos estados do Pará, Amazonas e Mato Grosso, suas expedições guerreiras culminavam em rituais para *putxa xi* (espíritos-mãe), que protegem os animais de caça, da roça e os peixes dos abusos e violências cometidos pelos seres humanos. As *putxa xi* vivem em lugares específicos e que, por isso, protegem esses lugares e seus coabitantes. Este povo evoca a noção de que cada animal possui um espírito protetor (e perigoso) capaz de vingança, de causar doenças e de roubar almas, talvez por isso mamíferos e aves nomeiam os clãs desta etnia. Alguns homens

²⁸ Ajibade, G. O. (2006). Animals in the Traditional Worldview of the Yoruba. *Folklore*, 10(30), 155-172

²⁹ Owoseni, A. O., & Olatoye, I. O. (2014). Yoruba ethico-cultural perspectives and understanding of Animal Ethics. *Journal of Critical Animal Studies*, 12(3), 97-118



e especialmente as mulheres são exímias na confecção de colares com figuras zoomorfas (peixes, tracajás, gato do mato, jacaré etc.) esculpidos com sementes de inajá e tucumã, revelando o apreço que este povo tem pelos não humanos. Semelhante aos Baniwa do rio Negro, os *Wuyjuyu* também possuem um vasto conhecimento sobre o comportamento de animais específicos³⁰.

A importância de resgatar essas cosmologias, é trazer para o debate público noções sobre relação humano-animal por uma economia política anticolonial e anticivilizatória que conceba: 1) os enquadramentos não ocidentais de ética animal, 2) os cenários culturais dos povos não brancos e 3) visibilizar entendimentos filosóficos e tradicionais das relações entre espécies que se expressam não só pela espiritualidade, mas também através de provérbios, práticas, lendas, adágios e artesanato, que devem ser levados em consideração para localizar o projeto de expansão da supremacia branca como marco que sofisticava, consolida e impõe o especismo enquanto tecnologia civilizatória. O entendimento político-etnológico dos povos racializados, nos sugere que o que é chamado de superstição pela racionalidade branca em relação a animais não humanos, é fundamental para um não exercício de poder supremacista e colonizador entre espécies, como também contribui com o debate global acerca da ética e libertação dos animais, que leve em consideração as diferenças culturais³¹.

Abandonar o veganismo

Embora o debate sobre antiespecismo esteja defasado nos ativismos e grupos veganos no Brasil, - realizado por veganos abolicionistas, tem mostrado o quanto trazem esta abordagem de forma racista e elitista - é nítido que a prática política revela por um lado uma grande confusão e por outra uma profunda decepção com termo veganismo. De maneira geral, a movimentação política em torno do vegetarianismo, dos direitos animais e do antiespecismo, em vez de indicar uma afinidade e pluralidade tem materializado conflito e desencontros. Para quem veio de uma formação anarquista, o veganismo deveria ser uma filosofia política que objetiva a luta por justiça social, reconhecendo os direitos animais a partir de uma ótica antiespecista e por consequência anticivilizatória. Porém reconhecemos com lástima que o veganismo tem sido lamentavelmente sobre consumo, desde seu início. A existência de críticas e oposições contundentes à lógica de mercado capitalista, não desencadeia o empenho com a elaboração de estratégias de combate contra situações de exploração e violência animal no cotidiano com o mesmo vigor que se organiza feiras

³⁰ Ver mais em: <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Munduruku>

³¹ Geni Nuñez reforça este argumento refletindo como “a ideia de segurança pública, marcadamente genocida, também orienta a segurança que humanos querem ter diante do risco de serem mortos por outros bichos. Os povos da mata cujos corpos estão numa cena de serem tanto caçadores quanto caça estabelecem uma horizontalidade que o modo de vida das cidades praticamente impossibilita”.



e congressos. O cenário ainda é pior quando muitos não legitimam como relevante - ou compromisso vegano - o trabalho de resgate e apoio às iniciativas que realizam assistência contra o abandono, de cuidados pelas enfermidades e de reintrodução que os animais não humanos estão expostos na urbanidade.

As pautas que o ativismo institucional por direitos animais vem priorizando no Brasil propõem uma criminalização que atinge principalmente pessoas negras, blindando a elite agropecuária, a polícia, os institutos de pesquisa, os zoológicos, a indústria alimentícia e farmacêutica, acreditamos que a defesa desta direção não é pelos animais e sim contra alguns tipos de pessoas que representam o atraso, o selvagem e a própria ideia de animalidade como atraso civilizatório.

É inegável que o veganismo tem operado enquanto estratégia de sofisticação do racismo e do capitalismo e que a branquitude vem usando-o como arma para criminalizar setores da sociedade que, embora protagonizem relações de abuso e violência, são os que menos se beneficiam da exploração animal a nível estrutural. Também tem apoiado grandes corporações em seus projetos de alienação mercadológica e sintetização de alimentos e rotulando-os como veganos. Muitas atividades laborais executadas por pessoas negras, indígenas e pobres que exploram animais acontecem num limiar de precariedade e garantia de sobrevivência, que não seriam necessárias ou fariam sentido caso houvesse condições de vida minimamente dignas com acesso à alimentação, transporte, educação, moradia e saneamento básico.

O veganismo que deve ser defensável levanta igual importância as práticas de **boicote** aos produtos de origem animal, de **combate** à exploração animal e de **cuidados** aos animais em situação de vulnerabilidade. Como filosofia política, não creio que é possível construir um movimento de forma sectária com foco puramente no boicote, esta escolha negligencia as agressões e ignora que a violência vai continuar acontecendo independente da sua escolha individual. O veganismo se tornaria pedagógico, politicamente ofensivo e transformador se aliasse estes três eixos como parte de suas estratégias de propagação e estruturação. Não existe oposição política concreta quando o veganismo se torna apenas uma disputa de sobre o tipo de mercado estabelecido pelos marcos da branquitude urbanizada.

É uma falsa polarização entendê-lo a partir de quem compra do MST³² ou na Subway³³, as ações nesta perspectiva apenas direcionam a luta para construção de grandes eventos que se tornarão plataformas publicitárias de estilo de vida alternativo seja artesanal ou industrial, com grande apelo de acumulação de capital simbólico. Desta forma há a necessidade de uma economia política anticolonial e anticivilizatória que produza mecanismos de

32 Movimento dos trabalhadores sem terra.

33 Rede de fastfood.



superação das desigualdades sociais e da subjetividade higienizada da branquitude. Para isso uma nova filosofia política da animalidade como resgate de uma metafísica do bicho, do selvagem, do encantamento como descolonização do imaginário colonial.

Ao passo que estamos os movimentos estão repensando suas questões e criando seus próprios processos, cabe fazer uma oposição contundente e firme, além de confrontá-los com seus conceitos, para que esta filosofia política, que denuncia a supremacia de um tipo específico de humano em detrimento da desumanização e subjugação de absolutamente tudo que não seja seu espelho, não se universalize, homogenize e apague todas as outras infinitas experiências possíveis. Se por um lado é necessário boicotar o veganismo pela sua historicidade e conjectura liberal, branca e urbana, por outro é prudente disputar ele estrategicamente para que esta visão elitista e colonial do mundo seja atacada, não se imprima como marca inquestionável e principalmente para evidenciar desacordo argumentativo, filosófico e político entre pares. A disputa é uma maneira de confrontá-los e ameaçar sua arrogância, prepotência e destruir suas verdades absolutas. Ao mesmo tempo, é muito importante resgatar cosmologias para criarmos nossos próprios conceitos, com atenção especial às contradições, rejeitando a exotização e impedindo que localizem as experiências de outros povos no campo da pureza e do deslumbre do “bom selvagem”. Para isso, relativizar a consideração moral é importantíssimo.

Considerações Finais

A pauta da libertação animal foi assimilada e apropriada pelo mercado, desta forma a responsabilidade ativista é tensionar a radicalização, estimular a capacidade criativa e intelectual dos movimentos, articular novas redes e abandonar o veganismo para que não tenhamos mais que defender o indefensável e principalmente para que possamos trazer as cosmologias ancestrais acima de tudo e fincar a supremacia branca abaixo de todos que aqueles humanos e não humanos que ela não conseguiu exterminar.

Considerando o quanto a universalidade imposta na construção do mundo moderno e herdeira direta dos processos de colonização que exterminou outras formas de ver, entender e estar no mundo, foi nefasta para a propagação de cosmovisões que só agora estão sendo resgatadas, a fim de retomar um processo de continuidade interrompido pelas ambições da supremacia branca, acredito que devemos não só nos opor, mas sobretudo rejeitar princípios epistemológicos que tem base na cumplicidade do genocídio, animalicídio e epistemicídio promovidos pelos sistemas de saber brancos.



Desta forma embora seja pontualmente estratégico disputar o termo veganismo e associá-lo a um caráter emancipatório, ele só será concretamente disruptivo ao se pautar por outras perspectivas que permita destruí-lo, afinal, a assimilação também é estratégia de apagamento da supremacia branca e serve aos interesses do colonialismo de modo que consolida a hegemonia de um pensamento usurpador em detrimento do desaparecimento do que inspirou sua construção.

Referências

AJIBADE, G. O. Animals in the Traditional Worldview of the Yoruba. *Folklore*, 10(30), 155-172. 2006

BEY, Hakim. *TAZ: zona autônoma temporária*. 2. ed. São Paulo: Conrad, 2004.

CAVALHEIRO ALVES, C.; MARANGONI AMARANTE J. e VERDU, F. Difusão do Vegetarianismo e Veganismo no Brasil a partir de uma perspectiva de transnacionalização. In *Revista Eletrônica Ciências da Administração e Turismo*.

COLE, M. “The greatest cause on earth: The historical formation of veganism as an ethical practice”, in “*The Rise of Critical Animal Studies: From the Margins to the Centre*”, Routledge, 2014.

FANON, Frantz. *The wretched of the Earth*, traduzido por C. Farrington. New York: Grove Weidenfeld, 1991: 37- 39.

IDOWU, B. Olódùmarè: *God in Yoruba Belief*. Ibeja, Nigeria: Longman.

KO, Syl e Aph. *Aphro-ism: Essays on Pop Culture, Feminism, and Black Veganism from Two Sisters*

KOPENAWA, Davi. ALBERT, Bruce. *A queda do céu: palavras de um xamã yanomami*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

MACHADO, Adilbênia Freire. *Ancestralidade e Encantamento: filosofia africana mediando a história e cultura africana e afro-brasileira*. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Educação, Salvador, 2014

MARTINS, P. O Vegetarianismo na Antiguidade como Campo de Pesquisa Interdisciplinar. *Mare Nostrum*, v. 10, n. 1, p. 1-9, 9 abr. 2019.

MBEMBE, Achille. *Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da mor-*



te. Trad. Renata Santini. São Paulo: n-1, 2018

OLIVEIRA, David Eduardo de. **Ancestralidade na Encruzilhada**. Curitiba: Editora Gráfica Popular, 2007.

OWOSEN, A. O., & OLATOYE, I. O. Yoruba ethico-cultural perspectives and understanding of Animal Ethics. *Journal of Critical Animal Studies*, 12(3), 97-118. 2014.





INTRODUÇÃO AO SISTEMA DE RELAÇÕES DE TRABALHO NO BRASIL: REGULAMENTAÇÃO, INSTITUIÇÕES, MERCADO E TENDÊNCIAS

PEDRO CAVALCANTI³⁴

MATHEUS CAVALCANTI³⁵

Resumo: O presente trabalho tem por objetivo fazer uma análise do sistema de relações de trabalho no Brasil em perspectiva histórica, apresentando suas principais questões em relação à regulamentação, instituições, mercado e tendências do trabalho no país. Para isso, foi feita ampla revisão bibliográfica sobre o trabalho e suas dinâmicas, no Brasil e no mundo. Foi observado como se delineou a construção do sistema, seus principais impactos, a disputa em torno da regulamentação do fator trabalho e as principais alterações nas últimas décadas.

Palavras-chave: Regulamentação; Trabalho; Flexibilização; Sistema de relações de trabalho.

Abstract: This paper aims to analyze the system of labor relations in Brazil in a historical perspective, presenting its main issues in relation to regulation, institutions, market and labor trends in the country. For this, an extensive bibliographical review was carried out on the work and its dynamics, in Brazil and in the world. It was observed how the construction of the system was outlined, its main impacts, the dispute around the regulation of the labor factor and the main changes in the last decades.

Keywords: Regulation; Labor; Flexibilization; Labor relations system.

34 Graduando em Ciências Sociais pela Universidade Federal Rural de Pernambuco; integrante do Laboratório de Estudos e Pesquisas em Trabalho, Políticas Públicas e Desenvolvimento (LABOR/UFRPE); realiza pesquisas de iniciação científica na UFRPE e na Fundação Joaquim Nabuco - FUNDAJ.

35 Graduando em Ciências Sociais pela Universidade Federal Rural de Pernambuco; realiza pesquisas de iniciação científica na UFRPE e na Fundação Joaquim Nabuco - FUNDAJ.



Introdução

O presente trabalho tem por objetivo introduzir o leitor ao sistema de relações de trabalho no Brasil, a partir de uma perspectiva histórica. Longe de buscar um empreendimento de esforço exagerado, buscamos apresentar os aspectos estruturais fundamentais de sua consolidação, seus motivos, transformações e disputas em torno da questão trabalhista no Brasil.

Ressalta-se que o trabalho empreendido aqui faz parte de um esforço de revisão bibliográfica derivada, principalmente, de atividades de pesquisa sobre as relações de trabalho no Brasil empreendidas pelo autor ao longo dos últimos anos. Dado o caráter introdutório do trabalho, também não é possível realizar um esforço de análise de dados sobre o mercado, negociações ou disputas judiciais em torno de questões trabalhistas. Quando necessário - por exemplo, sobre efetividade de mudanças, como veremos -, utilizaremos de apoio a bibliografia que buscou tratar especificamente sobre tais questões.

O trabalho é dividido, então, da seguinte maneira: buscamos, em primeiro momento, introduzir a questão social no Brasil, bem como a regulamentação do trabalho e sua consolidação sistêmica no Brasil, especialmente (mas não exclusivamente, visto que há uma dinâmica própria) após 1930. Em segundo momento, trataremos sobre os aspectos estruturais das relações de trabalho no Brasil, derivadas da Consolidação das Leis de Trabalho (CLT), impactadas em primeiro momento pelo instituto do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e posteriormente pela Constituição Federal de 1988. Em terceiro e último momento, a disputa pela regulamentação do trabalho, que segue (com altas e baixas) dos anos 90 até a atualidade.

A emergência da regulamentação trabalhista no Brasil: questão social e cidadania

A *questão social* foi uma problemática de destaque nos últimos séculos. Os homens que, sem condição de reproduzir sua existência, nos diferentes períodos históricos lidaram com essa condição de diferentes formas; a questão do *trabalho* assume importância cada vez maior, nesse sentido: na Europa, da ordem feudal cujas relações agrárias e urbanas, entre campesinato servil e ofícios, era regulamentada de forma que não se consolidaria uma grande dinâmica de relações de trabalho; o capitalismo rompe com essa posição, lutando contra as regulamentações da velha ordem pelo imperativo da autoregulação: com fins de liberar uma massa de pessoas, implicaram a transformação do trabalho em mercadoria³⁶.

³⁶ Ver, especialmente, Castel (2010) e Polanyi (2000). No primeiro autor, analisando especialmente a França, observa-se o desenvolvimento das relações de trabalho em relação direta com o combate ao pauperismo; no segundo autor, com enfoque na Inglaterra - em relação com o mundo -, trata da “criação” do mercado de trabalho (e consequente mercadorização do trabalho, em “mercadoria fictícia”, pressupondo que o trabalho é um elemento fundamental da sociabilidade humana e não uma “mercadoria”, no sentido de coisa).



Ao mesmo tempo que isso liberou um desenvolvimento sem igual da produtividade, a perda da proteção da velha ordem atingiu os trabalhadores: os moinhos satânicos trituravam-nos dentro de uma ordem produtiva voltada ao lucro privado, sem nenhuma proteção. Dessa suplantação da sociedade pela lógica do mercado, surge o movimento contrário da sociedade, especialmente dos trabalhadores³⁷. As crises econômicas internacionais, bem como as guerras que seguem o pós-século XIX reforçam as movimentações de medidas econômicas com fins de crescimento econômico em conformidade ao estabelecimento de contrapartidas no sentido de proteção dos trabalhadores.

Isso na Europa. O Brasil, porém, tendo sua herança histórica numa organização colonial com base escravista, conviveu com problemas mais complexos: uma ordem social cuja base era o trabalho de escravizados, ao mesmo tempo possuidora de uma superpopulação supérflua de homens livres, até os fins da escravidão e do Império³⁸. Com o fim da ordem anterior, e as novas relações econômicas que começavam a se estabelecer no país, de maioria ainda agrária, houve ainda uma onda de imigração de trabalhadores europeus, fugindo das condições de vida do continente. A República Velha tratava a questão trabalhista, porém, como caso de polícia³⁹.

É no pós-1930, porém, que o sistema de relações de trabalho no Brasil vem se moldar: com o golpe de Vargas, o liberalismo raquítico representado pela velha república é destruído; com a repressão varguista aos movimentos opositores (à direita ou à esquerda, integralistas, comunistas, socialistas), além de seu próprio projeto político, o país entra numa dinâmica de construção de instituições brasileiras⁴⁰.

A consolidação do regime varguista, em contrapartida a seu caráter “autoritário”, busca uma resolução à questão social no país pela via da cidadania. Esse aspecto é importan-

37 Os sentidos do trabalho em Marx são bastante amplos e não poderiam ser discutidos aqui. Cabe dizer, de todo modo, que sua análise histórica observa o proletariado, enquanto classe trabalhadora, uma classe criada pelas relações de produção capitalista; ao mesmo tempo, essa transformação do trabalho em mercadoria relega os trabalhadores a uma situação de estranhamento (*Entfremdung*) (Marx, 2010) que possui, dentre outros, dois pilares fundamentais: a subsunção do trabalho à propriedade privada e a elevada divisão social do trabalho por enorme fragmentação (Marx, 2017). As consequências sociais dessa relação implicam em movimentações tanto dos trabalhadores quanto de outros atores da sociedade civil a procurar regulamentar as relações de trabalho para impedir os imperativos destrutivos do capitalismo.

38 Ver Prado Jr (2011), Furtado (2007) e Barbosa (2008). Os três tratam de questões relativas à ordem social e econômica escravista; sobre a superpopulação relativa, não-absorvida pela ordem econômica escravista, não se poderia fundar - mesmo com os homens livres - um mercado de trabalho.

39 Sobre a consolidação do capitalismo brasileiro, ver Fernandes (2020). Sobre a questão trabalhista na República Velha, especialmente Gomes (2014) e Cardoso (2010). A obra de Cardoso ressalta aspectos importantes da dinâmica entre o Estado liberal e o medo do patronato de uma classe trabalhadora que já possuía na história tanto a Revolução Haitiana quanto a Revolução Russa de 1917. Gomes, em uma interpretação própria, trata da ação do patronato sobre a regulamentação do trabalho durante o período, para além de uma visão que determina o “surgimento” de qualquer aspecto trabalhista como dado após os anos 1930. Porém, como veremos, é após os anos 1930 que a questão trabalhista ganha status estruturante das relações de trabalho a posteriori.

40 Araújo (2002) aponta para o fato de que a construção e consolidação da hegemonia varguista e por contrapartida a concessão de demandas trabalhistas já existentes pré-30 (ver Gomes, 2014). Cardoso (2010) faz um traçado dos motivos por trás de concessões, especialmente sobre a legislação trabalhista, que, além de simples prática de consenso, visava formar (em termos institucionais e morais) um tipo de trabalhador brasileiro.



te de ser ressaltado pois caracteriza a solidez e duração dessas instituições ao longo da história do país. Ao mesmo tempo que impulsionava a industrialização do país, o regime varguista consolidava - dentro dos marcos de um “corporativismo”, em consonância com países próximos, como México e Argentina⁴¹ -, conjuntos de leis e instituições importantes.

Destacam-se a Consolidação das Leis de Trabalho (CLT/1943)⁴²; o Ministério do Trabalho, Comércio e Indústria (MTIC); a Justiça do Trabalho. O primeiro desses três itens tem predominância, visto que o MTIC e a Justiça do Trabalho visavam controle e supervisão pautados no aspecto da regulamentação; disso deriva-se a concepção de um sistema legislado de relações de trabalho. Essas instituições, em especial a CLT, inauguram no Brasil uma *cidadania regulada* cujo fator era o trabalho. O trabalhador agora tornava-se *sujeito de direitos*, de modo que o Estado reconhecia a disparidade de forças entre trabalhador e empregador; os sindicatos, porém, mais afetados pelo corporativismo, sofreram intervenção de modo a tornarem-se instituições estatais, de modo que o Estado assumiu uma função tutelar abrangente das relações trabalhistas no geral⁴³.

Continuidade e ruptura no sistema de relações de trabalho

O sistema de relações de trabalho no pós-Vargas é definido mais por continuidade do que por ruptura. O período democrático breve aproveita tanto as bases de consolidação do capitalismo industrial quanto da legislação trabalhista. Uma herança significativa - e que seguirá, até os dias atuais, presente - é um primeiro momento de heterogeneidade do mercado de trabalho derivado da regulamentação, proposto num esquema “dual” de mercado formal e informal de trabalho⁴⁴.

Mudança significativa é observada posteriormente, na ditadura militar: se o corporativismo como paternalismo e desmobilização do movimento operário é aumentado, levado aos limites, o poder dos patrões passa a aumentar: o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS)⁴⁵ passa a substituir o marco histórico da estabilidade no emprego por tempo de

41 Ver Cardoso e Lage (2007). O corporativismo no Brasil é um tema que, atualmente, carece de consenso sobre ser um aspecto “determinante”. Cardoso (2003) e Noronha (1999), por exemplo, observam o corporativismo como um elemento importante de um período histórico, mas que, em longa duração, não demonstrou a mesma solidez para além da conformação institucional dos sindicatos. Para os autores, o sistema (ou modelo) de relações de trabalho no Brasil é, desde Vargas, determinado pela letra da lei, configurando um sistema (ou modelo) legislado de relações de trabalho. Concordamos com a segunda via de interpretação, apesar de considerar o corporativismo um fator que, se não determinante, tem importância fundamental sobre desdobramentos futuros das relações trabalhistas no país.

42 Lei n. 5.452 de 1 de maio de 1943.

43 Ver Santos (1979), Gomes (2005) e Biavaschi (2007). Os dois primeiros configuram interpretação clássica sobre os aspectos legados pela era Vargas, sendo o primeiro responsável pelo conceito (reforçado na segunda). A terceira possui uma interpretação ampla no âmbito do Direito do Trabalho sobre o período de 1930 a 1942 como momento predominante da consolidação institucional da relação trabalhista. Sobre os sindicatos no período, ver Araújo (2002).

44 Não é possível aqui fazer um esboço amplo sobre a discussão sobre a informalidade do mercado de trabalho. Análise histórica ampla é feita por Barbosa (2011), dialogando com as principais correntes sobre o tema à época.

45 Lei n. 5.107 de 13 de setembro de 1966. Ver Cardoso e Lage (2007) e Krein (2013b). O trabalhador, antes do



serviço, ao mesmo tempo, introduz-se uma nova forma de contratação de trabalho, o contrato temporário⁴⁶, além da proibição do direito à greve no setor público⁴⁷.

Com o fim da ditadura e a redemocratização, algumas prerrogativas foram lançadas: a constituinte foi importante fator na reconstrução da sociedade e fortemente marcada pela constitucionalização de direitos sociais e do trabalho. A Constituição Federal de 1988 alterou a institucionalidade pela revalidação de direitos previstos na CLT e abertura de novas prerrogativas. Passa a incluir os direitos trabalhistas como “Direitos Sociais”. A Constituição de 88, além de trazer para si direitos trabalhistas existentes, abre a possibilidade de construção posterior de incisos sobre direitos trabalhistas, além de incluir novos direitos trabalhistas não previstos anteriormente⁴⁸.

Com esse breve traçado histórico, é possível afirmar alguns elementos estruturais do mercado de trabalho no Brasil a partir de seu sistema:

- O mercado de trabalho no Brasil possui, já nesse momento, um grau elevado de heterogeneidade, um atravessamento que divide entre o mercado *formal* e *informal* de trabalho, derivado, do lado do empregador, da não adesão à legislação (por motivos os mais diversos possíveis; em especial, o suposto alto custo do trabalho legal), enquanto do lado do empregado, o fato de, em caso de não conseguir encontrar ocupação legal, precisar desenvolver meios de reproduzir sua existência;
- Uma *flexibilidade* dada em termos de um alto poder do empregador, especialmente no que tange à demissão. Não há, no âmbito do mercado, meios de impedir – em geral – demissões, tampouco, após o FGTS, estabilidade; há, claro, sanções, multas, restituições etc. para o caso de demissão, porém
- Levando em conta as instâncias de conflito entre empregador e empregado, especialmente as jurídicas, há bastante abertura para os empregadores descumprirem a lei. Os processos possuem uma lentidão que induz a acordos vantajosos ao empregador⁴⁹.

Assim, concordamos com a perspectiva de Krein, sobre a flexibilidade do mercado de trabalho:

FGTS, possuía estabilidade empregatícia após 10 anos num mesmo emprego.

46 Lei n. 6.019 de 3 de janeiro de 1974.

47 Lei n. 4.330 de 1 de junho de 1964 (alterada pela Lei n. 7.783/89). Além dessa, a proibição do direito de greve no setor público, pela Lei n. 1632 de 4 de agosto de 1978.

48 Como observado em Cardoso e Lage (2007) a CF/1988, porém, abriu margem para uma questão que gera importantes desdobramentos futuros: a ampliação da flexibilização do trabalho. Para uma análise mais abrangente de seus impactos, ver o livro organizado por Krein, Santana e Biavaschi (2010), especialmente os artigos de Abramo (2010) e Krein (2010).

49 A principal referência aqui é Cardoso e Lage (2007). Essa obra faz um traçado histórico, jurídico e institucional de bastante amplitude, com dados importantes. Apesar das mudanças recentes na regulamentação trabalhista, bem como a distância atual entre os dados utilizados, ainda contempla boa parte do caráter específico de nosso sistema de relações trabalhistas.



[...] apesar de o Brasil ter uma ampla legislação trabalhista, seis questões evidenciam o caráter flexível do seu mercado de trabalho: 1) as características estruturais do mercado de trabalho; 2) a efetividade dos direitos, ou seja, a possibilidade de ajuste por parte do empregador por meio do descumprimento da legislação, constituindo uma forma de flexibilidade; 3) o sistema de controle e burocratização da organização sindical e da negociação coletiva, com inexistência do direito de representação no local de trabalho; 4) a seletividade dos abrangidos pela proteção social, pois a legislação social não se aplicava à grande maioria dos ocupados (campo e serviços domésticos); 5) as opções políticas, em determinados momentos históricos, inviabilizando o avanço da regulação social; e 6) as restrições colocadas pela legislação, não inibindo a liberdade dos empregadores para determinar a alocação, a contratação e a remuneração do trabalho, em momentos cruciais da nossa história. (KREIN, 2010, p. 67).

Tomamos o mercado de trabalho no Brasil como flexível, apesar de sua extensa legislação. Os desdobramentos pós-Constituição de 1988, com a crise econômica no país e o advento e fortalecimento do paradigma neoliberal no país trazem novos importantes fatores.

A disputa pela (des)regulamentação: flexibilização e “Fim da Era Vargas(?)”

É a partir dos anos 1990 que os debates mais marcantes sobre mudanças na legislação trabalhista começam a aparecer. A crise econômica que assolava o país, as mudanças internacionais nos padrões de produção e acumulação, com o fortalecimento do aspecto financeiro internacional, abrem as portas para a introdução de novos debates sobre soluções de problemas no país. A crise do padrão de desenvolvimento no país, especialmente o da ditadura militar ocorreu em mesmo período no qual atores institucionais adotavam perspectivas - apesar de termos uma Constituição com cariz social - políticas pautadas por agências internacionais como forma de resolução das questões internas⁵⁰.

Temas como a reforma administrativa, reforma da previdência entram na agenda com destaque; a reforma das relações de trabalho, porém, tem dupla via: de um lado, o direito trabalhista, de outro, o direito sindical⁵¹. Galvão (2007) observa que o Governo FHC dá

50 Gimenez (2008) faz uma análise histórica das recomendações dos organismos internacionais para a solução das crises nos países; essas “soluções”, de cariz de grande liberalismo econômico, eram recomendações que objetivavam desregular a economia e inserir-se na globalização a fins de reduzir custos e permitir aos empresários a entrada na concorrência internacional; especialmente após o “Consenso de Washington”, que se trata de um conjunto de reformas econômicas recomendadas especialmente para a América Latina no fim dos anos 80.

51 Observam-se três vertentes no que se refere à análise da situação das relações de trabalho no país: uma primeira, de cariz neoliberal, com a crítica à rigidez da legislação e pretendendo introduzir as recomendações externas; uma segunda, que vê na institucionalidade um fator de incentivo aos atores econômicos buscarem transpor a legislação; e uma terceira vertente, crítica das anteriores, que vê o problema da crise e do desemprego em fatores



preferência à reforma trabalhista, como resposta à alta do desemprego e “necessidade de adequação à modernização”; além disso, a pressão patronal se incidia sobre o primeiro tema, pois, de um lado, mudanças bruscas afetariam a estrutura representativa tanto de trabalhadores quanto de empregadores, e, de outro, os impactos decorrentes das alterações nas relações de trabalho já viabilizavam a redução de custos desejada⁵².

A reforma trabalhista dos anos 1990, com a qual o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso objetivava findar a “Era Vargas”, acabou por não concretizar solução alguma⁵³, e sua efetividade pode ser questionada com base no período posterior. De modo geral, porém, acabou ampliando, legalmente, por parte do poder Executivo, a heterogeneidade do mercado de trabalho com relação aos *contratos de trabalho* (ver nota de rodapé 16).

A partir de 2003, até a primeira metade dos 2010's, o executivo, alterado o governo, para de pautar a reforma do sistema de relações de trabalho, com um foco maior nas relações sindicais. O governo petista tinha fortes relações com a maior Central Sindical do país (Central Única dos Trabalhadores - CUT). O governo passa a incentivar fóruns de discussão entre os diversos atores interessados no tema, levando ao Fórum Nacional de Trabalho - FNT. Não há grandes desdobramentos do Fórum; a reforma sindical não ocorreu, e apenas algumas medidas foram tomadas sobre o assunto, em especial a legalização das Centrais Sindicais (Ladosky, Ramalho e Rodrigues, 2013).

A falta de mudanças na regulamentação do trabalho em sentido abrangente marca o período; porém, outra questão marcante é o crescimento do emprego formal entre 2003 e 2014, ao mesmo tempo em que o país entrava em uma onda de crescimento econômico, com valorização do salário mínimo e políticas sociais de redistribuição de renda (Krein, 2017).

Em 2016, porém, a presidente Dilma Rousseff (2011-2016), que enfrentava uma crise econômica e política, acaba sofrendo processo de Impeachment, dando lugar no cargo a

de ordem econômica, de modo que avaliam que as mudanças na regulamentação, ao invés de gerar empregos, apenas precarizariam as relações de trabalho no país. Ver Cardoso (2003), Ladosky, Ramalho e Rodrigues (2013) e Krein (2013).

52 Em análise sobre as mudanças na regulação nos anos 1990, Krein (2003) destaca os impactos sobre formas de contratação, com a instituição de contratos de trabalho por tempo determinado, cooperativas profissionais, contrato de trabalho em tempo parcial, contrato de trabalho temporário possibilidade de suspensão do contrato de trabalho, contrato de trabalho de aprendizagem e contrato de estágio; com relação à poder de demissão, com a denúncia da convenção 158 da OIT e a possibilidade de demissão no setor público; com relação à remuneração, com mudanças na política salarial e salário mínimo, além da Participação nos Lucros e Resultados - PLR; e flexibilização da jornada, com o banco de horas e liberação do trabalho aos domingos. Em outra obra, Krein (2013b) aponta para o fato de que as reformas, não só não foram efetivas - por uma diversidade de motivos, em especial a insegurança por parte dos empregadores sobre a adoção de contratações, bem como a já existente flexibilidade que, chocada com as alterações, tem mais segurança -, mas acabam por incrementar a insegurança dos trabalhadores em relação aos contratos.

53 A alteração de contratações, bem como ajustes do fator trabalho sobre qualificação, são voltados para o campo da oferta da força de trabalho. Para os neoliberais, ajustes na oferta ampliam o grau de “empregabilidade”, dado que estariam em condições de concorrer entre si os trabalhadores pelas vagas (Cardoso, 2003). A questão do emprego, porém, não pode ser vista apenas do lado da oferta, pois é a demanda - impulsionada por investimento e crescimento econômico e de empreendimentos - a responsável pela absorção (Pochmann, 1998).



seu vice, Michel Temer. O governo Temer assume com um discurso econômico e político aproximados aos dos governos dos anos 1990, com o “compromisso” de realizar reformas com fins de contenção da crise política e econômica, com um novo discurso institucional voltado a “modernização” e “flexibilização” das relações institucionais, especialmente com relação à economia e trabalho, políticas de austeridade e mudanças na regulação, partindo de pressupostos que essas são “atrasadas” e “rígidas”. É sob esse discurso que a Reforma Trabalhista é pautada e aprovada.

A Reforma Trabalhista (Lei nº 13.467/2017) altera uma série de artigos da CLT, sob um discurso de modernização e superação da rigidez da regulação trabalhista, flexibilizando-a, com enfoque em novas formas de contratação, mudanças na jornada de trabalho, negociação coletiva e jurisprudência, demissão e remuneração.

Apesar de não ter se tratado de uma reforma sindical, a Reforma Trabalhista impactou aspectos da relação de representação e coletividade: contribuição sindical deixou de ser compulsória; abriram-se brechas para negociações individuais entre patrão e empregado, inclusive em relação à demissão; o que se negocia não necessita ser incorporado ao contrato de trabalho, e sindicatos e empresas dispõem livremente sobre o prazo de validade das normas; permite-se representação em empresas com mais de 200 empregados, sem necessidade de ser sindical; a remuneração por produtividade não tem mais limitação mínima pelo piso da categoria ou o salário mínimo, podendo-se também negociar formas adicionais de remuneração⁵⁴.

Outro ponto afetado é a jornada de trabalho, com vistas à eliminação de “tempo morto” e maior disponibilidade do empregado à empresa: permite-se alteração na diária do trabalho, com jornadas de 12 horas diárias (antes limitado a 8); abre brecha para negociação individual do banco de horas, com compensação de no mínimo 6 meses⁵⁵; permite negociar o tempo de descanso, com mínimo de 30 minutos; outros tempos à serviço da empresa deixam de contar na jornada, como deslocamento e trocas de uniforme; as férias remuneradas também são alteradas, permitindo fracionamento dos 30 dias em três períodos, sendo um necessariamente de 14 dias.

A reforma cria novas formas de contratação e amplia velhas formas. Galvão et. al. (2017) fez análise de cada tipo de alteração: a reforma cria o contrato de trabalho de tipo intermitente, permitindo que o empregado permaneça em constante estado de subordina-

54 Chahad (2017 e 2018). Não é mais necessário homologação sindical em caso de demissão (à escolha do trabalhador). O sindicato ainda precisa estar presente, ao menos quando se tratar de negociação coletiva. As formas adicionais de remuneração não são contadas como parte do salário, e, assim, não são incorporadas a encargos sociais e trabalhistas.

55 Prevendo possibilidade de hora-extra, requerendo um intervalo de 36 horas entre as jornadas de 12 diárias, e mantendo limite mensal de 44 horas (semanais) e 220 horas (mensais), respectivamente. Anteriormente, o banco de horas era delimitado à negociação coletiva, com compensação em 1 ano.



ção ao patrão, sendo requisitado para serviço de acordo com as vontades desse; altera o contrato parcial, permitindo limite de 30 horas e jornadas menores que 26 horas, com remuneração proporcional; altera o contrato temporário, podendo ser estendido em até 270 dias, e permitindo contratação de terceirizados por tal regime; altera a terceirização, permitindo uso do tipo de trabalho em atividades-fim⁵⁶; permite a contratação de trabalhador em regime “autônomo”, sem configuração de vínculo empregatício e eliminando encargos trabalhistas.

Enquanto Chahad (2017 e 2018) avalia positivamente a Reforma Trabalhista de 2017, entendendo que essa cria uma institucionalidade favorável ao retorno de investimentos, com pilares de modernidade, redução de custos, maior autonomia relativa do trabalhador, para Galvão et. al. (2017) a Reforma Trabalhista representa um contexto de precarização das relações de trabalho, com enfraquecimento do poder de barganha dos trabalhadores, o avanço da capitalização de tempos fora da produção direta, impactando mesmo o descanso e a saúde desses. Há certa tendência de incorporação dos novos contratos por redução dos custos do trabalho e incentivando a já alta rotatividade do trabalho no Brasil.

Krein, Oliveira e Filgueiras (2019) analisaram impactos diretos da reforma, sob a luz das promessas de criação de vínculos empregatícios. Filgueiras (2019), observa-se que a principal promessa, aumento do emprego, não ocorre; na verdade, cresce cada vez mais o vínculo de tipo “*informal*” num constante aumento de desemprego e sem a “retomada de investimentos”. Krein e Oliveira (2019) observam timidez no crescimento das novas formas de contratação, argumentam os autores por conta de que essas relações de trabalho eram já existentes, sob forma “ilegal” ou “atípica” antes da Reforma, e confirmam que as inovações legislativas reforçaram uma tendência histórica de informalização do mercado de trabalho brasileiro, reafirmando sua heterogeneidade.

Considerações finais

De modo geral, nota-se que o reformismo neoliberal, longe de “gerar empregos”, na verdade acabou, desde os anos 1990, ampliando a heterogeneidade contratual, principalmente com a introdução de contratações que geram vínculos instáveis, sem perspectiva de futuro, o que tem impactos profundo na formação do caráter dos trabalhadores no capitalismo contemporâneo (Sennett, 2005).

O sistema de relações de trabalho no Brasil, apesar dos avanços e de sua importância histórica com relação à regulamentação do trabalho e a regulação institucional, marca

⁵⁶ Não há restrição para requisição de uso do trabalho no contrato intermitente, e a remuneração não precisaria corresponder ao mínimo mensal, sendo proporcional ao tempo disposto. Quanto à terceirização, antes era permitido apenas à atividades-meio.



um mercado de trabalho heterogêneo, flexível, cuja precariedade, ao longo das últimas décadas, aumentou.

Os avanços no intuito de multiplicação dos tipos de contrato, redução de “encargos” sociais sobre mudança na forma de remuneração, bem como sob a jornada, tem implicações diretas para transformar a regulamentação em um ajuste de oferta do fator trabalho, relegando todas as condições ao empregador.

Se o sistema não foi o suficiente para amenizar em grande medida as mazelas sociais do Brasil, isso não diminui sua importância no fator de criar alguma tela protetiva que, ao longo dos anos, foi objeto de disputa, mas nunca superada. É importante, mas não suficiente.

Referências

ABRAMO, Lais. **A Constituição de 1988 e o mundo do trabalho no Brasil**. In: KREIN, José Dari; SANTANA, Marco Aurélio; BIAVASCHI, Magda Barros (orgs.) *Vinte anos da constituição cidadã no Brasil*. São Paulo: LTr, 2010

ARAÚJO, Angela Maria Carneiro. Estado e trabalhadores. In: ARAÚJO, Angela Maria Carneiro (org.) ***Do corporativismo ao neoliberalismo***. São Paulo: Boitempo, 2002.

BARBOSA, Alexandre de Freitas. ***A formação do mercado de trabalho no Brasil***. São Paulo: Alameda, 2008.

BARBOSA, Alexandre de Freitas. O conceito de trabalho informal, sua evolução histórica e o potencial analítico atual: para não jogar a criança fora junto com a água do banho. In: OLIVEIRA, Roberto Veras de; GOMES, Darcilene; TARGINO, Ivan. (orgs.) ***Marchas e contra-marchas da informalidade do trabalho***. João Pessoa, Editora Universitária UFPB, 2011.

BIAVASCHI, Magda Barros. ***O direito do trabalho no Brasil - 1930-1942: a construção do sujeito de direitos trabalhistas***. São Paulo: LTr: Jutra-Associação Luso-Brasileira de Juristas do Trabalho, 2007.

CARDOSO, Adalberto Moreira. ***A construção da sociedade do trabalho no Brasil***. Rio de Janeiro: FGV, 2010.

CARDOSO, Adalberto Moreira. ***A década neoliberal***. São Paulo: Boitempo, 2003.

CARDOSO, Adalberto Moreira.; LAGE, Telma. ***As normas e os fatos***. Rio de Janeiro: FGV, 2007.



- CASTEL, R. *As metamorfoses da questão social*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.
- CHAHAD, José Paulo Zeetano. **Reforma trabalhista de 2017: mudanças nas negociações coletivas e na organização sindical**. *Temas de Economia Aplicada*. São Paulo, Informações FIPE, jan., 2018.
- CHAHAD, José Paulo Zeetano. **Reforma trabalhista de 2017: principais alterações no Contrato de Trabalho**. *Temas de Economia Aplicada*. São Paulo, Informações FIPE, out., 2017.
- FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil*. Curitiba: Kotter; São Paulo: Contracorrente, 2020.
- FILGUEIRAS, Vitor Araújo. As promessas da Reforma Trabalhista: combate ao desemprego e redução da informalidade. In: KREIN, José Dari; OLIVEIRA, Roberto Vêras de; FILGUEIRAS, Vitor Araújo (org). *Reforma trabalhista no Brasil: promessas e realidade*. Campinas: Curt Nimuendajú, 2019.
- FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia das letras, 2007.
- GALVÃO, Andréia et. al. Dossiê reforma trabalhista. In: TEIXEIRA, Marilane Oliveira et. al. (orgs). *Contribuição crítica à reforma trabalhista*. Campinas, SP: UNICAMP/IE/CESIT, 2017.
- GALVÃO, Andréia. *Neoliberalismo e reforma trabalhista no Brasil*. Rio de Janeiro: REVAN; FAPESP, 2007.
- GOMES, Angela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: FGV, 2005.
- GOMES, Angela de Castro. *Burguesia e trabalho*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2014.
- GIMENEZ, Denis Maracci. *Ordem liberal e a questão social no Brasil*. São Paulo: LTr, 2008.
- KREIN, José Dari. A regulação do trabalho entre 2003 e 2014: tendências conflitantes. In: SALAS, Carlos et al. (org). *Trabalho e regulação em perspectiva comparada*. São Carlos: EdUFSCar, 2017.
- KREIN, José Dari. As formas de contratação: flexibilidade. In: KREIN, José Dari et. al. (orgs.) *Regulação do trabalho e instituições públicas, volume 1*. São Paulo: Perseu Abramo, 2013.
- KREIN, José Dari. *As Relações de Trabalho na Era do Neoliberalismo no Brasil*. São Paulo: LTr, 2013b.



KREIN, José Dari. Balanço da reforma trabalhista do governo FHC. In: PRONI, Marcelo Weishaupt; HENRIQUE, Wilnês (orgs). *Trabalho, mercado e sociedade: O Brasil nos anos 90*. São Paulo: UNESP; Campinas SP: UNICAMP, 2003.

KREIN, José Dari. O sistema de relações de trabalho brasileiro e a constituição de 1988. In: KREIN, José Dari; SANTANA, Marco Aurélio; BIAVASCHI, Magda Barros (orgs.) *Vinte anos da constituição cidadã no Brasil*. São Paulo: LTr, 2010.

KREIN, José Dari; OLIVEIRA, Roberto Vêras de; FILGUEIRAS, Vitor Araújo (orgs). *Reforma trabalhista no Brasil: promessas e realidade*. Campinas, SP: Curt Nimuendajú, 2019.

KREIN, José Dari; OLIVEIRA, Roberto Vêras de. Para além dos discursos: impactos efetivos da Reforma nas formas de contratação. In KREIN, José Dari; OLIVEIRA, Roberto Vêras de; FILGUEIRAS, Vitor Araújo. (orgs). *Reforma trabalhista no Brasil: promessas e realidade*. Campinas: Curt Nimuendajú, 2019.

KREIN, José Dari; SANTANA, Marco Aurélio; BIAVASCHI, Magda Barros (orgs.) *Vinte anos da constituição cidadã no Brasil*. São Paulo: LTr, 2010.

LADOSKY, Mario Henrique.; RAMALHO, José Ricardo.; RODRIGUES, Irám Jácome. A questão trabalhista e os desafios da ação sindical nos anos 2000. In: OLIVEIRA, Roberto Vêras de.; BRIDI, Maria Aparecida.; FERRAZ, Marcos. *O sindicalismo na era Lula*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2014.

MARX, Karl. *Manuscritos Econômico-Filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARX, Karl. *O Capital: Crítica da Economia Política: Livro I*. São Paulo: Boitempo, 2017.

NORONHA, Eduardo Garuti. *O Modelo Legislado de Relações de Trabalho no Brasil. VI Encontro Nacional de Estudos do Trabalho*, Abet, 1999.

POCHMANN, Marcio. Desemprego e políticas de emprego: tendências internacionais e o Brasil. In: OLIVEIRA, Marco Antonio (Org.) *Economia & Trabalho: textos básicos*. Campinas, SP: UNICAMP. IE, 1998.

POLANYI, Karl. *A grande transformação: as origens de nossa época*. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

PRADO JR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo: colônia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

SANTOS, Wanderley Guilherme. *Cidadania e justiça*. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

SENNETT, Richard. *A corrosão do caráter*. Rio de Janeiro: Record, 2005.



TRABALHO ESTRANHADO, DESREALIZAÇÃO E *THE GOLDEN PATH*

MARIANA MAX LOPES DE ARAUJO⁵⁷

PEDRO CAVALCANTI⁵⁸

Resumo: O presente artigo busca analisar o videoclipe *The Golden Path* do grupo *The Chemical Brothers* com bibliografia crítica sobre trabalho e/no capitalismo, no intuito de analisar os elementos críticos presentes na obra. Para isso, faz-se uso de extensa revisão bibliográfica e análise crítica do clipe. Apreendidos os elementos conceituais fundamentais a partir da bibliografia, é possível obter a interpretação de que o clipe apresenta um processo de trabalho *estranhado* monótono, repetitivo e desgastante a ponto de se configurar como desrealização, cuja fuga implica em fantasiar sobre qualquer ordem de liberdade.

Palavras-chave: Capitalismo; Estranhamento; Subjetividade; Alienação; *The Chemical Brothers*.

Abstract: This study seeks to analyze the video clip *The Golden Path* by *The Chemical Brothers* group with a critical bibliography on work and/in capitalism, in order to analyze the critical elements present in the work. For this, extensive bibliographical review and critical analysis of the clip is used. Once the fundamental conceptual elements have been apprehended from the bibliography, it is possible to obtain the interpretation that the clip presents a monotonous, repetitive and exhausting estranged work process to the point of configuring itself as derealization, whose escape implies fantasizing about any order of freedom.

Keywords: Capitalism; *Entfremdung*; Subjectivity; *Entäusserung*; *The Golden Path*.

57 Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Pernambuco; extensionista do NoZ Coletivo pela PROExC/UFPE.

58 Graduando em Ciências Sociais pela Universidade Federal Rural de Pernambuco; integrante do Laboratório de Estudos e Pesquisas em Trabalho, Políticas Públicas e Desenvolvimento (LABOR/UFRPE); realiza pesquisas de iniciação científica na UFRPE e na Fundação Joaquim Nabuco - FUNDAJ.



A descrição mais gótica do capital é também a mais precisa. O capital é um parasita, um vampiro insaciável, uma epidemia zumbi; mas a carne viva que ele transforma em trabalho morto é a nossa, os zumbis que ele produz somos nós. (FISHER, 2020, p. 28)

Introdução

O presente trabalho tem por objetivo analisar o videoclipe de *The Golden Path* da dupla The Chemical Brothers a partir de um referencial crítico sobre trabalho e sociedade. Para isso, as principais ferramentas metodológicas utilizadas foram a revisão bibliográfica e análise crítica do videoclipe. Desse modo, foi possível apreender uma ordem conceitual adequada à análise de cunho interpretativo realizada aqui.

Sobre a conceituação, partimos de pressupostos marxianos básicos, em especial, o conceito de *trabalho estranhado*. Marx e Engels apontam que o primeiro pressuposto de toda existência humana (e de toda história) “é, naturalmente, a existência de indivíduos humanos vivos.” (2007, p. 87). Esse viver, por conseguinte, é resultado da relação de mediação entre o homem e natureza - sendo o trabalho o elemento determinante de tal mediação -, cuja relação sociometabólica se realiza através da *práxis*⁵⁹.

Isso implica o trabalho como elemento *fundante* da sociabilidade humana; protoforma do ser social. Esse, porém, apesar de sua essência, tem na história uma diversidade de atribuições dadas as relações de produção; cada sociedade tem relações de produção específicas que condicionam o modo de produzir as coisas, bem como a finalidade do produto. Cada sociedade tem seu metabolismo próprio⁶⁰.

De modo geral, porém, observamos que, entendido que as relações sociais - para além da estrutura de mediação básica trabalho-natureza - possuem relações próprias, moldadas historicamente, buscamos a chave explicativa em processos de múltiplas relações históricas nas quais as relações produtivas se reafirmam⁶¹. Assim, em primeiro momento, realizamos um esboço geral do trabalho no capitalismo como trabalho estranhado (*En-*

59 Além da Ideologia Alemã de Marx e Engels, Ver Mészáros, Para Além do Capital (2011). É na relação com a natureza que o humano encontra seu meio de realização; a natureza se apresenta como extensão do corpo humano, como corpo inorgânico, cuja mediação pelo trabalho tem como consequência a reprodução social.

60 Dado que a “história de todas as sociedades até hoje existentes é a história das lutas de classes” (Marx & Engels, 2010, p. 40), também pressupomos aqui que a relação entre “dominantes” e “dominados”, implicando distintas formas de relação de produção e reprodução, implicam em mudanças fundamentais na estrutura sociometabólica de modo geral, com suas especificidades históricas. Ainda na Ideologia Alemã, Marx e Engels (2007, p. 32 e 33) ressaltam que, se o pressuposto é a existência de indivíduos humanos vivos, esses precisam “estar em condições de viver para poder “fazer história”. Mas, para viver, precisa-se, antes de tudo, de comida, bebida, moradia, vestimenta e algumas coisas mais.” Por isso, a condição de existência é a produção da “própria vida material”; isso é uma constante.

61 “O concreto é concreto porque é a síntese de múltiplas determinações, portanto, unidade da diversidade. Por essa razão, o concreto aparece no pensamento como processo da síntese, como resultado, não como ponto de partida, não obstante seja o ponto de partida efetivo e, em consequência, também o ponto de partida da intuição e da representação.” (MARX, 2011, p. 54, grifos nossos).



tfremdung), destacando seus aspectos mais expressivos, para, posteriormente, cotejar com o clipe.

O trabalho estranhado e o capital

Vimos acima que o trabalho é uma atividade humana cujo processo é dado na relação de mediação sobre a natureza com uma causalidade transformadora; é, ainda, uma atividade cujo fim do processo já estava inscrito na consciência antes de sua realização; é uma atividade produtiva que marca a reprodução da sociabilidade.

Isso não significa que essa significação do trabalho como *práxis* humana implique sua retirada da historicidade: ou seja, esse “ser” tem uma série de fatores históricos que implicam em diferentes formas de mediação. Para a Economia Política, Marx observa nos Manuscritos Econômico-Filosóficos (2010), o trabalho - que já aparecia como parte da produção de riquezas, mas com fim nessa última - é tido em sua *forma* histórica específica - a do capitalismo - como a forma natural, bem como a ordem capitalista é dada como natural, acima da história. A ordem da *propriedade privada* sobre o *trabalho*. Nos Cadernos de Paris, Marx já dava algumas pistas (desenvolvidas posteriormente) sobre o trabalho nessa ordem:

sob a propriedade privada, o trabalho é alienação de vida, porque trabalho para viver, para conseguir um meio de viver. Meu trabalho não é minha vida [...]. Sob a propriedade privada, a minha individualidade está alienada a tal grau que esta atividade [o trabalho] me é detestável, motivo de tormento; é, antes, um simulacro de atividade, uma atividade puramente forçada, que me é imposta por um constrangimento exterior e contingente e não por uma exigência interna e necessária. (MARX, 2015, apud NETTO, 2020, p. 98).

Essa conclusão implica diretamente que:

O trabalhador se torna tanto mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais a sua produção aumenta em poder e extensão. O trabalhador se torna uma mercadoria tão mais barata quanto mais mercadorias cria. Com a valorização do mundo das coisas (Sachenwelt) aumenta em proporção direta a desvalorização do mundo dos homens (Menschenwelt). O trabalho não produz somente mercadorias; ele produz a si mesmo e ao trabalhador como uma mercadoria, e isto na medida em que produz, de fato, mercadorias em geral. Este fato nada mais exprime, senão: o objeto (Gegenstand) que o trabalho produz, o seu produto, se lhe defronta como



um ser estranho, como um poder independente do produtor. O produto do trabalho é o trabalho que se fixou num objeto, fez-se coisa (sachlich), é a objetivação (Vergegenständlichung) do trabalho. A efetivação (Verwirklichung) do trabalho é a sua objetivação. Esta efetivação do trabalho aparece ao estado nacional-econômico como desefetivação (Entwirklichung) do trabalhador, a objetivação como perda do objeto e servidão ao objeto, a apropriação como estranhamento (Entfremdung), como alienação (Entäusserung). (MARX, 2010, p. 80).

Faz-se aqui a distinção entre estranhamento (*Entfremdung*) e alienação (*Entäusserung*), especialmente a partir das formulações de Ricardo Antunes (2020, p. 99, primeira nota de rodapé). Nesse, a alienação pode aparecer como exteriorização, e, desse modo, parte ineliminável da práxis humana (o trabalho) na abstração geral da produção, enquanto estranhamento assume caráter eminentemente negativo do trabalho assalariado no capitalismo. Essas concepções de estranhamento e alienação, também aparecem, respectivamente, nos trabalhos de Jesus Ranieri (2014) e Caio Antunes (2014)⁶².

Assim, a alienação aparece como um *momento* da atividade produtiva que, apesar de dada objetivamente no processo de trabalho, é impactada pelas relações de produção de modo a molda-la determinadamente; essa determinação observamos como estranhamento: uma síntese - a partir da predominância das relações de produção capitalistas e sua lógica - de objetivações reificantes.

Em que consiste, então, a exteriorização (Entäusserung) do trabalho?

Primeiro, que o trabalho é externo (äusserlich) ao trabalhador, isto é, não pertence ao seu ser, que ele não se afirma, portanto, em seu trabalho, mas nega-se nele, que não se sente bem, mas infeliz, que não desenvolve nenhuma energia física e espiritual livre, mas mortifica sua physis e arruína o seu espírito. O trabalhador só se sente, por conseguinte e em primeiro lugar, junto a si [quando] fora do trabalho e fora de si [quando] no trabalho. Está em casa quando não trabalha e, quando trabalha, não está em casa. O seu trabalho não é portanto voluntário, mas forçado, trabalho obrigatório. O trabalho não é, por isso, a satisfação de uma carência, mas somente um meio para satisfazer necessidades fora dele. Sua estranheza (Fremdheit) evidencia-se aqui [de forma] tão puta que, tão logo ine-

62 Ranieri aponta que, se tratando de “alienação”, Marx quer falar de “atividade, objetivações do ser humano na história”, enquanto “estranhamento se compõe dos obstáculos sociais que impedem que aquela atividade se realize em conformidade com as potencialidades humanas, obstáculos que, dadas as formas históricas de apropriação do trabalho e também de sua organização por meio da propriedade privada, faz com que a alienação apareça como um fenômeno concêntrico ao estranhamento.” (2014, p. 109) Caio Antunes coloca, para nós, em conformidade com essa noção, o fato de que “toda e qualquer tentativa de compreensão da problemática da alienação deve partir da constatação prática de que, por um lado, todo processo histórico está necessariamente sujeito a transformações, tanto fenomênicas quanto estruturais - e nem por isso mais perceptíveis - que diretamente influem em toda a apreensão do complexo analisado” (2014, p. 124), destacando as múltiplas determinações que tanto são estruturantes quanto metamorfoseadas em formas históricas.



xista coerção física ou outra qualquer, foge-se do trabalho como de uma peste. O trabalho externo, o trabalho no qual o homem se exterioriza, é um trabalho de autossacrifício, de mortificação. Finalmente, a externalidade (Äusserlichkeit) do trabalho aparece para o trabalhador como se [o trabalho] não fosse seu próprio, mas de um outro, como se [o trabalho] não lhe pertencesse, como se ele no trabalho não pertencesse a si mesmo, mas a um outro. [...] Ela pertence a outro, é a perda de si mesmo. (MARX, 2010, p. 82-83).

A longa citação acima serve para esclarecer: *Em primeira medida, o não-reconhecimento em relação ao produto do trabalho retira dele meios de vida autônomo e transforma o trabalho na mediação de seus meios de vida; em segunda medida, essa objetivação aliena ao trabalho na própria atividade produtiva; não se reconhece no seu produto; também não se reconhece no próprio processo de produção, no interior do trabalho*⁶³. Percebendo esses dois processos do estranhamento, Marx trata, então, de um terceiro e decisivo processo: *o estranhamento em relação ao gênero humano.*

Na medida em que o trabalho estranhado 1) estranha do homem a natureza, 2) [e o homem] de si mesmo, de sua própria função ativa, de sua atividade vital; ela estranha do homem o gênero [humano]. Faz-lhe da vida genérica apenas um meio da vida individual. Primeiro, estranha a vida genérica, assim como a vida individual. Segundo, faz da última em sua abstração um fim da primeira, igualmente em sua forma abstrata e estranhada. (MARX, 2010, p. 84).

O estranhamento então implica não se reconhecer no seu produto; na sua atividade produtiva; no gênero humano, para, no fim, como veremos adiante, estranhar os homens uns dos outros. Essa relação, porém, produz e é produto de uma forma histórica específica de sociabilidade: a capitalista. Imprime nas relações humanas a marca de suas relações como leis eternas. Se realizamos o trabalho, mas não nos reconhecemos nele, não deixamos de produzir; não produzimos para nós, mas para outro. Esse “outro” é o capitalista. O “produto” primeiro é a *propriedade privada*, que é produto do trabalho estranhado e o reproduz em sua ordem, em sucessivos processos de reificação.

Esse processo de reificação é dado de forma mais precisa em *O Capital*, onde Marx trata do fetichismo da mercadoria. Da objetivação do trabalho levada ao grau de estranhamento implica que o produto do trabalho assume “vida própria”, assume uma aura mística que o

⁶³ Já aqui, pode-se conceber que “a atividade produtiva é, então, atividade alienada quando se afasta de sua função apropriada de mediar humanamente a relação sujeito-objeto entre homem e natureza, e tende, em vez disso, levar o indivíduo isolado e reificado a ser reabsorvido pela ‘natureza’” (Mészáros, 2016, p. 81).



torna predominante nas relações sociais⁶⁴.

Nessa relação, Lukács aponta que “Para a consciência reificada”, essas formas de capital se transformam nos “verdadeiros representantes da sua vida social”, pois “nelas se esfumam, a ponto de se tornarem completamente imperceptíveis e irreconhecíveis, as relações dos homens entre si e com os objetos reais” (2018, p. 211). Assim, o capital imprime às consciências seu caráter, e suas implicações vão além da esfera das imposições estruturais: o estranhamento afeta a subjetividade dos trabalhadores dentro dessa estrutura reificada de consciência, de modo que tomam essa forma - a da individualidade burguesa - como a única forma de ser.

Capitalismo burocrático-fordista e The Golden Path

Se as relações sociais são tidas aqui como em condições diferentes na história, isso se implica que o capitalismo não é estático; possui sua dinâmica própria (e o estranhamento assume, assim, diferentes formas e impactos).

Em *O Capital* (Marx, 2017), ao tratar de forma extensa do desenvolvimento da divisão social do trabalho no capitalismo: as passagens sobre os capítulos da cooperação, manufatura e maquinaria e indústria moderna, o desenvolvimento da divisão social do trabalho dentro do capitalismo vai assumindo novos contornos de expressão do estranhamento observado acima: de forma geral, o trabalhador, na medida em que aumenta a expressão de sua produtividade em conjunto, vai parcializando e especializando suas operações, até o derradeiro momento onde, na fábrica moderna, o trabalhador é subsumido ao capital através de sua subordinação à maquinaria.

Os desdobramentos posteriores do capitalismo em seu processo de reinvenção levam a uma situação que perdura pela maior parte do século XX: as revoluções nas formas de gestão da força de trabalho e o avanço sobre a superprodução vem a configurar o paradigma fordista-taylorista, sob a esteira e o cronômetro. *Atividades simples com tempo cronometrado, produção em massa, monotonia, etc*⁶⁵. Para nossa discussão aqui, o importante a salientar é: esse processo teve impactos na subjetividade do trabalho.

64 “O caráter misterioso da forma-mercadoria consiste, portanto, simplesmente no fato de que ela reflete aos homens os caracteres sociais de seu próprio trabalho como caracteres objetivos dos próprios produtos do trabalho, como propriedades sociais que são naturais a essas coisas e, por isso, reflete também a relação social dos produtores com o trabalho total como uma relação social entre os objetos, existentes à margem dos produtores. É por meio desse quiproquó que os produtores do trabalho se tornam mercadorias, coisas sensíveis-suprassensíveis ou sociais. [...] a forma mercadoria e a relação de valor dos produtos do trabalho em que ela se representa não guardam, [...] absolutamente nenhuma relação com sua natureza física e com as relações materiais [dinglichen] que derivam desta última. É apenas uma relação social determinada entre os próprios homens que aqui assume, para eles, a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas.” (MARX, 2017, p. 147, grifos nossos).

65 Ver principalmente Antunes (2000; 2015) e Braverman (1974).



“Balanceado” pelas regulações protetivas que conferiam ao trabalho certos seguros, salários, benefícios sociais⁶⁶, o capitalismo dessa época *agudizou o estranhamento* e fez predominar o *tédio*⁶⁷ pela monotonia levada ao extremo. Se o paradigma fordista-taylorista implicava em embrutecimento do trabalhador pela retirada de seu “saber” - agora relegado ao gerente - do fazer, os impactos sobre sua subjetividade implicam um tipo de degradação da atividade - em contrapartida aos ganhos já ditos.

A burocratização do capitalismo segue, a seu modo, o modelo de sistema empregado pelo exército prussiano, famoso por sua eficiência. Assim, ao final do século XIX, constrói-se, paralelamente à unificação alemã, também o momento de militarização da sociedade civil, com “corporações funcionando cada vez mais como exércitos, nos quais todos tinham seu lugar e cada lugar uma função definida”. (WEBER, 1991, *apud* SENNETT, 2019, p. 28).

Posto isso, ficam mais claras as cadeias de comando da era burocrática do capital, que se segue até os anos 1970 em esquema piramidal e hierárquico. Na base, estrato largo da grande maioria, estão os trabalhadores sob controle; seguindo para o topo, a quantidade de pessoas diminui, porém os que ali se encontram detém maior controle. Tal modelo aumenta justamente o grau de controle sobre o processo produtivo e sobre os empregados, aumentando também a calma - a até passividade - dos trabalhadores dentro e fora do ambiente laboral, gerando, por conseguinte, certa estabilidade social.

O elemento principal que acarreta nas condições previamente citadas é precisamente esse controle do tempo⁶⁸: há, pelo trabalhador, uma internalização da lógica burocrática de lenta ascensão e fragmentação da atividade produtiva enquanto se segue no caminho previsto por tal lógica. O controle do tempo é análogo ao aumento da divisão de trabalho manufatureira e isso implica que cada trabalhador tenha um tempo específico para a realização de suas funções; esse modelo se inicia ainda nas esteiras industriais fordistas e está submetido a uma lógica *monótona*. Obedecendo às regras do jogo, de modo resignado, um caminho de recompensas cumulativas será trilhado.

Trazemos, a título de análise e ilustração da amplitude de disseminação da lógica do *capital* explicitada previamente, o videoclipe da música *The Golden Path* (2011) do duo britânico *The Chemical Brothers*. Apresentaremos o modo como o trabalho estranhado, em

66 Ver Castel (2010) e Sennett (2019).

67 Ver artigo de Fisher (2020, p. 156).

68 O tempo racionalizado afetava profundamente a vida subjetiva. A palavra alemã *Bildung* designa um processo de formação pessoal que prepara o jovem para o encaminhamento de toda uma vida. Se no século XIX *Bildung* adquiriu contornos institucionais, no século XX os resultados tornaram-se concretos, exibidos em seu meado em obras como *The Organization Man* [O homem da organização], de William Whyte, *White Collar* [Colarinho branco], de C. Wright Mills, e *Bureaucracy* [Burocracia], de Michel Crozier. A visão do *Bildung* burocrático abraçada por Whyte é que a firmeza de propósitos torna-se mais importante que os súbitos surtos de ambição no interior da organização, que só rendem frutos a curto prazo. A análise de Crozier sobre o *Bildung* nas corporações francesas tratava da escada como objeto da imaginação, organizando o entendimento do indivíduo a seu próprio respeito; é possível subir, descer ou permanecer estagnado, mas haverá sempre um degrau onde pisar. (SENNETT, 2019, p. 30)



suas três faces, age sobre a realidade e principalmente sobre o trabalhador, evocando de maneira ‘aplicada’ os conceitos supracitados de modo a ilustrá-los. O clipe, em conjunto com a letra da música, sintetiza e expõe a dinâmica do estranhamento [*Entfremdung*] sobre um trabalhador de escritório do período burocrático.

A peça é ambientada em uma corporação no ano de 1970, e sua narrativa traz à lume uma forma de estranhamento própria à época. O clipe traz como personagens centrais um trabalhador pertencente à base da cadeia de comando; seu chefe, que compõe um estrato superior da pirâmide; as máquinas, elementos indispensáveis para o trabalho ali feito; e um grupo de jovens, *hippies*, que configuram tanto um grupo que protesta contra os *sell outs* corporativistas em frente ao monumental prédio de arquitetura brutalista que abriga a companhia, como também o *sonho*, ou ainda, a *ilusão* que penetra - e se faz penetrar - o trabalhador.

O processo do estranhamento se inicia no ato do não-reconhecimento de si por parte do trabalhador no produto fruto de sua atividade laboral, produto esse, que, ao ser *objetivado* se torna uma força externa e independente de seu produtor. No clipe, o modo como isso é ilustrado aparece nos momentos onde o trabalhador olha inexpressivo - diga-se *mortificado* - inicialmente para o grande prédio que abriga o escritório onde trabalha e produz e, respectivamente, para as máquinas que utiliza para produzir seu ofício e, através da janela de um andar alto, para o grupo que se manifesta contrário à lógica acachapante e reificante ali empregada. Ou seja - tomando a liberdade de reproduzir parte de citação já feita acima -,

[...] o objeto (Gegenstand) que o trabalho produz, o seu produto, se lhe defronta (o trabalhador) como um ser estranho, como um poder independente do produtor. O produto do trabalho é o trabalho que se fixou num objeto, fez-se coisa (sachlich), é a objetivação (Vergegenständlichung) do trabalho. A efetivação (Verwirklichung) do trabalho é a sua objetivação. Esta efetivação do trabalho aparece ao estado nacional-econômico como desefetivação (Entwirklichung) do trabalhador, a objetivação como perda do objeto e servidão ao objeto, a apropriação como estranhamento (Entfremdung), como alienação (Entäusserung). (MARX, 2010, 80)

Este momento do processo de estranhamento se dá necessariamente em conjunto com o não-reconhecimento de si na própria atividade produtiva que preenche sua *vida genérica*⁶⁹. Marx introduz esse paralelismo essencial ao perguntar: “Como poderia o trabalhador

⁶⁹ Nos Manuscritos Econômico-Filosóficos (2010) Marx introduz que os momentos de atividade produtiva, ou seja, os momentos de trabalho, são uma esfera separada da vida pessoal do trabalhador. Essa separação se dá por uma diferenciação nominal, enquanto a primeira é chamada de ‘vida genérica’ e a segunda é chamada ‘vida individual’.



defrontar-se alheio (*fremd*) ao produto da sua atividade se no ato mesmo da produção ele não estranhasse a si mesmo?” (MARX, 2010, p. 82).

Em *The Golden Path* podemos analisar essa condição em todas as cenas que se passam dentro do escritório, palco último do estranhamento e, também, no fatídico momento de chegada ao ambiente produtivo, onde o trabalhador é defrontado pelo edifício e, no plano de seu imaginário, por toda a atividade produtiva que ali ganha vida.

O momento onde o homem chega ao edifício, e é por esse defrontado, dá o pontapé inicial para a condição de estranhamento de sua atividade mesma; não é ali que ele se reconhece, não é naquela *prática* que o trabalhador se afirma como sujeito. Na verdade, é ali que ele sai de si e não retorna até o momento de sair do trabalho, de ir para casa, de adentrar sua *vida individual*. Essa, categoricamente separada da *vida genérica* que, naquele ambiente, se concretiza. Outro exemplo patente dessa faceta do estranhamento é o momento onde o trabalhador encara, ainda - e sempre - mortificado, a tela da máquina computador, preenchida por um código binário grafado em pequenos caracteres verdes e brilhantes, que, pela linguagem informatizada, não apresenta nexos aparente; mas ainda sim é parte de seu processo de produção e o confronta. Marx sintetiza:

Se, portanto, o produto do trabalho é a exteriorização ativa, a exteriorização da atividade, a atividade da exteriorização. No estranhamento do objeto do trabalho resume-se somente o estranhamento, a exteriorização na atividade do trabalho mesmo. (MARX, 2010, p. 82)

Chegando em um terceiro estágio, como consequência direta dos modos de estranhamento vistos acima, o estranhamento agora passa a afetar diretamente o próprio gênero humano. Assim, “a consciência que o homem tem do seu gênero se transforma, portanto, mediante o estranhamento [...]” (MARX, 2010, p. 85). O trabalhador da base age com total distanciamento tanto de seu chefe quanto do grupo que protesta em desacordo com as atividades que ali tomam forma. Ao olhar pela janela observando o grupo de jovens de espírito livre - totalmente discrepante daquele do seu ser genérico -, o homem se mostra *infeliz* e distante. Mas não somente pela distância física, e sim por uma distância inerente à sua vida genérica que o afasta das propriedades de uma prática que o auto-afirme. Novamente mortificado, o homem em estância genérica se defronta como essencialmente separado por um abismo do grupo que mira.

Em íntima união ao último estágio apresentado está o auto-estranhamento (*Selbstentfremdung*), o estranhamento do homem pelo próprio homem, que, quando frente a si,



[...] confronta-se a ele o outro homem. O que é produto da relação do homem com o seu trabalho, produto de seu trabalho e consigo mesmo, vale como relação do homem com outro homem, como o trabalho e o objeto do trabalho de outro homem.

Em geral, a questão de que o homem está estranhado de seu ser genérico quer dizer que um homem está estranhado do outro, assim como cada um deles [está estranhado] da essência humana.

O estranhamento do homem, em geral toda a relação na qual o homem está diante de si mesmo, é primeiramente efetivado, se expressa, na relação em que o homem está para outro homem.

Na relação do trabalho estranhado cada homem considera, portanto, o outro segundo o critério e a relação na qual ele mesmo se encontra como trabalhador. (MARX, 2010, p. 86)

Nossa peça de análise não se finda no próprio estranhamento, encontramos nela também o *sonho*, ou a *ilusão* - podemos ainda chamar esse momento de momento de *fuga*. Aqui, os elementos vivos, seres humanos, que compõem o protesto de espírito livre também compõem uma fuga semi-onírica das mazelas do estranhamento.

A fuga, ou pelo menos o desejo dela, é colocado na peça desde as primeiras cenas. Há, desde o momento onde o homem trabalhador está chegando no edifício, uma contraposição de ideias e de vidas. Ainda frente ao prédio, o trabalhador vê passar naquela rua tomada de cinza uma van de tons coloridos, destoante de todo aquele ambiente dominado esteticamente pela burocracia, ambiente cinza e duro que invade e domina a cidade. Em seu cubículo, dentro da empresa, há em cima de sua mesa outro item que confronta o ambiente, uma revista chamada “*Free Love*”, que, como a van, também foge do monocromatismo. A ideia de liberdade não ressoa nem encontra espaço naquele andar duro e fechado.

O homem, na ocasião que encara mortificado e alheio o computador, encontra um espaço de fuga: encara a máquina, se aproxima dela, e como quem está entrando dentro da tela, entra, na verdade, na esfera do *sonho*, no escape. Do outro lado está o grupo de manifestantes, a quem o trabalhador se une, mas, agora, em outro ambiente, um lugar colorido, permeado por elementos de uma natureza que, ainda que modificada pelos seres humanos, não foi subsumida e invadida em sua totalidade pelo capital. Vemos nos escritos de Marx o quanto a escolha por uma fuga na natureza, fora do universo de alienação, estranhamento e reificação tem seu sentido - pressupondo a atividade consciente do ser



humano de dotar sua vida de sentido dada a passagem do pressuposto ontológico básico, o trabalho. Diz ele: “Que a vida física e mental do homem está interconectada com a natureza não tem outro sentido senão que a natureza está interconectada consigo mesma, pois o homem é uma parte da natureza.” (MARX, 2010, p. 84).

A fuga para esse ambiente outro é, com efeito, um retorno. É uma *tentativa* de suprasunção do estranhamento, uma tentativa de negação deste. No sonho se encontram elementos antitéticos à lógica capitalista e burocrática. Ali, os seres humanos vivem não sua vida genérica, e sim sua vida individual, mas não sozinhos, vivem em comunhão e união. Nenhuma das práticas ali têm como meio ou fim a exteriorização ou a efetivação, nem levam à desefetivação (*Entwirklichung*) do trabalhador como o que ocorre em sua outra vida. Assim, nesse lugar não são infelizes.

O retorno a um espaço que permite o pertencimento, a auto-afirmação e o desenvolvimento de uma energia física livre deixa para trás, ou tenta deixar, a própria lógica que ‘mortifica sua *physis* e arruina seu espírito’. O trabalhador, ali, consegue retornar ao autorreconhecimento de si como homem e conseqüentemente se vê como parte do gênero humano.

A partir disso, tecendo considerações finais aqui, podemos concluir - baseados em Mézáros (2016) -, o pressuposto de que a noção de *Entäusserung*, de estranhamento, não se finda em seu conceito, mas, justamente, na capacidade de tomar criticamente o ponto de vista do trabalho, em seus momentos de mediação - sejam as mediações de primeira ordem, ontológicas, do trabalho em geral, ou as de segunda ordem, mediação de mediação, o estranhamento do trabalho -, de modo que, partindo de uma concepção ontológica torna possível pensar a supressão (*Aufhebung*) da condição de estranhamento. O videoclipe analisada não pode nos fornecer chaves de superação do trabalho estranhado, sendo isso tarefa de movimentações materiais que dizem respeito ao domínio da *práxis* no real; pode, porém, servir de material, de suporte à crítica teórica.



Referências

- ANTUNES, Caio. Considerações sobre trabalho, alienação e subjetividade. In: ANTUNES, Ricardo (org.). *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil III*. São Paulo: Boitempo, 2014.
- ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho?* São Paulo: Cortez, 2015.
- ANTUNES, Ricardo. *O privilégio da servidão*. São Paulo: Boitempo, 2020.
- ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 2000.
- BRAVERMAN, Harry. *Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1974.
- CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.
- FISHER, Mark. *Realismo capitalista: é mais fácil imaginar o fim do mundo do que o fim do capitalismo?* São Paulo: Autonomia Literária, 2020.
- LUKÁCS, Georg. *História e consciência de classe*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2018.
- MARX, Karl. *Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858*. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: UFRJ, 2011.
- MARX, Karl. *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2010.
- MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política: livro I*. São Paulo: Boitempo, 2017.
- MARX, Karl.; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007.
- MARX; Karl.; ENGELS, Friedrich. *Manifesto comunista*. São Paulo: Boitempo, 2010.
- MÉSZÁROS, Istvan. *A teoria da alienação em Marx*. São Paulo: Boitempo, 2016.
- MÉSZÁROS, Istvan. *Para além do capital*. São Paulo: Boitempo, 2011.
- NETTO, José Paulo. *Karl Marx: uma biografia*. São Paulo: Boitempo, 2020.
- RANIERI, Jesus. O fenômeno do estranhamento e a atualidade do conteúdo da crítica ao capital: ainda Marx. In: Ricardo (org.). *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil III*. São Paulo: Boitempo, 2014.
- SENNETT, Richard. *A cultura do novo capitalismo*. Rio de Janeiro: Record, 2019.



UMA ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE A CLASSE DOCENTE DO BRASIL E DE PORTUGAL: OS EFEITOS DA INSTRUMENTALIZAÇÃO DO PISA

MATHEUS M. CAVALCANTI⁷⁰

PEDRO CAVALCANTI⁷¹

Resumo: Este trabalho tem por objetivo empreender uma análise comparativa entre os impactos da adoção e instrumentalização dos resultados do PISA no Brasil e em Portugal levando em conta a constituição da classe docente. Para isso, fizemos uma análise documental dos relatórios da avaliação e construímos um perfil do professores a partir de dados secundários, no caso do Brasil usamos os dados da Sinopse do Censo Escolar 2018 e para Portugal utilizamos o “*Perfil do Docente 2017/2018*” promovidos pela Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (DGEEC) e Direção de Serviços de Estatísticas da Educação (DSEE). Concluimos que a instrumentalização se difere entre os dois países, tomando como referência o fenômeno de hibridização, já a classe docente sofre impactos parecidos se diferenciando apenas no aspectos da formação.

Palavras-Chave: Avaliação; PISA; Trabalho docente; Hibridização

Abstract: This work aims to undertake a comparative analysis between the impacts of the adoption and instrumentalization of PISA results in Brazil and Portugal, taking into account the constitution of the teaching class. For this, we did a documental analysis of the evaluation reports and built a profile of teachers from secondary data, in the case of Brazil we used the data from the Synopsis of the School Census 2018 and for Portugal we used the “Profile of the Teacher 2017/2018” promoted by the Directorate-General for Education and Science Statistics (DGEEC) and the Directorate of Education Statistics Services (DSEE). We conclude that instrumentalization differs between the two countries, taking as a reference the phenomenon of hybridization, while the teaching class suffers similar impacts, differing only in the aspects of training.

Keywords: Assessment; PISA; Teaching work; Hybridization.

70 Graduando em Ciências Sociais pela Universidade Federal Rural de Pernambuco; realiza pesquisas de iniciação científica na UFRPE e na Fundação Joaquim Nabuco - FUNDAJ

71 Graduando em Ciências Sociais pela Universidade Federal Rural de Pernambuco; realiza pesquisas de iniciação científica na UFRPE e na Fundação Joaquim Nabuco - FUNDAJ



Introdução

O objetivo deste trabalho é analisar como os resultados do Programa Internacional de Avaliação de Alunos (PISA), promovido pela Organização Para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), impactaram a classe docente no Brasil e em Portugal nos últimos anos.

Para tal, empreendemos uma análise comparativa entre os países e percebemos, com a pesquisa, que os resultados provocam uma instrumentalização hibridizada que relaciona as demandas externas e as demandas internas para gerar algo novo e particular. Ou seja, cada caso gera uma amálgama da noção mercantilizada de educação e trabalho dos professores promovida pelo PISA, e das disputas internas provenientes das demandas locais.

Partimos de uma compreensão de que nos últimos anos as políticas educacionais e a profissão docente no Brasil, e em Portugal, sofreram influências diversas da agenda internacional da educação. Os modelos de políticas destinados à população em idade escolar que circulam internacionalmente são interpretados e problematizados em distintos contextos nacionais.

Para chegarmos ao resultado, fizemos uma análise comparativa entre os efeitos sobre as políticas educacionais nacionais e sobre o perfil da classe docente do Brasil e de Portugal tentando apontar as possibilidades de uso a partir da compreensão ideológica, no qual esta avaliação se baseia: a neoliberal (LINGARD, 2016; LAVAL, 2004).

Portanto, para identificar os efeitos da avaliação externa, o PISA, nos debruçamos sobre os relatórios dos resultados, investigando tanto a noção de educação, quanto a compreensão de qual é o trabalho dos professores; também fizemos uma revisão acerca da análise científica dos impactos das avaliações internacionais sobre o trabalho docente, no qual nos baseamos na noção de Nova Gestão Pública (OLIVEIRA, 2019; CARVALHO, 2019) e por fim empreendemos uma construção de um perfil da classe docente em ambos os países, com um recorte temporal de 2009, 2013 e 2018 utilizando dados secundários provenientes do Censo escolar (inep), no caso do Brasil e do No caso de Portugal utilizamos o “*Perfil do Docente 2017/2018*” (DSEE, 2019) promovidos pela Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (DGEEC) e Direção de Serviços de Estatísticas da Educação (DSEE)

Ressaltamos que nosso trabalho tem por objetivo apontar para essa hibridização particular e, portanto, está dividido em três partes, fora a introdução e a conclusão, são elas: Apresentação e problematização da compreensão de educação e trabalho docente propagando pela OCDE e sua avaliação externa, o PISA; Apresentação dos sistemas educacionais e explicação da escolha dos países comparados; Comparação do perfil docente e efeitos da avaliação externa na classe.



O PISA, OCDE e a noção mercantilizada de educação

A educação, em geral, vem sendo reconhecida como um indicativo internacional de mão de obra capacitada e de competitividade dos países, o que nos apresenta a uma relação entre educação e mercado (PETTERSSON; MOLSTAD, 2016). Essa transformação da forma com que o mercado enxerga a educação e o ensino se deu através de uma datificação, comum a Nova Gestão Pública (PETTERSSON; MOLSTAD, 2016), isto é, uma forma de governar mimetizada com a administração empresarial, onde o “sucesso” é medido através de metas, parâmetros e avaliações. Reduzindo, assim, a educação a um produto, uma mercadoria (CATINI, 2019).

Antes de falar da avaliação se faz necessário contextualizar a organização internacional que encabeça e patrocina o PISA: a OCDE. Criada em 1961, no auge da Guerra Fria com o intuito de ser um apoio institucional contra a ideologia do comunismo Soviético, teve que redirecionar suas ações, pois “A conclusão da guerra fria encerrou aquele papel ideológico” (LINGARD, 2016, pg. 612). E, segundo Bob Lingard (2016), a OCDE passou a servir como um instrumento de propagação e defesa das ideias neoliberais e, portanto, o PISA, mesmo que não explicitamente, faz parte desse objetivo.

Podemos nos perguntar o por quê a OCDE, “descrita como uma ‘entidade geográfica, uma estrutura organizacional, um fórum formador de políticas, uma rede de relações de políticos, pesquisadores e consultores, e uma esfera de influência” (HENRY et al., 2001, p.7 apud LINGARD, 2016, p. 612), tomou a educação como uma das agendas mais importantes da organização? A resposta está na transformação da educação em insumo econômico e na propagação do programa neoliberal junto ao consenso de Washington⁷².

A nova maneira de gerir e pensar as políticas educacionais passam por uma mudança política que não é exclusiva de uma perspectiva educacional. Segundo Enguita (1995) a ruptura oriunda do fim das políticas de Bem-Estar social e a ascensão da ideologia neoliberal proveniente da lógica do mercado, provocou uma troca de prioridades. Antes, a qualidade do serviço público era medida pelo maior gasto de recursos. Agora, dentro da lógica do mercado, é o maior desempenho com o mínimo de gasto que serve como principal diretriz da administração do Estado. Ou seja, “Esta já não é a lógica dos serviços públicos, mas da produção empresarial” (ENGUITA, 1995, pg 98).

A educação passa a ser uma área de atuação da OCDE no ano de 1990, quando a agência anuncia que financiará uma grande avaliação de abrangência internacional, na qual membros da OCDE e países parceiros participariam para “...disponham, com regularidade, de

⁷² José Luís Fiori (1996) tratando sobre o Consenso de Washington fala como o Neoliberalismo dá novos ares ideológicos ao liberalismo elencando os pilares que viriam a se tornar as bases da nova forma de governar, são elas: A despolitização da economia, a desregulamentação de todos os mercados, o Estado mínimo, a igualdade de largada e por último, mas não menos importante, o taque a política de bem-estar social e elogio a competitividade.



dados fidedignos sobre as competências dos jovens escolarizados e sobre o desempenho dos sistemas educativos” (CARVALHO, 2016, pg. 601). Esse teste é o PISA, o qual vem auxiliando os gestores nacionais, desde os anos 2000, na construção de espaços de discussão e fomento de políticas públicas na área de educação do mundo todo (LINGARD, 2016; CARVALHO, 2016; OLIVEIRA, 2019).

Segundo o portal do INEP⁷³, o PISA é uma avaliação internacional que acontece a cada três anos e tem por objetivo quantificar o desempenho dos alunos na faixa etária de 15 anos de idade, no qual se pressupõe que se tenha terminado a escolaridade básica na maioria dos países⁷⁴ em três áreas de conhecimento: leitura, matemática e ciências. Vale ressaltar que o teste também recolhe pesquisa outra no intuito de complementar sua metodologia para incluir algumas variáveis extraescolares (OCDE, 2019).

O PISA serve para a alta cúpula da burocracia brasileira e portuguesa como uma fonte importante de dados educacionais, que permitem uma maior compreensão da realidade prática, servindo para quantificar e qualificar a educação. Ademais, contribui para gerar argumentos que permitam executar reformas internas em sintonia com o discurso defendido pelo citado organismo internacional (LINGARD, 2016).

De acordo com Mariano Enguita (1995), a ressignificação da semântica pedagógica mais “humanista” em uma pedagogia neoliberal favorece aos interesses do mercado e desloca a responsabilidade do Estado sobre a desigualdade social:

Ao insistir permanentemente no desgastado problema do “ajuste” entre educação e emprego, entre o que o sistema escolar produz e o que o mundo empresarial requer, está-se lançando a mensagem de que o fenômeno do desemprego é culpa dos indivíduos, os quais não souberam adquirir a educação adequada ou dos poderes públicos que não souberam oferecê-la; mas nunca das empresas, embora sejam essas que tomam as decisões sobre investimentos e emprego e que organizam os processos de trabalho (ENGUITA, 1995, p., 103).

Acontece que a melhoria qualitativa da educação que é medida pelo PISA, e por outras avaliações internacionais e nacionais, serve como argumento e material para a formulação das políticas públicas que geram um impacto real na população como um todo.

O último relatório de resultados do PISA 2018 (OCDE, 2019) põe à mostra a dificuldade que a avaliação internacional tem de acessar as diferenças econômicas e culturais de cada

73 Disponíveis em:

<https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exames-educacionais/pisa> Acessado em 14/08/2021

74 Algo que não acontece no Brasil e nem em Portugal.



país, para alcançar um resultado que seja condizente com a realidade:

É inevitável que nem todas as tarefas da avaliação do PISA sejam igualmente apropriadas em diferentes contextos culturais e igualmente relevantes em diferentes contextos curriculares e instrucionais (OCDE, 2019, p. 42)75.

Na intenção de se aproximar o máximo possível da realidade, a organização da avaliação procura diminuir as disparidades através da formação de grupos nacionais que são responsáveis pela “aclimatação” do teste às demandas locais. A “aclimatação”, em miúdos, deve levar em consideração os números absolutos do sistema educacional e as necessidades do panorama socioeconômico e cultural, ou seja, as características extraescolares⁷⁶.

Baseando-se nos estudos de Willms, J. (2006), o PISA se vale de um mecanismo que descreve os “antecedentes econômico, social e cultural dos alunos” (p. 9)⁷⁷, no intuito de quantificar o *background* dos avaliados e aclimatar, nas devidas proporções, os índices de forma mais assertiva. Para isso é respondido, durante a prova do PISA, um questionário que pergunta das posses familiares até a formação escolar do pai e da mãe, para assim construir um perfil dos alunos e dividi-los em “favorecidos” e “desfavorecidos”.

Entretanto, mesmo promovendo um aprofundamento nos contextos extraescolares o PISA conta, segundo Carnoy et. al. (2015), com uma falha no momento em que se aferem as diferenças entre os alunos, pois as

(...) comparações de desempenho médio dos alunos poderiam atribuir, incorretamente, maiores ou menores resultados às políticas educacionais, quando, de fato, os resultados podem advir de diferentes influências extraescolares (CARNOY et al, 2015, p. 6).

Os autores afirmam ainda que os ESCS⁷⁸ medidos no PISA carregam consigo duas falhas intrínsecas: (1) a de “combina vários fatores que podem não ser comparáveis internacionalmente e (2) não revela quais fatores estão contribuindo para explicar diferenças de pontuação no teste” (HAUSER, 2013 apud CARNOY ET AL, 2015 p. 6).

75 Tradução nossa.

76 Segundo Carnoy et al. (2015) as “influências extraescolares” são: características dos estudantes (gênero e raça) e recursos acadêmicos familiares.

77 O “Economics, Social and Cultural Status” (ESCS), ver em OCDE (2019).

78 Ver nota anterior.



Um panorama sobre a educação no Brasil e em Portugal: o PISA e o sistema educacional

Ambos os países, Brasil e Portugal, possuem um sistema educacional robusto que vem passando por diversas mudanças estruturais ao longo dos anos. Como exemplo podemos citar a profunda reformulação que Portugal promoveu em sua estrutura organizacional em 2012 com o decreto 137/2012 que deu mais autonomia aos gestores escolares⁷⁹ (OCDE, 2014, p. 4). E o Brasil que, através do Plano Nacional de Educação - PNE⁸⁰ formulou 20 metas educacionais que orbitam desde a universalização do ensino médio até a valorização social do trabalho docente (OCDE, 2015).

Portanto, quando tomamos as distintas dimensões, o Brasil, que possuía em 2018 o número de 48.455.867 matrículas na educação básica, quando comparado a Portugal, com um número de matrículas representando aproximadamente 3.2% do contingente brasileiro, sendo 1.388.760 matrículas⁸¹ no mesmo ano, pode parecer que existe um muro diferenciando, através da ordem de grandeza, as necessidades desses sistemas escolares (Tabela 1). Este mesmo raciocínio vale para o número de unidades escolares e número de docentes.

Tabela 1: Número de matrículas, unidades escolares e de docentes na educação básica, Brasil e Portugal, 2018 (N)

Países	Matrículas	U.Escolares	Docentes
BR	47.874.246	180.610	2.212.018
PT	1.388.760	8.469	146.830

Fonte: Inep (2019); PORDATA <<http://www.pordata.pt/>>

Porém, mesmo diferindo em números absolutos existem desafios locais apresentados por ambos os países, como a luta contra a evasão e insucesso escolar, que permite comparar os seus sistemas educacionais e, sobretudo, o ensino médio. As taxas de abandono e de reprovação escolar permitem essa proximidade: Portugal, em 2018, tinha um contingente de 13,9%⁸² das matrículas do ensino secundário - o ensino médio do modelo português - representando os alunos que desistiram do ano letivo ou reprovaram. Número parecido com o Brasil, que tinha 16,5%⁸³ de seus estudantes do ensino médio que também reprovaram

79 <https://dre.pt/pesquisa/-/search/178527/details/maximized>

80 BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014.

81 Disponível em: <https://www.pordata.pt/Portugal/>

Alunos+matriculados+no+ensino+b%c3%a1sico+total+e+por+modalidade+de+ensino-1039 Acessado em: 14/08/2021

82 Disponível em: <https://www.pordata.pt/Portugal/Taxa+de+reten%c3%a7%c3%a3o+e+desist%c3%aancia+-no+ensino+secund%c3%a1rio+total++por+modalidade+de+ensino+e+ano+de+escolaridade-3511> Acessado em: 14/08/2021

83 Disponível em: <https://www.qedu.org.br/brasil/taxas-rendimento> Acessado em: 14/08/2021



ou abandonaram o ano letivo.

Ambos os países investiram tempo e energia na realização de avaliações em larga escala internas e na participação no PISA.

O Brasil participa como país convidado/parceiro do PISA desde o início, em 2000, durante o governo Fernando Henrique Cardoso⁸⁴. Contudo, foi no governo Lula da Silva que um conjunto de políticas educacionais e avaliações focadas na cultura criada pelo PISA⁸⁵ tomaram fôlego. O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), criado pelo então ministro da educação Fernando Haddad em 2007, e a adequação do Sistema Nacional de Avaliações da Educação Básica (SAEB) aos moldes internacionais⁸⁶.

Porém, mesmo que o Brasil venha investido tanto em políticas educacionais visando aperfeiçoar os índices das avaliações nacionais, como o Ideb, e internacionais, como o PISA, o resultado ao longo dos anos não vem sendo o esperado, apesar do visível progresso. No *ranking* confeccionado pelo PISA em 2019 (OCDE, 2019) o resultado brasileiro está estagnado desde 2009⁸⁷, o IDEB se encontra distante da meta colocada pelo PNE⁸⁸.

Tabela 2: Desempenho do Brasil no PISA desde o início da avaliação (2000-2018).

PISA	Leitura	Matemática	Ciências
2000	396	-	-
2003	403	350	X
2006	393	370	390
2009	412	386	405
2012	407	389	402
2015	407	377	401
2018	413	384	404

Fonte: OCDE (2019).

84 Mesmo sintonizado com as demandas neoliberais na educação, a gestão do MEC do governo FHC deu frutos como a criação do financiamento da educação fundamental, o FUNDEF, que mais tarde no governo do Partido dos Trabalhadores - PT (2003-2016) foi ampliado para a educação básica e transformado em FUNDEB; e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB responsável pela ampliação dos direitos educacionais garantidos pela Constituição de 1988.

85 No sentido das avaliações e direcionamento da formação e bonificação docente, promoção de autonomia escolar e hierarquização por desempenho.

86 O Brasil mantém a cultura de avaliações de larga escala como o IDEB e SAEB em âmbito nacional promovido pelo INEP. Porém, para além das avaliações patrocinadas pela União, às Unidades Federativas, como Pernambuco com o SAEPE, promovido pela Secretaria de Educação e Esporte do Estado, mantém avaliações locais. Disponível em: <http://www.educacao.pe.gov.br/diretorio/pmg2/saepe.html> Acesso em: 15/08/2021

87 Ainda que a variação não seja expressiva.

88 Meta número 7, que nas palavras do MEC, visa fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem, de modo a atingir as seguintes médias nacionais para o IDEB: 6,0 nos anos iniciais do ensino fundamental; 5,5 nos anos finais do ensino fundamental; 5,2 no ensino médio (MEC, 2014, pg 31).



Todo um arcabouço institucional destro do Ministério da Educação no período do governo do Partido dos Trabalhadores era feito em coro com o projeto empresarial da educação, promovendo uma mudança, como dito no item anterior, semântica em consonância com o léxico da Nova Gestão Pública, segundo Dalila Oliveira (2020), houve simultaneamente uma inclusão de setores populares na gestão, o que gerou uma gestão educacional “pendular e ambígua”

As disputas no interior do próprio governo resultaram em uma política educacional pendular e ambígua. Mesmo desenvolvendo importantes programas de inclusão social que representaram significativo acolhimento a setores historicamente excluídos do sistema educacional, acabou se orientando por uma agenda educacional cuja matriz de referência é a teoria do capital humano (p. 89)

O Plano Nacional da Educação (PNE), a Prova Brasil, o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) e outras reformas, avaliações e programas de bonificação e valorização e melhoria no plano de carreira do trabalho docente procuraram galgar uma melhor performance nos testes internacionais. Porém, mesmo com o esforço estatal em fomentar uma otimização do desempenho dos alunos e professores, a posição que o Brasil ocupa no *ranking* produzido pela OCDE não é confortável. O país ocupa um dos últimos lugares nos três índices pesquisados (OCDE, 2019).

Portugal, membro da OCDE, mantém suas notas acima das médias dos países membros do organismo multilateral. O país ibérico consegue esse avanço progressivo ao longo dos anos graças a um conjunto de ações articuladas como a valorização e aperfeiçoamento do trabalho docente e a universalização do ensino de 0-7 anos (OECD, 2014). Assim, a articulação entre a valorização da carreira docente, o denso sistema de avaliações locais promovidos pelo Instituto de Avaliação Educativa – IAVE⁸⁹ e as reformas da estrutura do sistema educacional possibilitam maior autonomia de gestão às unidades escolares.

Tabela 3: Desempenho de Portugal no PISA desde o início da avaliação (2000-2018).

PISA	Leitura	Matemática	Ciências
2000	470	-	-
2003	478	466	-
2006	472	466	474
2009	489	487	493
2012	488	487	489



2015	498	487	501
2018	492	492	492

Fonte: OCDE (2019)

Em Portugal, os resultados positivos das avaliações são transformados em bonificações monetárias, hierarquização entre docentes e escolas.

Mesmo com resultados positivos no PISA, segundo o relatório da OCDE (2019) e os resultados mostrados na Tabela 3, a Federação Nacional dos Professores – FENPROF, menciona certa desatenção para com a classe docente e credita, quase que exclusivamente, o mérito dos índices avaliativos ao esforço dos docentes apesar do “descaso do ministério”⁹⁰.

Cássio (2019, pg. 17), indica que existe uma “obsessão com os indicadores” que ajuda propagar uma “ideologia do ensino” que não está interessada na mudança efetiva da qualidade e equidade da educação nacional. O próprio relatório do PISA usa por diversas vezes o Brasil como exemplo de um país que luta contra as desigualdades socioeconômicas dos alunos e pela qualificação dos seus docentes como uma forma de melhorar os índices do PISA (OCDE, 2016).

Trabalho docente: o principal alvo das reformas empresariais

Neste capítulo nós vamos empreender a construção de um perfil da classe docente, para assim comparar e apontar as principais influências do PISA e, conseqüentemente, da OCDE sobre o perfil da classe docente e o sistema educacional.

Reunimos dados referentes ao sexo, idade, raça/cor, formação e formas de contratação⁹¹ desses docentes a partir de relatórios estatísticos provenientes de cada país. No caso do Brasil adotamos o relatório do Censo da Educação Básica confeccionado pelo INEP em 2019 e os dados da Sinopse do Censo Escolar 2018⁹², para Portugal utilizamos o “*Perfil do Docente 2017/2018*” (DSEE, 2019) promovidos pela Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (DGEEC) e Direção de Serviços de Estatísticas da Educação (DSEE).

Antes de caracterizar com mais profundidade o perfil dos docentes brasileiros e portugueses é preciso salientar uma característica e termo comum aos países nas confecções de relatórios e censos: a função docente. Logo, os números disponibilizados pelos órgãos competentes não se referem ao número total de professores, mas a quantidade de funções exercidas por turmas e/ou

90 Disponível em: <https://www.fenprof.pt/?aba=27&mid=115&cat=95&doc=12373> Acesso em: 13/08/2021

91 Focaremos no tipo de contratação

92 Disponível em: <http://inep.gov.br/sinopses-estatisticas-da-educacao-basica> Acesso em: 14/08/2021



cargos, fazendo com que o número disponibilizado possa conter duplicações. Isso acontece quando o indivíduo docente tem mais de uma turma ou exerce a função docente em mais de uma escola (CARVALHO, M. R. V. de., 2018; DSEE, 2019).

Tendo em vista essa caracterização supracitada, a escolha dos anos se deu, por sua vez, em consonância com a situação do Brasil e ao seu resultado no PISA: 2009, segundo o relatório da avaliação internacional, é o ano que país tem seus índices estagnados; 2013 foi escolhido por causa da facilidade de obtenção dos dados e 2018 por caracterizar os números mais recentes disponibilizados pelo Governo português (DSEE, 2019).

Tabela 4: Número de docentes atuando no ensino médio no Brasil e em Portugal no setor público referente aos anos 2009, 2013 e 2018

Ano	Docentes	
	Brasil	Portugal
2009	460.023	91.375
2013	507.617	76.101
2018	513.403	76.722

Fonte: DGEEC/DSEE (2019); Inep (2018; 2020)

Um paralelo a ser traçado entre o número de professores dos dois países é que, ao contrário de Portugal, o número de professores no Brasil atuando no ensino médio vem crescendo ano após ano. O esforço pela ampliação no ensino médio brasileiro pode ser o responsável por essa variação. Mas para compreender o porquê da diminuição de docentes atuando no Ensino Secundário⁹³ português devemos compreender melhor o que aconteceu com a estrutura organizacional do sistema educacional depois das sucessivas reformas. Segundo o relatório produzido pela OCDE:

Portugal lançou uma grande reforma na gestão das escolas em 2008, que reforçou a autoridade na liderança do diretor da escola (Decreto-Lei 137/2012) e, em 2014, introduziu alterações importantes no exercício da profissão docente em diferentes momentos (antes do início da função docente, durante a formação inicial, no início, e ao longo das suas carreiras profissionais) de modo a permitir aos professores continuar a melhorar e a progredir (OCDE, pg.4-5, 2014).

O esforço estatal de otimizar a qualidade e equidade educacional apontada pelo relatório deveria garantir uma posição social mais favorável à classe docente em ambos os países. Porém, o desprestígio da ocupação, o achatamento dos salários e toda a precarização acometida a classe faz com que, segundo Alexandre Duarte (2013), exista uma baixa atratividade da ocupação no Brasil, e

93 O equivalente português ao Ensino Médio brasileiro.



podemos, apoiando-se no relatório português sobre o trabalho e a saúde dos professores (VARELA et al. 2018), para dizer que o país ibérico passa por algo semelhante⁹⁴. .

A classe docente, como colocou Enguita (1991), é conhecida por ser uma ocupação majoritariamente feminina. Os dados apontam para uma manutenção desta característica. Segundo o autor, isso aconteceu para baratear o trabalho docente e absorver um contingente feminino proveniente das classes médias mais bem “formadas”. Outra característica atribuída ao trabalho docente é a relação com o trabalho de reprodução da vida, o cuidado e o ensinar que no senso comum é atribuída à mulher.

A desprofissionalização da ocupação, como dito acima, tem um forte recorte de gênero. Segundo Enguita (1991) a feminilização serve como uma estratégia de baratear o custo do trabalho docente, uma vez que por diversos motivos históricos e materiais o salário das mulheres é relativamente menor do que o salário dos homens

No Brasil, tomando como pressuposto os anos escolhidos para análise, vem-se tendo um crescimento significativo da presença do sexo masculino na ocupação docente no ensino médio, porém, segundo Inep (2009):

Nas creches, na pré-escola e nos anos iniciais do ensino fundamental, o universo docente é predominantemente feminino (98%, 96% e 91%, respectivamente). No entanto, a cada etapa do ensino regular amplia-se a participação dos homens, que representam 8,8% nos anos iniciais do ensino fundamental, 25,6% nos anos finais e chegam a 35,6% no ensino médio. Somente na educação profissional encontra-se situação distinta, pois há uma predominância de professores do sexo masculino.⁹⁵ (p.22)

Portanto, mesmo com o passar dos anos, como aponta a Tabela 5, a predominância da função docente permanece sendo feminina. Os números confirmam a hipótese do pressuposto histórico proposto por Enguita (1991) que relaciona o barateamento do trabalho docente e como Fanfani (2007 apud CARVALHO, M. R. V. de., p.17, 2018)

explica, a esse respeito, que a feminização da profissão pode ser vista como sinal de desvalorização social dessa atividade, uma vez que, em áreas profissionais mais valorizadas e estratégicas, a predominância masculina dificulta a inserção das mulheres; desse modo,

94 Como também demonstra os números evidenciado na tabela 4

95 Os dados apresentados na citação são do provenientes do censo escolar da educação do ano de 2007



a profissão seria vista como socialmente subordinada, especialmente quando comparadas a profissões clássicas com maior prestígio social. Segundo o autor, essa pouca valorização seria uma das explicações da “proletarização” da profissão docente, com a deterioração dos salários e das condições de trabalho.

Tabela 5: Número de docentes por sexo atuando no ensino médio no setor público do Brasil nos anos 2009, 2013 e 2018

Ano	Docentes		Percentuais	
	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino
2009	295.335	164.688	64,2%	35,8%
2013	312.717	194.900	61,6%	38,4%
2018	303.212	210.191	59%	41%

Fonte: Inep (2018; 2020)

No caso de Portugal temos uma classe docente majoritariamente feminina, 71,8%⁹⁶ em 2018, assim como o Brasil que tinha 59% das suas funções docentes ocupadas por mulheres em 2018, compartilhando também os mesmos motivos desenvolvidos acima. Segundo a Tabela 6, o número da função docente em ambos os sexos também vem diminuindo.

Tabela 6: Número de docentes por sexo atuando no secundário do setor público de Portugal Portugal nos anos 2009, 2013 e 2018

Ano	Docentes		Percentuais	
	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino
2009	64.775	26.550	71%	29%
2013	54.032	22.069	71%	29%
2018	55.103	21.619	71,8%	28,2%

Fonte: Pordata (<https://www.pordata.pt/Subtema/Portugal/Docentes-43>).

O desprestígio da ocupação e o pouco interesse dos jovens na profissão é visível, pois outro aspecto a ser analisado é a faixa etária do professorado dos dois países para pensar como

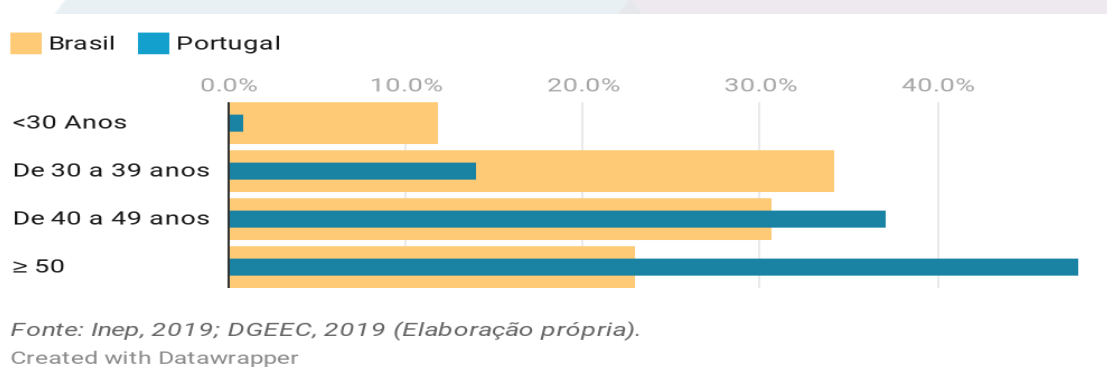
96 Segundo <https://www.pordata.pt/Portugal/Docentes+do+sexo+feminino+em+percentagem+dos+docentes+em+exerc%3%adicio+nos+ensinos+pr%3%a9+escolar++b%3%a1sico+e+secund%3%a1rio+total+e+por+n-%3%advel+de+ensino-782-6228>



esses docentes se relacionam com as “inovações” técnicas, organizacionais e semânticas. Além de nos possibilitar entender a dinâmica da carreira tanto no Brasil quanto em Portugal.

Ao analisar os números vemos que, em geral, os dois países apresentam uma classe docente madura. O Brasil, por exemplo, em 2013, tinha 51,1%⁹⁷ dos seus professores do ensino médio na faixa de 31 a 45 anos de idade. Portugal não obstante, no mesmo ano, possuía 40,0%⁹⁸ entre 40 e 49 anos de idade. Ou seja, o mais alto percentual de professores está nessa faixa etária. Observa-se que, no país ibérico, possuem um perfil mais envelhecido, o que a própria OCDE já aponta como um dos principais problemas do sistema educacional português (OCDE, 2019).

Gráfico 1: Comparação da faixa etária dos docentes do setor público em porcentagem dos docentes do ensino médio brasileiro e do ensino secundário de Portugal no ano de 2018



Para Duarte (2013), o fato de que a classe docente brasileira seja madura é o reflexo do desprestígio da ocupação e da incapacidade da carreira de ser promissora, dentro da lógica e modo de pensar capitalista. Pois, a categoria dos professores é uma categoria de trabalhadores mal remunerados⁹⁹, desprestigiados e obrigados a trabalhar em condições adversas que deslegitimam¹⁰⁰ a sua atividade docente.

Um aspecto positivo que pode ser retirado ao analisar os dados etários da classe docentes, tanto no Brasil quanto em Portugal, é que o reflexo das políticas e diretrizes de formação docente força o possível professor a terminar a formação superior e ingressar na ocupação um pouco mais tarde. Para Maria Regina Viveiros de Carvalho (2018),

97 Segundo Maria Regina Viveiros de Carvalho, em um relatório do Inep sobre o perfil dos professores da educação básica baseada no censo escolar do ano de 2013

98 Segundo o relatório de perfil docente do ano letivo 2013-2014 fornecido pela (DGEEC; DSEE, 2013)

99 Até mesmo para o Banco Mundial e OCDE (BRUNS; LUQUE, 2014; OCDE, 2019)

100 Pensar nos movimentos contemporâneos como Escola sem partido (<https://www.escolasempartido.org/>) que enfrentam o princípio de livre docência dos professores.



Essa diminuição [de professores com mais de 30 anos] pode indicar, por exemplo, que os professores estão entrando mais tarde na profissão, já que a escolaridade mínima exigida demanda mais tempo de estudo. Pode indicar, por outro lado, problemas de renovação dos quadros, se isso significar que menos pessoas estão ingressando na profissão (p. 32)

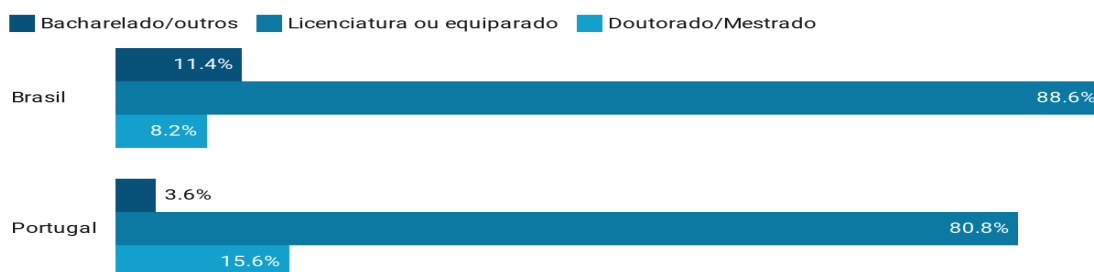
No que se diz a formação dos trabalhadores que ocupam a posição de docente em ambos os sistemas educacionais podemos observar uma melhora gradativa no que se refere ao grau de escolarização e especialização. O Brasil, segundo a análise dos dados do Censo Escolar feita por Maria Regina Viveiros de Carvalho (2018), vem aumentando o número de professores com graduação e pós graduação no ensino médio. Portugal segue a tendência mundial de possuir e gerir um sistema educacional com professores que tenham a formação superior mais direcionada à licenciatura, tendo inclusive, em proporção, um número mais expressivo de professores com mestrado e doutorado no ensino médio do que no Brasil, conforme o Gráfico 2.

Isso se deve à regulamentação estatal a respeito da adequação entre os requisitos mínimos para admissão. No caso do Brasil a LDB (Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996) estabeleceu como requisito mínimo para o professor atuar no sistema de ensino básico uma qualificação “de nível superior em curso de licenciatura, de graduação plena” (Brasil, 1996). Mais recentemente a meta 15 do PNE reforça a necessidade de “todos os professores e as professoras da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam” (BRASIL, 2014).

Porém, o que verificamos no Censo Escolar de 2018 é que, mesmo demonstrando uma diminuição do número de professores que possuem apenas o ensino médio e que atuam no próprio ensino médio, eles ainda representam 6% do total de funções docentes analisadas no Censo. Diferente de Portugal que, segundo OCDE (2014), possui um controle mais rígido da formação docente influenciando, assim, na progressão da carreira.



Gráfico 2: Distribuição dos docentes (%), por formação acadêmica no ensino médio brasileiro e secundário português



Fonte: Inep, 2019; DGEEC, 2019 (Elaboração própria).
Created with Datawrapper

Neste ponto parece urgente evidenciar a discrepância entre o discurso contido nos relatórios internacionais e nos textos das políticas educacionais, entre eles o PNE, quanto à centralidade do professor e a valorização do trabalho docente.

Tabela 7: Porcentagem (%) de professores por tipo de contratação atuando no ensino médio do setor público no Brasil referente aos anos 2013 e 2018

Ano	Concursados	Temporário	CLT/Terceirizado
2013	70,1	29,5	0,5
2018	64,5	34,0	1,5

Fonte: Inep (2018; 2020)

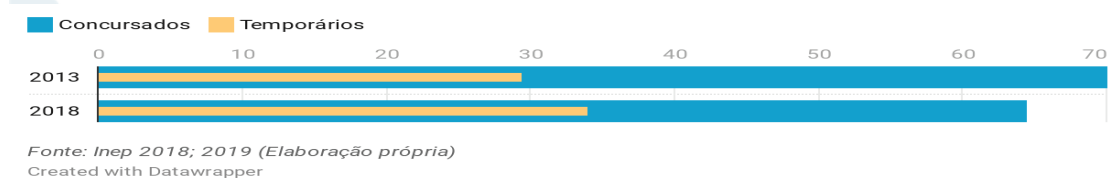
Antes de analisarmos os dados é necessário explicar o porquê de 2009 não estar presente na Tabela 7. A informação da forma de contratação, seja concursado, temporário, CLT, terceirizada não esteve presente no questionário do Censo Escolar.

Percebemos, segundo a Tabela 7, que no ano de 2013 a soma de vínculos CLT e terceirizado somava apenas 0,5% do total de vínculos antes da reforma trabalhista. Em 2017 e um ano depois, em 2018, o crescimento, apesar de pequeno, se mostra expressivo com 1,5% total



dos vínculos contratuais deste ano. Principalmente na esfera estadual (INEP,2019).

Gráfico 3: Distribuição dos docentes (%), por vínculo contratual no ensino médio do setor público brasileiro (2013 – 2018)



Ainda mais visível é, segundo o Gráfico 3, o crescimento da contratação temporária pós reforma trabalhista. Segundo Maria Regina Viveiros de Carvalho (2018):

O tipo de vínculo do professor com a escola está diretamente relacionado com a valorização da carreira do docente. Os profissionais com vínculo temporário são contratados, a princípio, para suprir necessidade temporária de professores. Ocorre, no entanto, que em algumas redes de ensino esse tipo de vínculo vai sendo prolongado indefinidamente, trazendo uma situação profissional precária para esses professores. (p. 50 - 51).

O contratante, neste caso o Estado, vê na admissão dos professores temporários como uma forma de baratear o gasto com a educação pública, pagando menos que o piso salarial proposto pela Lei nº 11.783, de 16 de julho de 2008. Por exemplo, de acordo com uma análise do perfil dos docentes em regime de contratação temporária em Minas Gerais, Amorim e Oliveira (2017 apud GOMES, 2019)

Concluem que esses profissionais podem ser considerados temporários apenas do ponto de vista do vínculo provisório, vez que os dados demonstram que tendem a permanecer por vários anos na rede, de forma ininterrupta ou não.

Algo que o PNE, na meta 18, mais especificamente no ponto 18.1, permite que apenas 10% da força de trabalho docente seja do modelo temporário e que cerca de 90%



desses trabalhadores da rede pública sejam efetivados. Segundo Gomes (2019),

Os altos percentuais de contratos temporários de docentes em algumas redes de educação básica estaduais e municipais demonstram, na verdade, uma distorção no uso desse recurso na gestão pública. A prática suscita preocupações porque esses profissionais têm as mesmas responsabilidades dos profissionais efetivos, mas não ingressam nas carreiras docentes, têm menores benefícios e poucas oportunidades de participar de ações e programas de formação continuada (p.21).

No caso de Portugal, nota-se crescimento da contratação de temporários, mas quase oito entre dez professores pertencem ao “quadro” (Tabela 8).

Tabela 8: Porcentagem (%) de professores por tipo de contratação atuando no ensino médio do setor público de Portugal referente aos anos 2013 e 2018

Ano	Do quadro	Contratados
2013	80,6	19,4
2018	78,6	21,4

Fonte: DGEEC (2014; 2019)

Como podemos observar, a classificação é diferente, mas revela a mesma tendência observada no Brasil, que é a da diminuição do número de professores efetivos e um crescimento dos contratos temporários.

Um dos fatores pelo qual a crítica ao aumento das contratações temporárias e seus efeitos pedagógicos é a criação de uma “atmosfera de competição” que acirra as desigualdades presentes na sala de aula. Segundo Molstad et al (2019), as avaliações internacionais, o PISA por exemplo, pregam que um professor capaz de superar as adversidades das diferenças socioeconômicas endêmicas ao sistema educacional é um bom professor. Porém, como podemos, frente à fragilidade e superexploração do trabalho de um professor temporário, exigir excelência de um explorado?



Conclusão

Podemos observar que cada gestão lida com a pressão internacional de forma particular. A hibridização e a instrumentalização de relatórios e *rankings* acontecem em ambos os países analisados, mas com diferenças de grau e aplicação. Enquanto Portugal aborda as recomendações como material de análise para construção de políticas educacionais próprias, o Brasil instrumentaliza o relatório e usa o desempenho do alunado como justificativa política para críticas e reformas.

Tendo em vista a construção e análise do perfil dos docentes brasileiros e portugueses, de maneira inicial, podemos comparar os dados que nos mostram que, mesmo ocupando posições diferentes no Pisa, os países se assemelham quanto ao perfil dos professores: A maioria composta por mulheres; classe docente envelhecida; um aumento perceptível da presença de formas de contratações flexíveis como contratos temporários, terceirizados e intermitentes. Mas quando analisamos as condições de formação (OCDE, 2019) observamos que essas são as principais diferenças que marcam o afastamento entre a classe docente brasileira e a classe docente portuguesa.

Ou seja, Portugal tem uma classe docente mais qualificada. A política ligada à formação é bem aplicada, já o Brasil, mesmo que a meta 15 do PNE e a LDB de 1996 exija uma formação mínima para ocupação dos professores, temos uma herança de falha de adequação, formação e remuneração que devem ser corrigida.

Com isso, podemos concluir que a instrumentalização do *ranking* do PISA se dá de maneira diferente, hibridizada (CARVALHO; COSTA, 2017) operando em campos distintos. Enquanto o país ibérico aplica de fato reformas contundentes no trabalho docente, no que se diz ao salário e formação, o Brasil apenas opera no campo do discurso promovendo planos e reformas sem cumpri-los.



Referências

BRASIL, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Estudo exploratório sobre o professor brasileiro com base nos resultados do Censo Escolar da Educação Básica 2007**, - Brasília : Inep, 2009;

BRASIL. Ministério da Educação (MEC) Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino (SASE). **Planejando a Próxima Década: Conhecendo as 20 Metas do Plano Nacional**, Brasília, MEC, 2014;

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Síntopses Estatísticas da Educação Básica de 2018**, Brasília, 2019;

BRUNS, B.; LUQUE, J. **Professores Excelentes: Como melhorar a aprendizagem dos estudantes na América Latina e no Caribe**. Washington, D.C.: Banco Mundial, 2014;

CARNOY, M.; KHAVENSON, T.; FONSECA, I.; COSTA, L.; MAROTTA, L. A educação brasileira está melhorando? Evidências do PISA e do SAEB. In: **Cadernos de Pesquisa**, v.45 n.157 p.450-485 jul/set, 2015;

CARVALHO, L. M. PISA, política e conhecimento em educação. In: **Educ. Soc.**, Campinas, v. 37, nº. 136, p.601-607, jul.-set., 2016;

CARVALHO, L. M.; COSTA, E. Avaliação externa das escolas em Portugal: atores, conhecimentos, modos de regulação. In: **RBPAE** - v. 33, n. 3, p. 685 - 705, set./dez. 2017;

CARVALHO, L. M.; VISEU, S. Mudança na governação das escolas e a reconfiguração do trabalho e das identidades dos diretores escolares em Portugal, In: OLIVEIRA, D.; CARVALHO, L. M.; LEVESSEUR, L.; MIN, L.; NORMAND, R. (Org) **Políticas educacionais e a reestruturação da profissão educador: Perspectivas globais e comparativas**. Petrópolis, RJ, Vozes, 2019;

CARVALHO, M. R. V. de. **Perfil do professor da educação básica**. - Brasília, DF: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2018;

CÁSSIO, F. Apresentação. In: **Educação contra a barbárie: por escolas democráticas e pela liberdade de ensinar**. - 1.ed., São Paulo, Boitempo, 2019;

CATINI, C. Educação e empreendedorismo da barbárie. In: CÁSSIO, F. **Educação contra a barbárie: por escolas democráticas e pela liberdade de ensinar**. - 1.ed., São Paulo, Boitempo, 2019;

DUARTE, A. W. B. **Por que ser professor? Uma análise da carreira docente na educação**



básica no Brasil. Belo Horizonte, 2013;

LINGARD, B. PISA: Fundamentações para participar do acolhimento político. In: **Educ. Soc.**, Campinas, v. 37, nº. 136, p.609-627, jul.-set., 2016;

OLIVEIRA, D. A. Apresentação. In: OLIVEIRA, D.; CARVALHO, L. M.; LEVESSEUR, L.; MIN, L.; NORMAND, R. (Org) **Políticas educacionais e a reestruturação da profissão educador: Perspectivas globais e comparativas**. Petrópolis, RJ, Vozes, 2019;

PETTERSSON, D; MOLSTAD, C. E. PROFESSORES DO PISA: A ESPERANÇA E A REALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO. In:**Educ. Soc.**, Campinas, v. 37, nº. 136, p.629-645, jul.-set., 2016;

PORTUGAL. Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (DGEEC); Direção de Serviços de Estatísticas da Educação (DSEE). **Estatísticas da Educação 2019**, Lisboa, DGEEC, 2020;

ENGUITA, M. F. O discurso da qualidade e a qualidade do discurso. In: GENTILI, P.; SILVA, T. T. **Neoliberalismo, Qualidade e Educação: Visões Críticas** - 2º.ed., Petrópolis, Rj, Vozes, 1995;

ENGUITA, M. F. A ambiguidade da docência: entre o profissionalismo e a proletarização. In: **Teoria & Educação**, Porto Alegre, n. 4, p. 41-61, 1991;

FIORI, J. L. **O Consenso de Washington**. SP, 1996. (mimeo);

GOMES, A. V. M. Contratação temporária de professores nas redes públicas de educação básica e o cumprimento da estratégia 18.1 do Plano Nacional de Educação. Brasília, **Consultoria Legislativa da Câmara dos deputados**, 2019;

OECD, **PISA 2018 Results (Volume I): What Students Know and Can Do**, PISA, OECD Publishing, Paris, 2019;

OECD, **PISA 2015 Results (Volume II): Policies and Practices for Successful Schools**, PISA, OECD Publishing, Paris, 2016;

OCDE. **PERSPETIVAS DAS POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO: PORTUGAL**, OECD Publishing, Paris, 2014;

OCDE. **EDUCATION POLICY OUTLOOK: BRAZIL**, OECD Publishing, Paris, 2015;

MOLSTAD, C. E.; PETTERSSON, D.; PROITZ, T. S. Infusão suave - A construção dos “professores” no âmbito do Pisa. In: OLIVEIRA, D.; CARVALHO, L. M.; LEVESSEUR, L.; MIN, L.; NORMAND, R. (Org) **Políticas educacionais e a reestruturação da profissão educador: Perspectivas globais e comparativa**. Petrópolis, RJ, Vozes, 2019;



WILLMS, D. LEARNING DIVIDES: TEN POLICY QUESTIONS ABOUT THE PERFORMANCE AND EQUITY OF SCHOOLS AND SCHOOLING SYSTEMS. UNESCO Institute for Statistics, Montreal, 2006.

VARELA, R. C.; SANTA, R. della.; SILVEIRA, H.; MATOS, C. de.; ROLO, D.; AREOSA, J.; LEHER, R. Inquérito Nacional sobre as Condições de Vida e Trabalho na Educação em Portugal, Coord. VARELA, R. In: JORNAL DA FENPROF, Lisboa, 2018.















































